

# PLANO DIRETOR DE TURISMO – NOVA EUROPA/SP

## VOLUME 3 – DIAGNÓSTICO TURÍSTICO



2017



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA EUROPA**

LUIZ CARLOS DOS SANTOS – PREFEITO

ANTÔNIO CARLOS MISTILIDES SILVA – VICE-PREFEITO

DAIANE FOSCHIANI – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES  
E TURISMO

### **EQUIPE TÉCNICA DA SIGGESTUR**

THIAGO FERRAREZI – COORDENAÇÃO DE PROJETO

MURILO V. ZIANI - TURISMÓLOGO

MAYARA CORAZZA – GESTORA AMBIENTAL

THOMAZ CICCARELLI – TURISMÓLOGO



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
METODOLOGIA .....	15
<b>CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DE NOVA EUROPA .....</b>	<b>17</b>
<b>9.1. LOCALIZAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>9.2. ACESSOS .....</b>	<b>19</b>
<b>9.3. ASPECTOS NATURAIS .....</b>	<b>20</b>
9.3.1. <i>Geologia</i> .....	20
9.3.2. <i>Geomorfologia</i> .....	21
9.3.3. <i>Clima</i> .....	22
9.3.4. <i>Hidrologia</i> .....	24
9.3.5. <i>Vegetação</i> .....	27
<b>9.4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS .....</b>	<b>29</b>
9.4.1. <i>Características Demográficas</i> .....	29
9.4.2. <i>Índice de Desenvolvimento Humano</i> .....	30
9.4.3. <i>Atividades Econômicas</i> .....	33
9.4.4. <i>Produto Interno Bruto</i> .....	34
9.4.5. <i>Educação</i> .....	35
9.4.6. <i>Saúde</i> .....	37
<b>9.5. INFRAESTRUTURA URBANA.....</b>	<b>39</b>
9.5.1. <i>Abastecimento de Água</i> .....	39
9.5.2. <i>Sistema de Esgoto</i> .....	41
9.5.3. <i>Resíduos Sólidos</i> .....	42
9.5.4. <i>Energia Elétrica</i> .....	43
9.5.5. <i>Transporte</i> .....	43
9.5.6. <i>Segurança Pública</i> .....	43
<b>CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DA OFERTA TURÍSTICA.....</b>	<b>44</b>
<b>2.1. ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS .....</b>	<b>45</b>
<b>2.2. TRADE TURÍSTICO.....</b>	<b>50</b>
<b>CAPÍTULO 3 – OFICINA PÚBLICA DE ANÁLISE SWOT .....</b>	<b>56</b>
<b>3.1. METODOLOGIA SWOT .....</b>	<b>56</b>
<b>3.2. OFICINA PÚBLICA DO DIAGNÓSTICO DA OFERTA TURÍSTICA DE NOVA EUROPA</b> .....	<b>58</b>
<b>CAPÍTULO 4 – DIAGNÓSTICO DA OFERTA TURÍSTICA.....</b>	<b>65</b>
<b>4.1. TURISMO .....</b>	<b>65</b>
4.1.1. <i>Hierarquização dos Atrativos</i> .....	65



4.1.2. Hierarquização de Nova Europa .....	67
4.1.3. Análise segmentada da Hierarquização dos Atrativos.....	68
4.1.3.1. Atrativos Naturais .....	69
4.1.3.2. Atrativos Culturais.....	70
4.1.3.3. Atrativos Religiosos .....	71
4.1.3.4. Turismo de Esportes.....	72
4.1.3.5. Equipamentos de Eventos.....	73
4.1.3.6. Equipamentos de Lazer .....	74
4.1.4. Considerações sobre a Hierarquização .....	76
4.1.5. Segmentação da Oferta Turística.....	77
4.1.5.1. Ecoturismo.....	78
4.1.5.2. Turismo Cultural .....	79
4.1.5.3. Turismo Religioso.....	80
4.1.5.4. Turismo Esportivo.....	81
4.1.6. Análise do Trade Turístico.....	83
4.1.6.1. Meios de Hospedagem.....	85
4.1.6.2. Serviços de Alimentação .....	86
4.1.7. Análise do Turismo Institucional.....	87
4.1.8. Resumo Executivo.....	90
<b>4.2. MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>94</b>
4.2.1. Gestão Ambiental Relacionada ao Turismo.....	94
4.2.2. Serviços.....	97
4.2.2.1. Abastecimento de Água.....	99
4.2.2.2. Esgotamento Sanitário .....	101
4.2.2.3. Drenagem Urbana .....	104
4.2.2.4. Resíduos Sólidos.....	106
4.2.3. Legislação de Interesse Ambiental.....	108
4.2.3.1. Lei Orgânica .....	108
4.2.4. Plano Diretor.....	112
4.2.5. Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).....	112
4.2.6. Legislação Ambiental nos Níveis Estadual e Federal .....	121
4.2.6.1. Legislação Ambiental a Nível Federal .....	121
4.2.6.2. Legislação Ambiental a Nível Estadual.....	123
4.2.7. Atrativos Turísticos .....	126
4.2.7.1. Atrativos Naturais .....	126
4.2.7.2. Atrativos Religiosos .....	126
4.2.7.3. Equipamentos de Eventos.....	127
4.2.7.4. Equipamentos de Lazer .....	127
4.2.8. Trade Turístico.....	128
4.2.8.1. Meios de Hospedagem.....	128
4.2.8.2. Serviços de Alimentação .....	128
<b>4.3. COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>130</b>



SIGGESTUR

4.3.1. <i>Análise da Comunicação Institucional de Nova Europa</i> .....	135
4.3.2. <i>Análise da Comunicação dos Atrativos de Nova Europa</i> .....	136
4.3.3. <i>Análise da Comunicação do Trade Turístico de Nova Europa</i> .....	136
4.3.4. <i>Análise de Presença na Internet</i> .....	137
<b>4.4. INFRAESTRUTURA URBANA E TURÍSTICA</b> .....	<b>144</b>
4.4.1. <i>Problemáticas na Infraestrutura dos Atrativos Turísticos</i> .....	145
4.4.2. <i>Problemáticas na Infraestrutura Turística Geral</i> .....	149
<b>CAPÍTULO 5: SISTEMATIZAÇÃO DAS PROBLEMÁTICAS</b> .....	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>157</b>
<b>ANEXO 1</b> .....	<b>164</b>



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro de Análise Swot .....	57
Figura 2 - Oficina Pública de Análise SWOT – 13.11.2017 .....	58
Figura 3 - Análise SWOT - Forças .....	60
Figura 4 - Análise SWOT - Fraquezas .....	61
Figura 5 - Análise SWOT - Oportunidades .....	62
Figura 6 - Análise SWOT - Ameaças .....	63
Figura 7 - Segmentações Turísticas.....	78
Figura 8 - Website da Prefeitura Municipal de Nova Europa.....	138
Figura 9 - Busca Google "Nova Europa SP Turismo" .....	139
Figura 10 - Pesquisa Trip Advisor - Nova Europa SP .....	140
Figura 11 - Recorte das avaliações no site Trip Advisor .....	140



## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Regiões Administrativas do estado de São Paulo.....	17
Mapa 2 - O município de Nova Europa inserido na Região Administrativa Central do estado de São Paulo. ....	18
Mapa 3 - Localização do município de Nova Europa/SP. ....	19
Mapa 4 - Geologia do município de Nova Europa/SP. ....	20
Mapa 5 - Geomorfologia do município de Nova Europa/SP.....	22
Mapa 6 - Hidrologia do município de Nova Europa/SP. ....	25
Mapa 7 - Hidrologia do município de Nova Europa/SP. ....	26
Mapa 8 - Vegetação de Nova Europa/SP. ....	28
Mapa 9 - Vegetação remanescente de Nova Europa/SP em 2016. ....	29



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Temperaturas Médias Mensais e Precipitação de Nova Europa/SP. .....	24
Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM - 1991/2000/2010 .....	32
Gráfico 3 - Evolução do Ideb no município de Nova Europa .....	35
Gráfico 4 - Segmentação dos Atrativos de Nova Europa .....	47
Gráfico 5 - Divisão dos Elementos do Trade Turístico .....	52
Gráfico 6 - Diversidade dos Serviços de Alimentação de Nova Europa .....	54
Gráfico 7 - Variedade Gastronômica dos Restaurantes de Nova Europa .....	55





## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Média da classificação climática de Nova Europa.....	23
Tabela 2 - Indicadores de Território e população – Ano 2017.....	30
Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano de Nova Europa .....	31
Tabela 4 - Ocupação da população de Nova Europa.....	33
Tabela 5 - Participação do Município referente a economia (Comparativo Região Administrativa e Estado) .....	33
Tabela 6 - Comparativo do PIB referente a Nova Europa, Região Administrativa e Estado de São Paulo.....	34
Tabela 7 - Comparativo de níveis de Analfabetismo e Escolaridade do Município (com a Região Administrativo e Estado) .....	36
Tabela 8 - Lista de Escolas Públicas Municipais.....	36
Tabela 9 - Lista de Escolas Públicas Estaduais .....	37
Tabela 10 - Estatísticas de Saúde Pública .....	37
Tabela 11 - Unidades Básicas de Saúde .....	38
Tabela 12 - Atrativos Turísticos de Nova Europa .....	46
Tabela 13 - Trade Turístico de Nova Europa .....	51
Tabela 14 - Matriz SWOT de Nova Europa .....	63
Tabela 15 - Hierarquização: Potencial de Atratividade.....	65
Tabela 16 - Critérios para Hierarquização.....	66
Tabela 17 - Ranqueamento dos Atrativos Hierarquizados .....	68
Tabela 18 - Recorte de Admissões e Desligamentos no setor turístico de Nova Europa – jan/2015 à dez/2015 .....	84
Tabela 19 - Recorte de Admissões e Desligamentos no setor turístico de Nova Europa – jan/2017 à jul/2017.....	85
Tabela 20 - Comparativo dos dados relacionados aos efluentes de Nova Europa/SP e do Brasil .....	102
Tabela 21 - Principais processos de tratamento no Brasil para a faixa de remoção de 60-80% da DBO. ....	103
Tabela 22 - Caracterização gravimétrica dos resíduos domiciliares de Araraquara/SP.....	107
Tabela 23 - Diretrizes ambientais a âmbito federal .....	121
Tabela 24 - Diretrizes ambientais a âmbito estadual.....	124



SIGGESTUR

Tabela 25 - Critérios de Avaliação Comunicacional (Parte I) .....	131
Tabela 26 - Critérios de Avaliação Comunicacional (Parte II) .....	133
Tabela 27 - Avaliação da Comunicação Institucional de Nova Europa .....	135
Tabela 28 - Promoção e Divulgação - Equipamentos e Serviços Turísticos ..	137
Tabela 29 - Sites de Interesse Turístico .....	142
Tabela 30 - Recorte da Hierarquização - Infraestrutura dos atrativos .....	146
Tabela 31 - Sistematização das problemáticas ao desenvolvimento turístico de Nova Europa .....	151



## INTRODUÇÃO

O turismo tornou-se uma atividade crescente nas últimas décadas, entretanto, quando este crescimento é desordenado resulta em danos ao meio ambiente, à população, infraestrutura e economia local. Nesse contexto, realizar o planejamento turístico é essencial para garantir a sustentabilidade e a proteção ambiental, promover o desenvolvimento e fomentar a economia local.

O planejamento do turismo é uma atividade complexa e interdisciplinar que deve integrar os diferentes atores presentes em uma localidade e suas percepções sobre esta área. Além disso, deve integrar em sua análise a percepção urbana do território, uma vez que a ordenação do turismo no município tem caráter territorial, englobando aspectos como infraestrutura, gestão ambiental, ordenação do solo, legislação e sua influência na localidade.

Compreender a ordenação territorial e urbanística de uma localidade é essencial para o planejamento turístico, visto que esta área de estudo objetiva a organização física do espaço visando o desenvolvimento equilibrado das regiões. Além disso, é um instrumento de extrema relevância e de indispensável compreensão nos processos de análise da competitividade dos espaços urbanos e, sobretudo, dos espaços turísticos, e de investigação do papel do setor público no alcance desta competitividade.

A valorização de determinados atributos sócio espaciais dos territórios, por parte das diferentes fontes de “turistificação” faz com que o território acabe por ser hierarquizado. A preocupação com a necessidade de controle dos resultados do turismo e com o ordenamento do território por este ocupado tende a ser crescente principalmente para os destinos que estão almejando ampliar a sua competitividade turística.

Esta preocupação está conduzindo o planejamento turístico a estar cada vez mais em evidência, trazendo consigo uma nova discussão sobre o papel que o Estado deve desempenhar no turismo e sobre os possíveis benefícios que a planificação pode vir a ocasionar aos destinos.

Neste sentido, este volume é parte integrante do Plano Diretor de Turismo de Nova Europa e compreende a etapa de diagnóstico. Busca analisar o turismo local de forma a avaliar a atividade turística já existente e indicar as possíveis interferências visando à melhoria da qualidade dos serviços turísticos e da



estrutura pública dedicada à atividade, o aumento do fluxo e o aumento da receita do turismo na cidade.

Um diagnóstico pode ser compreendido, basicamente, como uma investigação ou reflexão da realidade local obtida por meio da coleta de dados empíricos que, neste trabalho, tem como base o inventário turístico. O processo de diagnosticar é complexo e demorado, tem como principal objetivo apontar as deficiências e as oportunidades para o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria da atividade turística.

O diagnóstico turístico de uma localidade proporciona uma visão abrangente do turismo, onde podem ser identificados os pontos fracos e barreiras ao desenvolvimento desta área. Mielke e Nascimento argumentam que o processo de diagnosticar:

[...] deve indicar estratégias particulares e específicas de desenvolvimento do turismo para a área em questão, definida a partir de uma série de linhas ou orientações estratégicas, base nos quais se pode estruturar todo o esquema operacional [...] (2009, p. 2).

O presente volume apresenta a caracterização do município de Nova Europa, a análise quantitativa do inventário turístico, o relatório de oficina pública de análise SWOT, o diagnóstico de oferta turística, de comunicação integrada, de gestão ambiental e de infraestrutura urbana e turística, além da sistematização das problemáticas do destino.

O primeiro capítulo tem o intuito de apresentar dados gerais do município, tais como sua localização no estado de São Paulo, clima, hidrologia, mesorregião e microrregião, dados populacionais, vegetação, usos e ocupação do solo, entre outros pontos importantes para a compreensão desta localidade.

O segundo capítulo é destinado a análise dos dados presentes no inventário da oferta turística, os números setoriais da atividade e suas quantificações divididas por segmento, tal como atrativos e recursos turísticos e do trade que englobam a realidade de Nova Europa.

O terceiro capítulo apresenta o relatório de realização da Oficina Pública de diagnóstico turístico, que se utilizou do método SWOT para produzir material base sobre a relação e a situação atual da atividade turística em Nova Europa, contando com a presença dos órgãos gestores do turismo municipal, agentes envolvidos no desenvolvimento da atividade turística e população local.



O diagnóstico de Nova Europa (Capítulo 4) está dividido em quatro etapas. A primeira apresenta o diagnóstico de oferta turística, que consiste na organização das informações coletadas durante o trabalho de inventário, bem como uma análise qualitativa dos dados, além da percepção dos profissionais sobre o assunto. Apresenta a hierarquização dos atrativos e sua importância para o planejamento do turismo na cidade, a segmentação turística de Nova Europa, uma breve reflexão sobre o trade, as políticas institucionais e a gestão municipal do turismo.

O diagnóstico de gestão ambiental compreende a segunda etapa. Ele avalia a sustentabilidade ambiental no turismo, por meio da análise e interpretação da gestão ambiental de Nova Europa, a partir da interação e da dinâmica de seus componentes turísticos.

A terceira etapa é representada pelo diagnóstico de comunicação integrada, que consiste no estudo da comunicação institucional e da prática da comunicação pelo trade, através do levantamento, caracterização e análise da comunicação visual, do material de apoio ao turismo, da publicidade e promoção, parcerias e atividades correlatas, além da análise da presença do município na internet.

Considerando que a comunicação envolve troca de informações e que elas precisam ser fornecidas de maneira compreensível, completa e segura, o estudo da comunicação do turismo em Nova Europa buscou identificar como estes fatores impactam o turismo na cidade. Para isso, analisou a comunicação institucional, no trade, nos atrativos e nos eventos, avaliou também como os atores envolvidos com o turismo utilizam a internet como ferramenta de divulgação e comunicação.

A última etapa é o diagnóstico de infraestrutura urbana e turística, que consiste numa análise dos elementos presentes na cidade e que inter-relacione a infraestrutura urbana e turística, apresentando de fato, qual a real situação dos atrativos turísticos do município, suas vias de acesso e as infraestruturas de apoio que os englobam.

O Capítulo 5 tem o intuito de organizar e sistematizar as problemáticas que o turismo de Nova Europa apresenta atualmente, de forma a auxiliar no desenvolvimento das próximas etapas do planejamento turístico município.



Sendo possível delimitar ações específicas de desenvolvimento turístico e priorizá-las de acordo com a participação da comunidade em oficina pública.

De maneira geral, é possível afirmar que o turismo impacta e é impactado pelo território, de forma positiva ou negativa. A produção de serviços turísticos é fortemente condicionada, tanto no que se refere à qualidade dos serviços como à rentabilidade das empresas, pelas transformações no território. Entender a estrutura existente da cidade faz-se importante, para planejar e prever os impactos que o desenvolvimento do turismo terá sobre a mesma.

Além disso, o turismo possui capacidade de gerar processos de reorganização espacial, mediante a criação de infraestrutura e configuração de verdadeiros eixos de centralidade no território. Desta forma, o estudo do município não pode ser somente de forma pontual, nos atrativos, equipamentos e serviços turísticos, mas também da cidade em sua composição geral, de forma a objetivar, o planejamento estratégico no município.

O planejamento do turismo exige que se tenha o conhecimento do território, seus equipamentos, estruturas e capacidade de atendimento da demanda. Este diagnóstico busca compreender a maneira como a cidade se apresenta ao turista em relação à infraestrutura turística e urbana disponível e como ela pode influenciar o desenvolvimento do turismo. Por fim, é apresentada uma análise que busca relacionar os problemas e as barreiras identificadas nos quatro diagnósticos.



## METODOLOGIA

O Diagnóstico Turístico define-se como a análise atual que identifica as potencialidades a serem estimuladas, as deficiências locais e a situação atual que poderá ou não ser mantida com foco no Turismo como atividade socioeconômica e cultural de relevância ao município.

Segundo Dias (2003, p. 97):

No diagnóstico, incluem-se alguns procedimentos tais como: coleta de dados análise das informações obtidas e da situação atual. São listados, quantificados e qualificados os problemas e estabelecidas tendências atuais. Em seguida procede-se a análise do que será planejado procurando identificar as alternativas possíveis, formulando hipóteses e propondo diferentes modelos de desenvolvimento. Após a identificação das alternativas que mais se ajustam as necessidades presentes e futuras, escolhe-se o modelo mais desejável para o desenvolvimento.

O Diagnóstico Turístico é elaborado através das informações coletadas sobre a oferta, a demanda, os projetos existentes, mão de obra, legislação pertinente e envolvimento da comunidade.

Desta forma, foi necessário realizar a análise de todos os componentes que interferem direta ou indiretamente na atividade turística, sendo esta uma atividade dinâmica a qual “a vocação e o protagonismo econômico no território possibilitam, por meio de iniciativas variadas de cooperação, tecnologias e fomento, incorporar valor agregado e ambiente favorável para o desenvolvimento do turismo” (BRASIL. Ministério do Turismo, 2013, p. 29).

Para viabilização desse estudo, inicialmente foram realizadas pesquisas bibliográficas referentes ao tema “turismo”, para poder estruturar as ideias usando como referência autores do ramo, posteriormente uma pesquisa sobre o município e a história de sua formação, levando em conta os pontos que poderiam ser explorados na atividade turística, contando ainda com pesquisa bibliográfica e levantamento em banco de dados de informações relevantes ao planejamento turístico municipal facilitando assim a caracterização do município, além da utilização da observação sobre o local durante as visitas em trabalhos de campo. A pesquisa de campo:

“(…). Consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises. Esta espécie de pesquisa não permite o isolamento e o controle das variáveis supostamente relevantes, mas permite o estabelecimento de relações





constantes entre determinadas condições e determinados eventos, observados e comprovados” (RUIZ, 1979, p.50).

Para a realização do diagnóstico turístico de Nova Europa foi realizada visita de campo durante o período de inventariação da oferta turística entre 20 de setembro de 2017 e 29 de setembro de 2017. Além disso, houve análise da infraestrutura básica de apoio ao Turismo e das estruturas administrativas municipais a fim de compreender a dinâmica turística do município.

Este trabalho ainda se utilizou da análise técnica da oficina de diagnóstico turístico realizada no dia 13 de novembro de 2017, que utilizou-se da metodologia SWOT para entender a dinâmica da atividade turística sob a percepção da população nova europense e dos agentes do turismo local, além dos gestores e lideranças públicas do município.

Destaca-se que também foram realizadas buscas em fontes secundárias, especialmente nos portais eletrônicos oficiais do município, nas quais se identificou preliminarmente as entidades e empreendimentos a serem pesquisados na coleta de dados primários. Foram analisadas também as legislações de interesse turístico, os websites e canais de comunicação adotados pelos empreendimentos turísticos e entidades associativas de interesse turístico, visando compreender as estratégias de comunicação utilizadas bem como a obtenção de maiores informações a respeito dos locais mencionados.

Realizou-se a compilação de todos os dados coletados, destacando que a análise da Dinâmica Institucional do município abordou o máximo de informações e instrumentos de gestão existentes, porém, em alguns casos não foi possível encontrar informações detalhadas sobre os níveis de aplicabilidade das legislações e instrumentos de gestão no que tange ao resultado de um planejamento turístico efetivo no município.

Porém, dados referentes a projetos direta ou indiretamente relacionados ao turismo de datas posteriores as mencionadas, coletados em websites oficiais ou fornecidos pela gestão municipal, podem constar no presente documento.

Podendo assim, afirmar que o diagnóstico consiste em correlacionar informações do inventário turístico e, aplicar nestas, avaliações e análises que sejam adequadas ao processo de planejamento turístico.



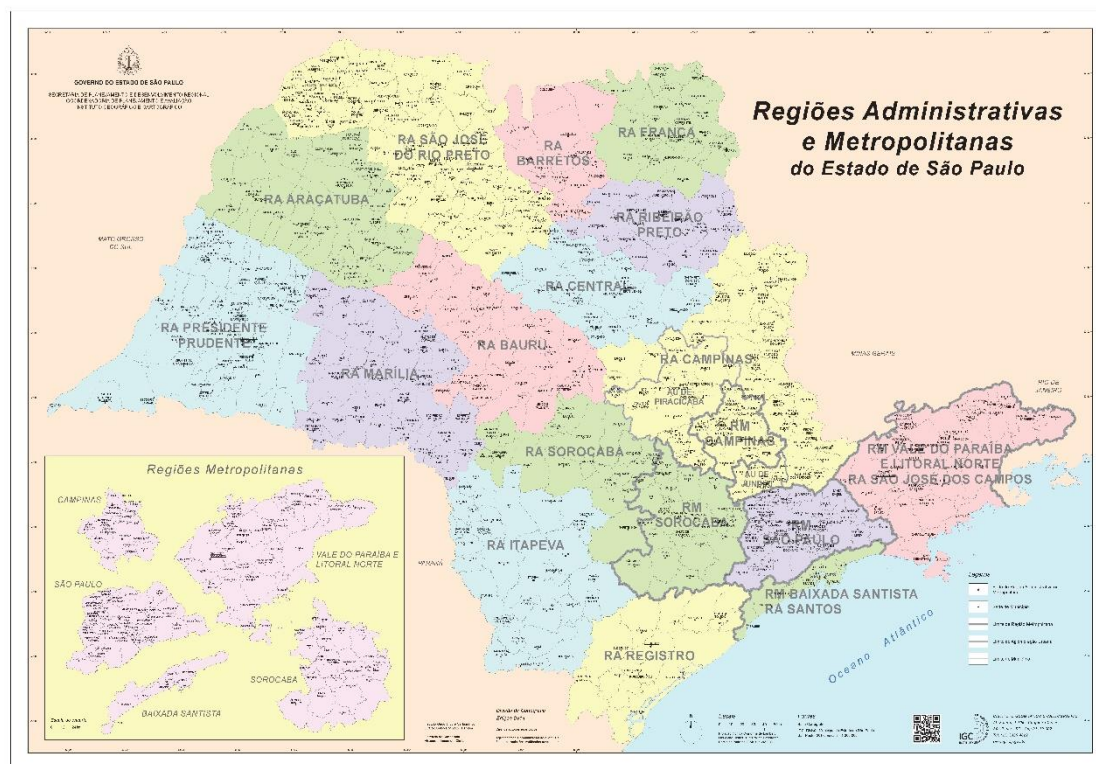
## CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DE NOVA EUROPA

A seguir serão apresentados os dados gerais que caracterizam a cidade de Nova Europa quando aos seus aspectos físico e geográfico.

### 9.1. LOCALIZAÇÃO

O estado de São Paulo possui 17 regiões administrativas (mapa 4); as dez primeiras (Região da Grande São Paulo, São Paulo Exterior, Vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente) criadas a partir do decreto estadual nº 48.163/67<sup>1</sup>, posteriormente, por meio de outros decretos, foram criadas outras sete regiões, dentre elas a Região Administrativa Central.

Mapa 1 - Regiões Administrativas do estado de São Paulo.



Fonte: ICG, 2017.

A Região Administrativa Central (mapa 5), onde está inserida a mesorregião de Araraquara, criada pelo decreto estadual nº 32.141/90<sup>2</sup> e

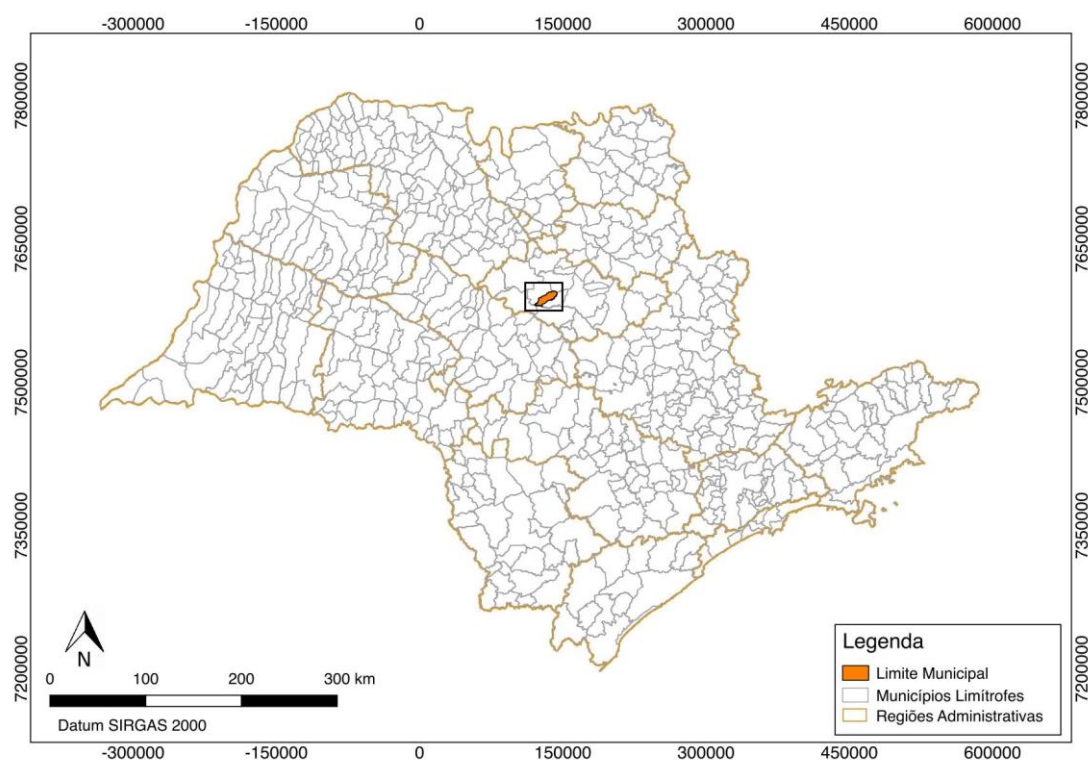
<sup>1</sup> Decreto Estadual nº 48.163/67: Dispõe sobre as regiões que deverão ser adotadas pelos órgãos da Administração Pública.

<sup>2</sup> Decreto Estadual nº 32.141/90: Altera a redação do inciso VI do artigo 4º do decreto 26.581/87 e inclui dispositivos



caracterizada por sua localização central no Estado de São Paulo, é composta por 26 municípios com população de cerca de 900 mil habitantes distribuídos em 11018 km<sup>2</sup>, sendo uma das menores regiões administrativas, visto que ocupa apenas 4% do território estadual (CIDADES PAULISTAS, 2017).

**Mapa 2 - O município de Nova Europa inserido na Região Administrativa Central do estado de São Paulo.**

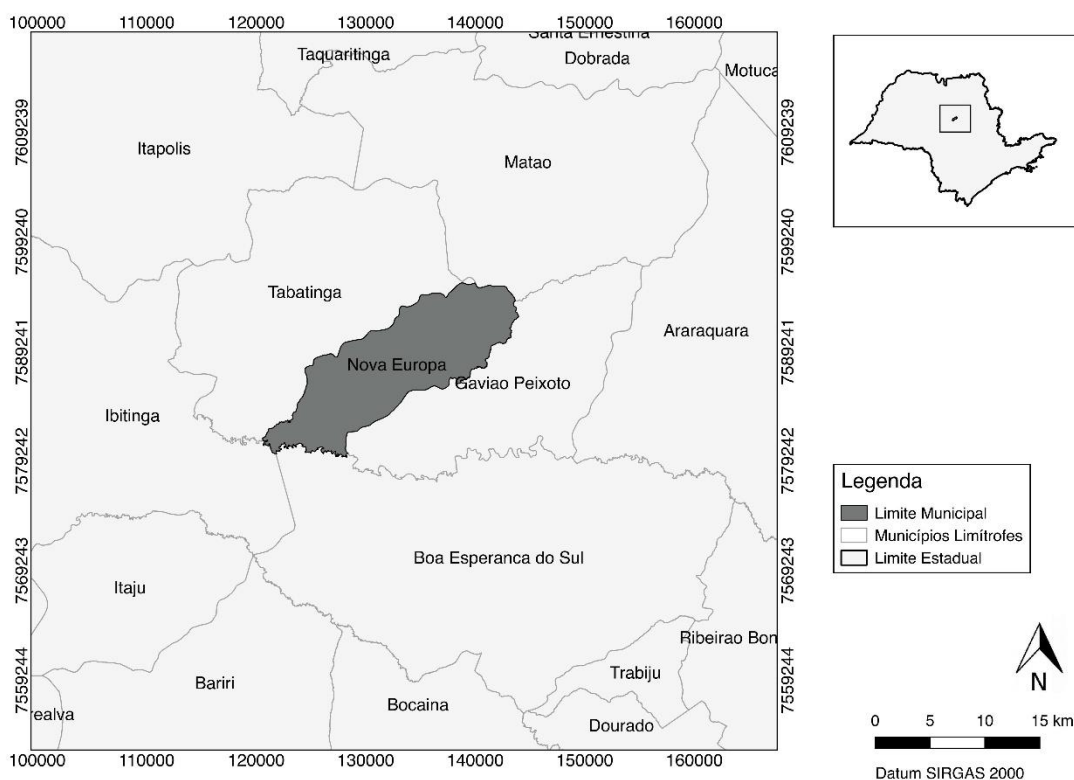


**Fonte:** SIGGESTUR, 2017.

O município de Nova Europa se localiza no interior do estado de São Paulo, na Região Administrativa Central, inserido na mesorregião e na microrregião de Araraquara, sob as coordenadas geográficas 21° 46' 40" S e 48° 33' 39" O (mapa 6), se posicionando a uma altitude de 490 metros acima do nível do mar.



**Mapa 3 - Localização do município de Nova Europa/SP.**



**Fonte:** SIGGESTUR, 2017.

O município possui população de 9.300 habitantes segundo o Censo IBGE 2010, com estimativas para 2017 de 10.755 habitantes (IBGE, 2017), distribuídos em 160,9 km<sup>2</sup>. Deste modo, apresenta densidade demográfica de 58 hab/km<sup>2</sup> distribuídos em seu território.

A cidade de Nova Europa tem como municípios limítrofes Gavião Peixoto à leste, Tabatinga à oeste, Matão ao norte e Ibitinga e Boa Esperança do Sul ao sul, além disto, se localiza a cerca de 40 km de Araraquara.

## 9.2. ACESSOS

As principais rodovias de acesso ao município são SP-348 (Rodovia dos Bandeirantes), SP-310 (Rodovia Washington Luiz), SP-331 (Rodovia Deputado Victor Maida), SP-027/331 (Rodovia Vereador Ovídio Bergamin).

### 9.3. ASPECTOS NATURAIS

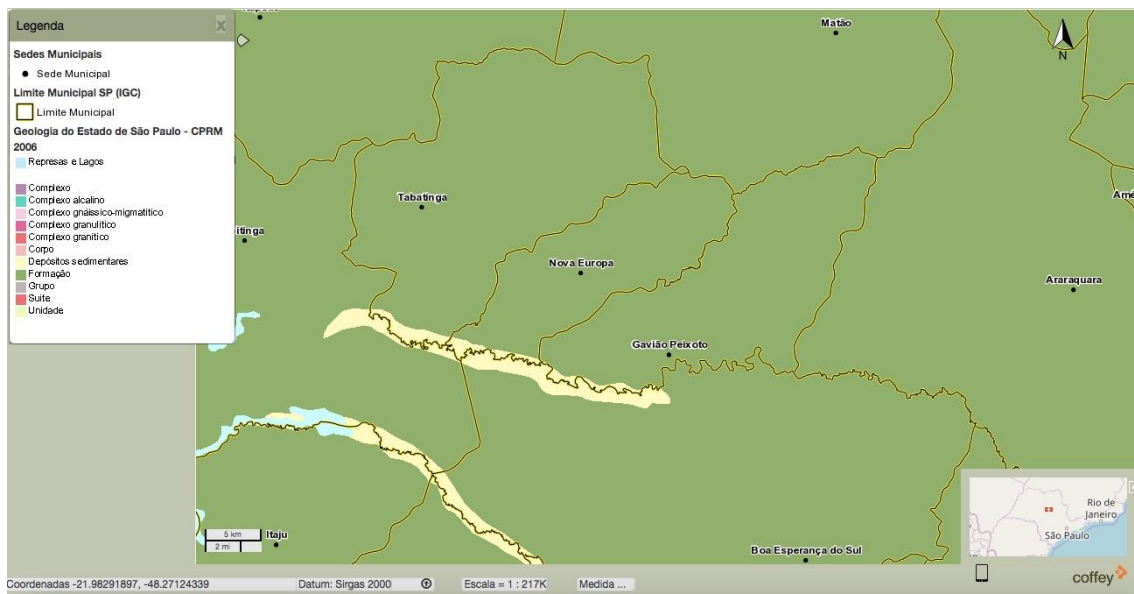
#### 9.3.1. Geologia

Em relação aos aspectos geológicos, Nova Europa está inserida na Bacia Sedimentar do Paraná, uma bacia sedimentar com grande extensão (1.600.000 km<sup>2</sup>) recorrente no centro-sul brasileiro, em que se encontram rochas pré-cambrianas cristalinas e rochas afossilíferas paleozoicas (ROSS & MOROZ, 1997).

A Bacia Sedimentar do Paraná é considerada rasa e preenchida em sua maioria por sedimentos continentais e marinhos, datados de diferentes períodos. Sua estrutura pode ser considerada uma fosse tectônica, causada por falhas verticais, tendo como feição principal o sistema monoclinal, devido aos movimentos distensivos presentes (LOCZY & LADEIRA, 1976 apud ROSS & MOROZ, 1997).

Inseridas na Bacia Sedimentar do Paraná, existem diversos domínios geológicos; dentre eles, no município de Nova Europa, estão presentes a Formação Serra Geral e a Formação Vale do Rio do Peixe, além dos depósitos aluvionares (mapa 7).

**Mapa 4 - Geologia do município de Nova Europa/SP.**



**Fonte:** DataGEO, 2017.

A Formação Serra Geral é uma formação que resultou de um evento vulcânico na forma de fissuras na Bacia Sedimentar do Paraná, e tem em sua composição rochas ígneas, predominantemente basaltos (DATAGEO, 2017;



CPRM, 2017). Ocupa cerca de 1.200.000 km<sup>2</sup> de área da Bacia Sedimentar do Paraná; ocorreu com a deposição de derrames de lava, assentados sobre a Formação Botucatu, deste modo, em conjunto com a mesma, constituem a Bacia Serra Geral (MACHADO, 2005; CPRM, 2006).

Os depósitos aluvionares são sedimentos clásticos, isto é, compostos por fragmentos quebrados de rochas e/ou minerais (ITCG, 2017) que resultam em uma mistura de lama, areia e/ou cascalho, depositados em uma área fluvial (WINGE, 2017). Assim, são ambientes que sofrem mutação causada pela erosão fluvial.

A Formação Vale do Rio do Peixe é uma formação que compõe o Grupo Bauru, em conjunto com as formações São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Araçatuba e Marília (FERNANDES & COIMBRA, 2000 apud CPRM, 2006). É formada sobretudo por arenitos, de coloração marrom a alaranjada, com estratificações cruzadas ou maciças.

Geomorfologicamente, o município de Nova Europa possui duas feições, Planalto Centro Oriental e Pequenas Planícies Fluviais, que serão melhor abordados no tópico '*Geomorfologia*', apresentado a seguir.

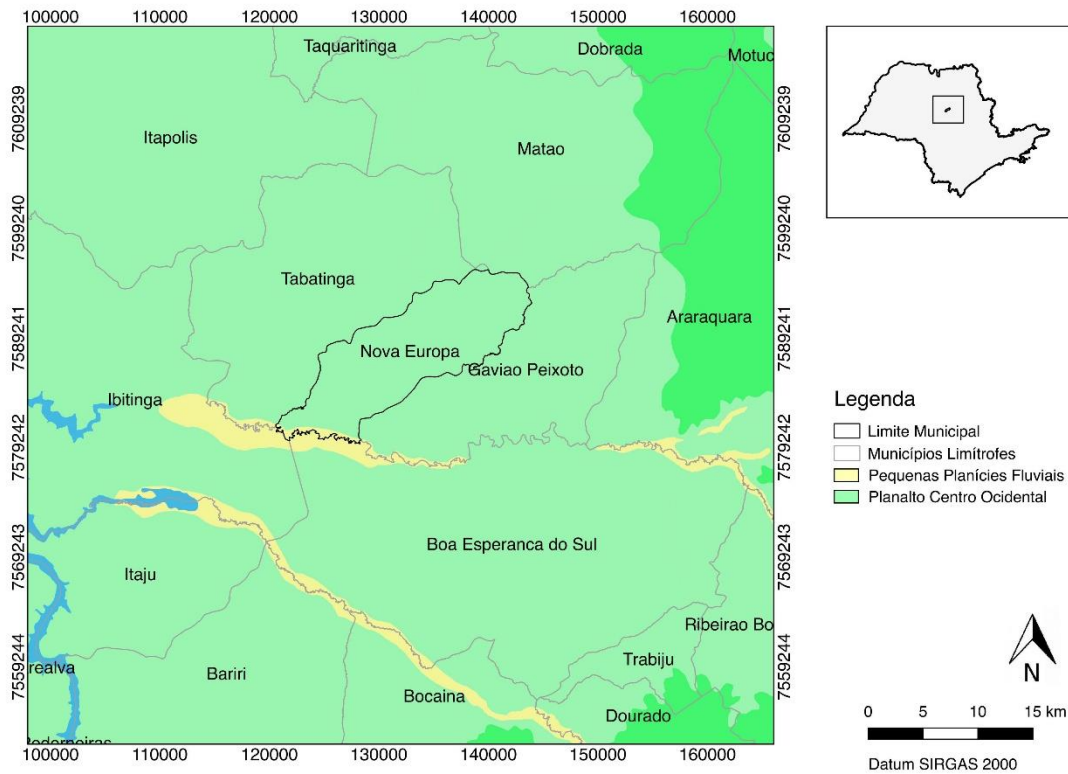
### **9.3.2. Geomorfologia**

A geomorfologia da cidade de Nova Europa é caracterizada com a presença de duas feições, Planalto Centro Ocidental e Pequenas Planícies Fluviais, apresentadas no mapa 8.





**Mapa 5 - Geomorfologia do município de Nova Europa/SP.**



**Fonte:** SIGGESTUR, 2017.

A unidade morfológica Planalto Centro Ocidental se caracteriza pela presença de colinas baixas e amplas com formas que possuem baixa densidade de drenagem (DATAGEO, 2017); que variam de 400-700m de altimetria e declividades entre 10-20%. Além destas, a região é tipificada pela predominância de arenitos e argilitos e possui como pedologia predominante os latossolos vermelho-amarelos e podzólicos vermelho-amarelos (ROSS & MOROZ, 1997).

As Pequenas Planícies Fluviais são áreas que, como o nome indica, são caracterizadas pela presença de planícies e terraços fluviais que, periodicamente, podem sofrer inundações (DATAGEO, 2017), com declividades inferiores a 2%; geologicamente, são caracterizadas pela predominância de sedimentos inconsolidados argilosos e arenosos, bem como predominância de gleissolos, que são solos glei húmicos e pouco húmicos (ROSS & MOROZ, 1997).

### **9.3.3. Clima**

A classificação climática utilizada atualmente é a classificação climática de Köppen, proposta em 1900 e aprimorada posteriormente. Se baseia na



premissa de que a vegetação referente à cada região terrestre está relacionada ao clima prevalecente naquela região (NOAA, 2010).

Ela separa o clima de todas as regiões do mundo em cinco grupos – do A ao E, que podem ter de duas a três variáveis – e seus tipos e subtipos, sendo que cada letra possui um significado. A primeira letra é maiúscula e indica o grupo climático, isto é, a característica climática regional. A segunda letra é minúscula e indica o subgrupo climático, mais especificamente trata sobre a pluviosidade. A terceira letra, quando existente, é minúscula e pode indicar a temperatura média anual ou mensal do ar (SAMPAIO et. al., 2011).

O município de Nova Europa tem classificação *Aw* segundo a classificação de Koppen. Assim, caracteriza-se por um clima tropical seco, que apresenta chuvas no verão e inverno seco, com temperaturas médias superiores a 18° C (CEPAGRI, 2017).

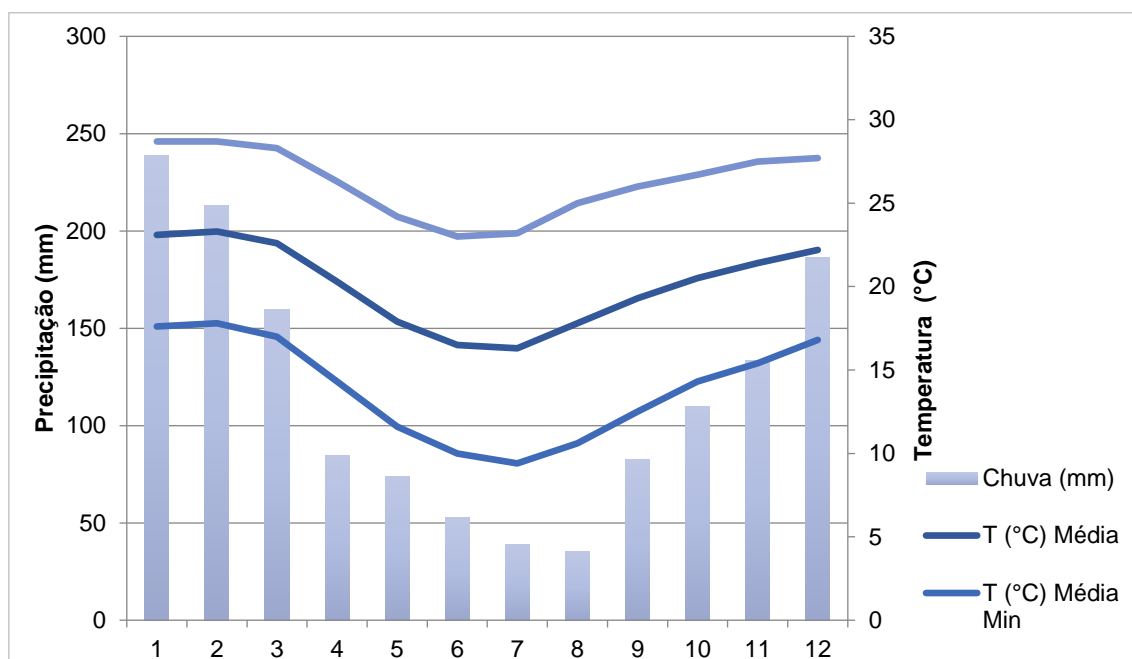
**Tabela 1 - Média da classificação climática de Nova Europa.**

<b>MÊS</b>	<b>TEMPERATURA DO AR (°C)</b>			<b>CHUVA (mm)</b>
	Mínima Média	Máxima Média	Média	
<b>JAN</b>	19,3	30,8	25,1	247,2
<b>FEV</b>	19,5	30,9	25,2	195,5
<b>MAR</b>	18,9	30,7	24,8	152,4
<b>ABR</b>	16,3	29,2	22,7	70,4
<b>MAI</b>	13,6	27,4	20,5	51,8
<b>JUN</b>	12,3	26,3	19,3	36,8
<b>JUL</b>	11,7	26,6	19,1	25
<b>AGO</b>	13,2	29	21,1	23,3
<b>SET</b>	15,3	30	22,6	60,5
<b>OUT</b>	16,9	30,3	23,6	113,5
<b>NOV</b>	17,7	30,5	24,1	144,4
<b>DEZ</b>	18,8	30,3	24,6	220,6
<b>Ano</b>	16,1	29,3	22,7	1341,4
<b>Min</b>	11,7	26,3	19,1	23,3
<b>Max</b>	19,5	30,9	25,2	247,2

Fonte: CEPAGRI, 2017.



**Gráfico 1 - Temperaturas Médias Mensais e Precipitação de Nova Europa/SP.**



Fonte: CEPAGRI, 2017.

A temperatura média anual é de 22,7°C, sendo 29,3°C a temperatura média máxima e 16,1°C a temperatura mínima média.

A pluviosidade anual no município de Nova Europa é de 1341,4 mm, sendo que atinge valores mínimos no mês de agosto e valores máximos no mês de janeiro.

#### **9.3.4. Hidrologia**

O Estado de São Paulo conta com a presença de um sistema para gerenciar os recursos hídricos (Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SIGRH), que se baseia na descentralização da gestão dos mesmos, através de participação e integração das partes interessadas (SIGRH, 2017).

Deste modo, o SIGRH tem em sua composição membros da administração estadual, municipal e participação da sociedade civil; se baseia no Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), disposto pela lei estadual 16.337/16<sup>3</sup> para realizar a gestão (SIGRH, 2017).

<sup>3</sup> Lei Estadual nº 16.337/16: Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH e dá providências correlatas.



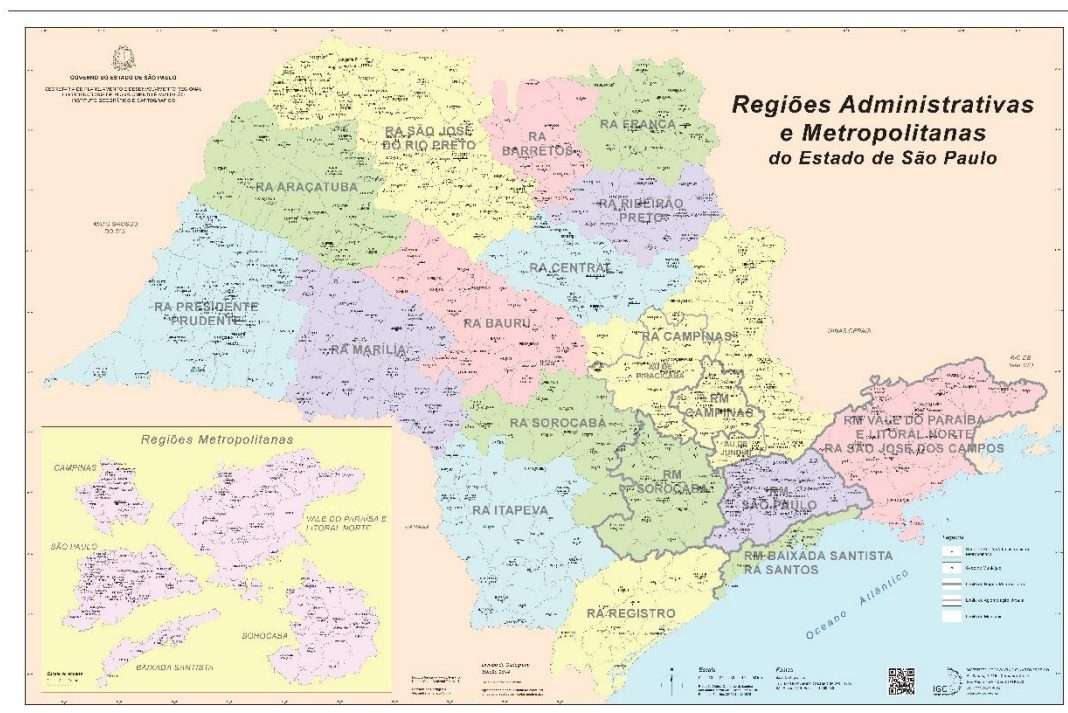


O Plano Estadual de Recursos Hídricos é um documento, elaborado por meio dos Planos de Bacia dos 21 comitês de bacias de São Paulo, com a periodicidade de 4 anos. Financeiramente, a viabilidade dos projetos é dada por meio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) (SIGRH, 2017).

Compete aos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH), Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI) coordenar e integrar o Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Assim, o estado de São Paulo foi dividido em regiões hidrográficas (mapa 9) denominadas unidades hidrográficas de gerenciamento de recursos hídricos (UGRHs), que são unidades hidrográficas “com dimensões e características que permitam e justifiquem o gerenciamento descentralizado dos recursos hídricos” (art. 20 da Lei Estadual 7663<sup>4</sup> de 30/12/1991). Formadas por bacias hidrográficas ou parte destas, diferentes UGRHs podem, assim, contemplar uma mesma bacia hidrográfica.

**Mapa 6 - Hidrologia do município de Nova Europa/SP.**



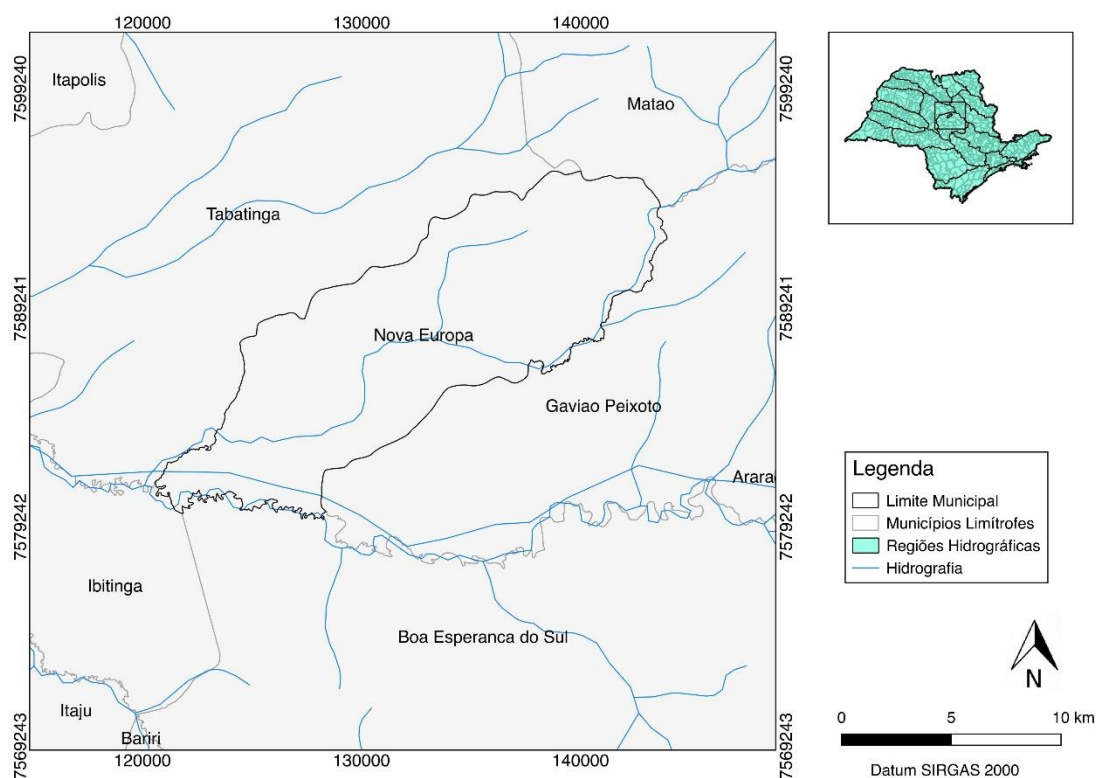
Fonte: IGC, 2017.

<sup>4</sup> Lei Estadual nº 7.663/91: Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.



No que diz respeito à hidrologia municipal, a cidade de Nova Europa faz parte da região hidrográfica 13, na unidade hidrográfica de gerenciamento de recursos hídricos (UGRHI) Tietê/Jacaré. O mapa 10, a seguir, apresenta o município de Nova Europa inserido nas regiões hidrográficas do estado de São Paulo.

**Mapa 7 - Hidrologia do município de Nova Europa/SP.**



**Fonte:** SIGGESTUR, 2017.

A UGRHI 13 – Tietê/Jacaré, localizada na região central do estado, abrange 34 municípios com sede na UGRHI e 3 com área na UGRHI (e sede fora da mesma). Compreende a área de drenagem de 11.779 km<sup>2</sup> e conta como principais rios Jacaré-Pepira, Jacaré-Guaçu, Jaú, Lençóis, Bauru e Tietê. Além disto, a região conta com três reservatórios, Ibitinga, Lobo e Bariri (SIGRH, 2005).

Os corpos hídricos presentes na UGRHI 13 possuem qualidade das águas entre regular, boa e ótima, segundo o Índice de Qualidade da Água (IAP), dado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) em 2009. Este índice considera, sobretudo, a qualidade das águas para abastecimento público (CETESB, 2017).



A unidade hidrográfica de gerenciamento de recursos hídricos 13 - Tietê/Jacaré possui em cerca de 9% de seu território vegetação remanescente natural, o que totaliza aproximadamente 1106 km<sup>2</sup>. Possui diversas unidades de concentração, dentre elas áreas de preservação ambiental (APAs), estações ecológicas (EEs), uma floresta estadual (FE) e reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs) (SIGRH, 2017).

O município de Nova Europa se localiza na parte da UGRHI 13 – Tietê/Jacaré que se caracteriza pela proximidade com os rios Jacaré-Guaçu e Tietê e pela presença do ribeirão Itarequê em seu território.

### **9.3.5. Vegetação**

O estado de São Paulo, com cobertura vegetal nativa estimada em 81,8% na situação inicial, vem sofrendo ano após ano diminuições significativas nesta porcentagem, sendo que nos anos 2000 a cobertura vegetal nativa era de 3% (VICTOR, 1979 apud INSTITUTO FLORESTAL, 2005).

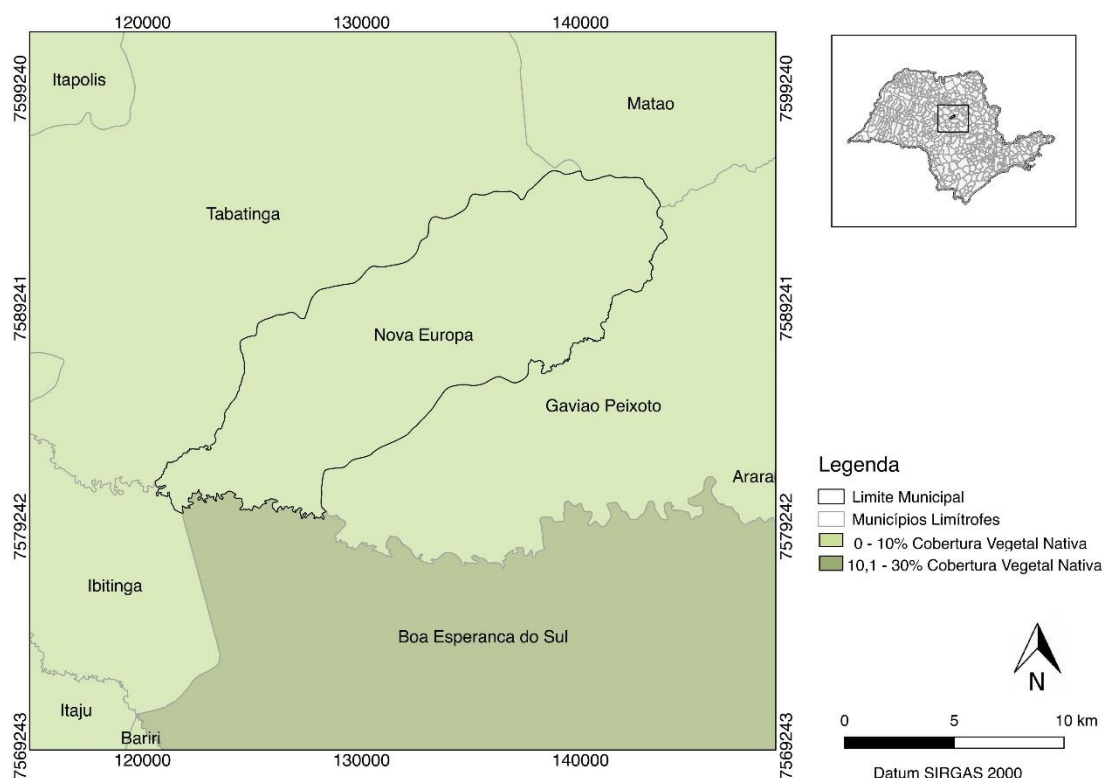
Em 1967 CHIARINI et. al. conceituaram 14% do estado com áreas florestais, 0,6% de cerradão, 5,7% de cerrado, 1,2% de campos e 1,5% de áreas de reflorestamento (INSTITUTO FLORESTAL, 2005).

O estudo mais recente do Instituto Florestal indica que, em 2005, o estado de São Paulo possuía cobertura vegetal total de 13,94%, sendo as fisionomias classificadas em 5,76% mata, 5,96% capoeira, 0,57% cerrado, 0,28% cerradão, 0,01% campo, 0,63% vegetação de várzea, 0,08% mangue, 0,63% restinga e 0,03% de vegetação não classificada.

O município de Nova Europa, bem como todo o estado de São Paulo, sofreu perdas em relação à cobertura vegetal, que era majoritariamente constituída por Mata Atlântica. O mapa 11 indica a porcentagem de vegetação nativa presente no município.



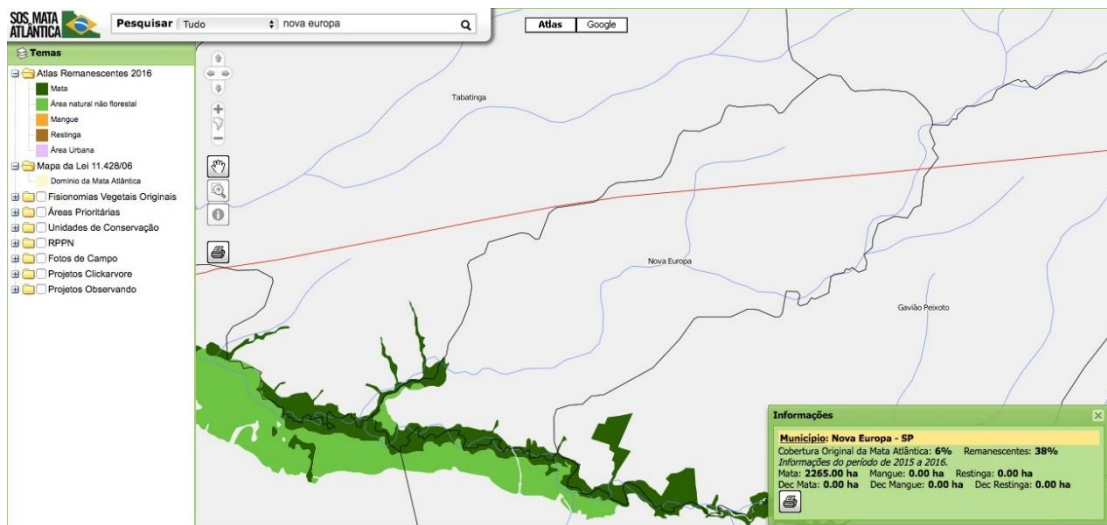
### Mapa 8 - Vegetação de Nova Europa/SP.



Fonte: SIGGESTUR, 2017.

O estado de São Paulo, antes coberto em sua maioria por Mata Atlântica, com a presença de áreas menores de Cerrado, sofreu perdas e atualmente restam cerca de 3% da cobertura vegetal; já o município de Nova Europa, conforme indica o mapa 11 (elaborado com dados do DATAGEO, 2017), possui entre 0-10% da cobertura vegetal nativa e, segundo o mapa 8 da Fundação SOS Mata Atlântica, a área que possuía 6% de sua cobertura original de Mata Atlântica, atualmente possui 38% remanescente. Assim, a área de mata atual abrange 2265 hectares (SOS MATA ATLÂNTICA, 2017).

**Mapa 9 - Vegetação remanescente de Nova Europa/SP em 2016.**



Fonte: SOS Mata Atlântica, 2017.

A vegetação característica da Mata Atlântica era composta por floresta estacional semidecídua e decídua, floresta ombrófila aberta, mista e densa, restingas, mangues e campos de altitude (SOS MATA ATLÂNTICA, 2017). Atualmente, os remanescentes podem ser compostos por fragmentos florestais, outros tipos de áreas naturais não florestais, mangues ou restingas. No caso do município de Nova Europa, os fragmentos florestais são áreas de mata, conforme indica o mapa 12.

Além disso, a lei 11.428/06 foi criada a fim de estabelecer o uso e proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica nos fragmentos remanescentes.

## **9.4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS**

Os tópicos a seguir irão se direcionar aos indicadores da economia local assim como sua organização social.

### **9.4.1. Características Demográficas**

Entre 2000 e 2010, a população de Nova Europa cresceu a uma taxa média anual de 2,44%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 88,61% para 92,74%. Em 2010 viviam, no município, 9.300 pessoas.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 3,46%. Na UF, esta taxa foi de 1,78%, enquanto no Brasil foi de 1,63%,





no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 67,83% para 88,61%.

**Tabela 2 - Indicadores de Território e população – Ano 2017**

<b>Indicadores</b>	<b>Nova Europa</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>Estado</b>
<b>Área (Km<sup>2</sup>)</b>	160,25	11.093,30	248.219,63
<b>População</b>	10.323	1.003.930	43.674.533
<b>Densidade Demográfica (Hab/Km<sup>2</sup>)</b>	64,42	90,50	175,95
<b>Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População – 2010/2015</b>	1,53	0,77	0,83
<b>Grau de Urbanização (%)</b>	94,41	95,71	96,37
<b>Índice de Envelhecimento (%)</b>	61,02	85,94	72,47
<b>População com menos de 15 anos (%)</b>	20,48	17,84	19,33
<b>População com 60 anos ou mais (%)</b>	12,50	15,33	14,01
<b>Razão dos Sexos<sup>5</sup></b>	97,99	96,83	94,80

Fonte: SIGGESTUR adaptado de SEADE, 2017.

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 49,83% para 44,14% e a taxa de envelhecimento, de 6,50% para 7,32%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 61,74% e 5,52%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

#### **9.4.2. Índice de Desenvolvimento Humano**

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento

---

<sup>5</sup> Número de homens para cada 100 mulheres na população residente em determinada área, no ano considerado. (SEADE, 2017)



humano: renda, educação e saúde. Essa abordagem permite a interpretação de dados de qualidade de vida em uma localidade.

Nova Europa tem o IDH 0,765 em 2013, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDH do município é **longevidade**, com índice de 0,869, seguida de **renda** e **educação**, com índice 0,718. A tabela abaixo apresenta a evolução do IDH de Nova Europa, com recortes de 1991, 2000 e 2010.

**Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano de Nova Europa**

<b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Nova Europa – SP</b>			
<b>IDHM e componentes</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM Educação</b>	0,316	0,563	0,718
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	20,62	33,50	49,31
% de 5 a 6 anos na escola	47,60	89,14	100,00
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	66,76	96,87	97,35
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	29,88	71,44	87,45
% de 18 a 20 anos com médio completo	12,58	34,32	62,17
<b>IDHM Longevidade</b>	0,749	0,814	0,869
Esperança de vida ao nascer	69,94	73,82	77,11
<b>IDHM Renda</b>	0,683	0,680	0,718
Renda per capita	561,07	552,20	697,32
<b>IDH Municipal</b>	0,545	0,678	0,765

**Fonte:** SIGGESTUR, 2017 adaptado de PNUD, 2010.

O IDHM passou de 0,545 em 1991 para 0,678 em 2000 - uma taxa de crescimento de 24,40%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 70,77% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,247), seguida por Longevidade e por Renda.

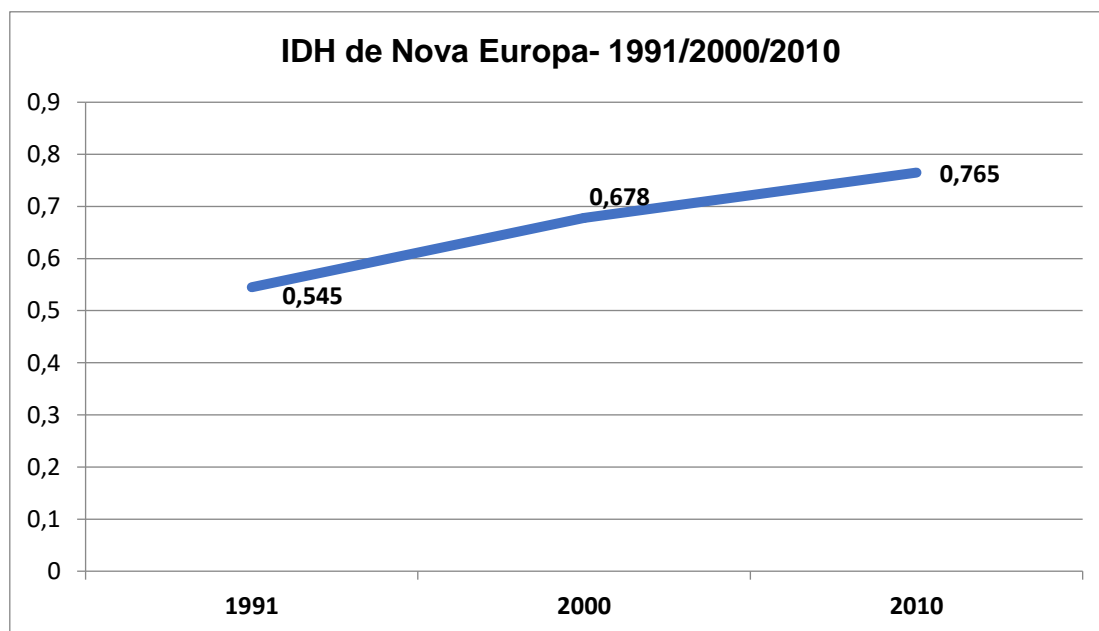
O IDHM passou de 0,678 em 2000 para 0,765 em 2010 - uma taxa de crescimento de 12,83%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a



distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 72,98% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,155), seguida por Longevidade e por Renda.

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,545, em 1991, para 0,765, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 40,37% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 51,65% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,402), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

**Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM - 1991/2000/2010**



Fonte: SIGGESTUR, 2017

No ranqueamento, Nova Europa ocupa a 289ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).





### 9.4.3. Atividades Econômicas

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 67,52% em 2000 para 71,69% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,51% em 2000 para 4,77% em 2010.

Tabela 4 - Ocupação da população de Nova Europa

<b>Ocupação da população de 18 anos ou mais - Município - Nova Europa - SP</b>		
<b>Série</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	67,52	71,69
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	8,51	4,77
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	72,89	79,54
<b>Nível educacional dos ocupados</b>		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	38,53	56,98
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	20,72	42,20
<b>Rendimento médio</b>		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	27,81	13,08
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	75,66	67,08
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	94,21	94,95

Fonte: SIGGESTUR, 2017

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 36,36% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 22,05% na indústria de transformação, 3,30% no setor de construção, 0,53% nos setores de utilidade pública, 7,89% no comércio e 27,56% no setor de serviços.

Tabela 5 - Participação do Município referente a economia (Comparativo Região Administrativa e Estado)

<b>Economia</b>	<b>Ano</b>	<b>Município</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>Estado</b>
Participação nas Exportações do Estado (Em %)	2016	0,158636	5,207218	100,000000



Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	2014	8,03	4,18	1,76
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	2014	41,28	29,02	22,01
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	2014	50,69	66,79	76,23

Fonte: SIGGESTUR, 2017 adaptado de SEADE, 2014.

Segundo levantamento realizado pelo SEADE 2016, e constatado na tabela acima, o município de Nova Europa destaca-se por sua representatividade no setor de serviços, seguido pelo setor industrial, e por fim o setor agrícola.

Segundo o IBGE (2015), o salário médio mensal era de 2.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 40.4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 202 de 645 e 50 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 580 de 5570 e 181 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 29.2% da população nessas condições, o que o colocava na posição 468 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4837 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

#### 9.4.4. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto é a soma de tudo que foi produzido no país durante determinado recorte temporal. Estes valores demonstram a capacidade competitiva das economias, sendo municipal, estadual ou nacional, bem como sua composição setorial.

Segundo o IBGE, em 2014 Nova Europa tinha um PIB per capita de R\$ 26.602,01. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 212 de 645. Já na comparação com cidades do Brasil todo, sua colocação era de 1008 de 5.570. Em 2015, tinha 88.8% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 159 de 645 e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 2.466 de 5.570.

Tabela 6 - Comparativo do PIB referente a Nova Europa, Região Administrativa e Estado de São Paulo

Indicadores	Ano	Município	RMSP	Estado
-------------	-----	-----------	------	--------



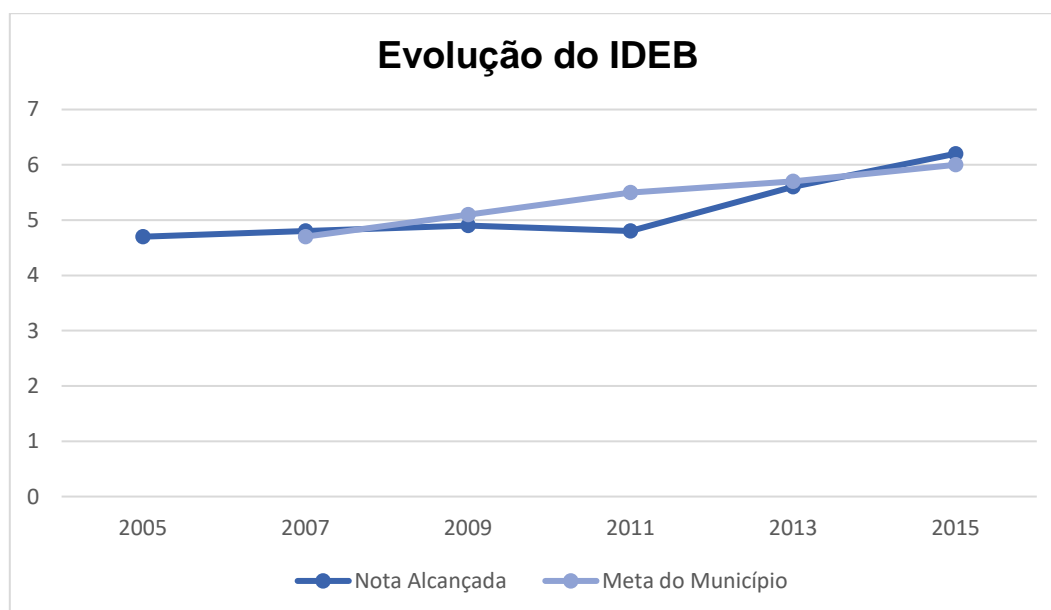
PIB (em mil reais correntes)	2014	273.362,29	31.863.787,36	1.858.196.055,52
PIB per Capita (em reais correntes)	2014	27.640,27	32.411,87	43.544,61
Participação no PIB do Estado (Em %)	2014	0,014711	1,714770	100,000000

Fonte: SIGGESTUR, 2017 adaptado de Seade, 2014.

#### 9.4.5. Educação

Apresentaremos a seguir, dados referentes a educação do município. Iniciaremos apresentando os dados de Ideb. O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.2 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.4. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 306 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 556 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 100 em 2010. Isso posicionava o município na posição 1 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 1 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Gráfico 3 - Evolução do Ideb no município de Nova Europa



Fonte: SIGGESTUR adaptado de IDEB, 2017



No indicador de fluxo, constatamos que dois a cada 100 alunos foram reprovados. Já o indicador de aprendizado varia de 0 até 10 e quanto maior, melhor. Porém o 10 é praticamente inatingível - significaria que todos alunos obtiveram rendimento esperado. O município de Nova Europa atingiu a nota 6,37.

Em relação à escolaridade e analfabetismo da população de Nova Europa, o SEADE, de acordo com o censo demográfico de 2010 dispõe as seguintes informações apresentadas na tabela abaixo.

**Tabela 7 - Comparativo de níveis de Analfabetismo e Escolaridade do Município (com a Região Administrativa e Estado)**

<b>Educação</b>	<b>Nova Europa</b>	<b>Região Administrativa</b>	<b>Estado</b>
Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos e mais – Censo Demográfico (Em %) – 2010	7,15	5,36	4,33
População de 18 a 24 anos com pelo Menos Ensino Médio Completo – Censo Demográfico (Em %) - 2010	61,94	60,22	57,89

Fonte: SIGGESTUR, 2017 adaptado de Seade, 2014.

Segundo a Prefeitura Municipal de Nova Europa (2017), o município possui em sua rede 9 instituições de ensino básico e 1 em construção, sendo destas 8 escolas municipais, incluindo creches, ensino pré-escolar e fundamental e 1 escola estadual, com ensino fundamental e médio.

**Tabela 8 - Lista de Escolas Públicas Municipais**

<b>Instituição de ensino</b>	<b>Endereço</b>
Creche Hildelgard	Rua Durval Franco de Camargo, Jardim Dantas
Creche Jardim São Paulo	Rua das Magnolias, nº632 - Jardim São Paulo
EMEI Criança Feliz	Rua Aureliano Ricardo da Silva, nº399
Núcleo de Promoção Social-Primeiros Passos	Rua Aureliano Ricardo da Silva, nº 511
EMEF Anita Ferraz Malzoni	Rua Wadi João Jodão, nº172
EMEF Prefeito Francisco Metidieri	Rua 12 de Outubro, nº76 - Centro



Preve Criança	Rua das Rosas, nº581
EMEF Nilva Cazetto Kfourri	Rua Ricieri Bergamin, nº70
Creche Rua Francisco Metidieri ( <b>Em construção</b> )	Rua Francisco Metidieri, nº280 - Centro

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Europa, 2017.

**Tabela 9 - Lista de Escolas Públicas Estaduais**

Instituição de ensino	Endereço
Escola Estadual Professora Luzia de Abreu	Rua Aureliano Ricardo da Silva, nº179

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Europa, 2017.

#### 9.4.6. Saúde

De acordo com o IBGE (2014), a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 7.58 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 420 de 645 e 465 de 645, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3751 de 5570 e 4734 de 5570, respectivamente.

Em comparação com a Região Administrativa da qual faz parte e com o Estado, obtemos os seguintes dados relacionados a saúde do município expostos na tabela abaixo.

**Tabela 10 - Estatísticas de Saúde Pública**

Estatísticas Vitais e Saúde	Município	Região Administrativa	Estado
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	12,86	12,22	13,84
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	45,47	44,84	49,73
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	7,63	9,76	10,91
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	7,63	11,16	12,58



Taxa de Mortalidade da População de 15 a 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	141,92	93,98	104,02
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2.813,50	3.592,24	3.500,93
Nascidos Vivos de Mães com Menos de 18 Anos (Em %)	14,18	6,59	6,25
Mães que fizeram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (Em %)	81,48	84,24	77,77
Partos Cesáreos (Em %)	85,82	74,64	59,40
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (em %)	14,89	9,23	9,15
Gestações Pré-Termo (Em %)	18,80	11,40	10,63
Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)	0,69	1,33	1,28

Fonte: SEADE, 2015.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Nova Europa, o município conta com 6 estabelecimentos de saúde, sendo:

**Tabela 11 - Unidades Básicas de Saúde**

<b>Unidade Saúde</b>	<b>Endereço</b>
Centro de Saúde Dr. Álvaro Bruce Mallio	Rua Rodrigues Alves, nº 50
UBS Central	Rua 07 de Setembro, nº 300
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Nova Europa-Hospital	Rua Osvaldo Pongetti, nº 60
UBS Vila Fraige	Rua Campos Salles, nº 846
UBS Santa Fé	Rua Campos Salles, nº
UBS Portal dos Pássaros	Rua dos Antúrios, nº 584

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Europa, 2017.



## 9.5. INFRAESTRUTURA URBANA

Segundo a Lei 11.445/07, Lei de Saneamento Básico, todas as prefeituras têm obrigação de elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

### 9.5.1. Abastecimento de Água

O abastecimento de água potável é constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição. Isso significa a captação em um corpo hídrico superficial ou subterrâneo, o tratamento, a adução, a reservação e a distribuição até os pontos de medição. Trata-se de um importante indicador do desenvolvimento de um país, principalmente pela sua estreita relação com a saúde pública e o meio ambiente. A prestação dos serviços de abastecimento de água no município de Nova Europa é feita pela Prefeitura Municipal de Nova Europa, através do DAE (Departamento de Água e Esgoto).

Segundo o PMSB de Nova Europa (2016) fazem parte de um sistema de abastecimento de água os seguintes componentes:

- Manancial. É o corpo de água superficial ou subterrâneo, de onde é retirada a água para o abastecimento. Deve fornecer vazão suficiente para atender a demanda de água no período de projeto, e a qualidade dessa água deve ser adequada sob o ponto de vista sanitário.

- Captação. Conjunto de estruturas e dispositivos, construídos ou montados junto ao manancial, para a retirada de água destinada ao sistema de abastecimento.

- Estação elevatória. Conjunto de obras e equipamentos destinados a recalcar a água para a unidade seguinte. Em sistemas de abastecimento de água, geralmente há várias estações elevatórias, tanto para o recalque de água bruta, como para o de água tratada. Também é comum a estação elevatória tipo "booster", que se destina a aumentar a pressão e/ou vazão em adutoras ou redes de distribuição de água.

- Adutora. Canalização que se destina conduzir água entre as unidades que precedem a rede de distribuição. Não distribuem água aos consumidores, mas podem existir as derivações que são as subadutoras.





- Estação de tratamento de água. Conjunto de unidades destinado a tratar a água de modo a adequar suas características aos padrões de potabilidade.

- Reservatório. É o elemento do sistema de distribuição de água destinado a regularizar as variações entre as vazões de adução e de distribuição e condicionar as pressões na rede de distribuição.

- Rede de distribuição. Parte do sistema de abastecimento de água formada de tubulações e órgãos acessórios, destinada a colocar água potável à disposição dos consumidores, de forma contínua, em quantidade e pressão recomendada.

Ainda segundo o PMSB (2016) O município de Nova Europa é dividido pelos seguintes setores de abastecimento de água:

- Sistema Jd. São Paulo;
- Sistema Jd. São Roque;
- Sistema 13 de Maio;
- Sistema Matadouro (alternativo).

A captação de água é feita através de manancial subterrâneo. No município de Nova Europa são utilizados três poços profundos para o abastecimento de toda área urbana. São eles:

- Poço 3 - Sistema Jd. São Paulo;
- Poço 4 - Sistema Jd. São Roque;
- Poço 5 - Sistema 13 de Maio.

Além destes, existem os Poços 1 e 2 que se encontram desativados e tamponados, e o Poço Matadouro, que atualmente se encontra desativado. Porém, em momento oportuno este último será reativado, caso necessário, para abastecimento de três núcleos habitacionais (CDHU).

Convém informar que os poços não possuem Outorga de Direito de Uso, a ser emitida pelo DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo).

O município não possui estação de tratamento de água, afinal a captação de água se dá de forma subterrânea, produzindo água de boa qualidade, porém não potável. Para sua potabilidade é feito um tratamento dela diretamente na saída dos poços através da cloração e fluoretação. (PMSB, 2016)





### 9.5.2. Sistema de Esgoto

O esgotamento sanitário é constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente. A prestação dos serviços de esgotamento sanitário no município de Nova Europa é feita pela Prefeitura Municipal de Nova Europa, através do DAE (Departamento de Água e Esgoto).

Segundo o PMSB (2016) de Nova Europa fazem parte de um sistema de esgotamento sanitário os seguintes componentes:

- Rede coletora. É o conjunto de tubulações constituído por ligações prediais, coletores de esgoto, coletores-tronco e seus órgãos acessórios. Sua função é receber as contribuições dos domicílios, prédios e economias, promovendo o afastamento do esgoto sanitário coletado em direção aos grandes condutos de transporte (interceptores e emissários) para o local de tratamento e descarga final (corpo receptor).

- Interceptor. Canalização cuja função é receber e transportar o esgoto sanitário coletado. Em geral, os trechos de conduto são extensos. É uma canalização situada nas partes mais baixas da bacia, ao longo dos talwegues e às margens dos cursos de água.

- Emissário. Tubulação que recebe esgoto exclusivamente na extremidade de montante. O último trecho de um interceptor, aquele que precede e contribui para uma estação elevatória, uma ETE, ou mesmo para descarga na disposição final no corpo receptor, é o caso mais comum de emissário.

- Estação elevatória de esgoto. Conjunto de instalações destinadas a transferir os esgotos de uma cota mais baixa para outra mais alta.

- Estação de tratamento de esgoto. Conjunto de instalações destinadas à depuração dos esgotos, antes do seu lançamento.

- Corpo receptor. Corpo de água onde são lançados os esgotos.

A estação elevatória de esgotos (EEE) se encontra localizada na continuação da Rua Elgídio Caldeira Dantas, próxima ao Sistema de Água Matadouro. Já a estação de tratamento de esgotos (ETE) se localiza próxima a cidade. O sistema de tratamento adotado são as lagoas de estabilização, composta de uma lagoa anaeróbia seguida por duas lagoas facultativas.



Ainda segundo o PMSB (2016) as lagoas de estabilização são bastante indicadas para as condições brasileiras, devido aos seguintes aspectos:

- Suficiente disponibilidade de área em um grande número de localidades;
- Clima favorável;
- Operação simples;
- Necessidade de pouco ou nenhum equipamento.

Apesar dos dados apresentados no SNIS constarem como 80% de coleta de esgotos a prefeitura informou que atualmente todo esgoto gerado no município é coletado, não existindo fossa séptica e nem lançamento in natura.

### **9.5.3. Resíduos Sólidos**

O Município de Nova Europa promulgou em 2013 a lei municipal complementar no 072/2013 que dispõe sobre a reorganização e consolidação da estrutura administrativa organizacional do Poder Executivo Municipal de Nova Europa, dando também outras providências.

A partir desta lei, contida no Apêndice H, o serviço de manejo de resíduos sólidos deveria ser gerido pela Secretaria de Meio Ambiente, no âmbito da execução e fiscalização dos serviços, em razão inclusive do pequeno porte do município. Porém, atualmente é o Departamento de Obras que realiza a gestão dos resíduos.

Segundo o PMSB (2016) a pequena população e delimitação urbana permitem que o município realize a gestão e operação de todos os serviços prestados afetos aos resíduos sólidos, constantes na lei federal no 11.445/2007 cuja qual estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, exceto os resíduos de serviço de saúde (RSS). Atualmente é a empresa Noroeste Gerenciamento de Resíduos LTDA ME que realiza coleta, transporte e tratamento dos RSS.

Ainda segundo o PMSB (2016) Adotando a população atual de Nova Europa como 9.890 habitantes (SEADE, 2014) tem-se que o volume coletado de RSU é de 0,826 Kg/hab.dia.

Todos os RSD coletados são levados até o Aterro Municipal de Nova Europa, localizado na Rodovia Victor Maida - SP 331 – gleba 02, Km 31 - Zona



Rural do município de Tabatinga. O sistema de aterramento é em valas, e recebe diariamente em torno de 9 (nove) toneladas de resíduos.

#### **9.5.4. Energia Elétrica**

Em Nova Europa, a energia é fornecida pela CPFL Paulista, concessionária de serviço público que atua na distribuição de energia elétrica. De acordo com dados do SEADE, em 2015 existiam cerca de 3.663 consumidores no município de Nova Europa, distribuídos em 173 consumidores em comércio e serviços, 12 industrial, 150 rural, 50 de iluminação e serviço público e 3.278 consumidores residenciais. O consumo total de energia elétrica em MWh era de 12.382.

#### **9.5.5. Transporte**

A cidade de Nova Europa possui um terminal rodoviário, localizado na Rua Francisco Metidiere.

Duas empresas mantém linhas em Nova Europa: a Empresa Cruz e a Empresa Paraty.

#### **9.5.6. Segurança Pública**

O município de Nova Europa é conveniado com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, objetivada pelo bom funcionamento das ações previstas na prevenção da segurança pública municipal, combatendo com mais eficiência a violência e a criminalidade.

Órgãos de segurança no município:

- 3º Agrupamento de Polícia Militar de Nova Europa  
Rua Campos Sales, 408, Centro, Nova Europa  
Telefone: (16) 3387 1221
- Polícia Civil  
Rua sete de setembro, 280, Centro, Nova Europa  
Telefone: (16) 3387 1122



## **CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DA OFERTA TURÍSTICA**

O Inventário Turístico de Nova Europa teve por objetivo, levantar, identificar e registrar informações a respeito dos atrativos e recursos turísticos (histórico-culturais, rurais e naturais), atividades culturais, técnico-científicas e econômicas relevantes, bem como os equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura básica do município (saúde, educação, transporte, segurança, bancos, etc.), infraestrutura de apoio ao turismo, entre outras variáveis como, mão-de-obra, entidades de classe, características socioeconômicas, tecnológicas, além de outros elementos fundamentais que determinam a dimensão da sua oferta turística.

Com este levantamento é possível dar maior subsídio aos gestores públicos e instâncias de governança responsáveis pelo planejamento turístico municipal pautado na sustentabilidade, e também pode ser utilizado como base de informações atualizadas aos profissionais que atuam junto ao turismo. Além disso, o documento também pode atender a estudantes, pesquisadores e docentes, bem como empresários, imprensa e munícipes que necessitem de informações sobre o município.

A partir das informações colhidas, que é o resultado da revisão e atualização de documentos anteriores, e que refletem a dinâmica contemporânea da economia do turismo em Nova Europa, o atual trabalho apresenta uma gama de informações primordiais para se conhecer e destacar o potencial turístico que o Destino Nova Europa dispõe, além de permitir que o município se transforme em um MIT – Município de Interesse Turístico, título concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, e, com isso, ter acesso a recursos direcionados para investimentos no setor.

Desenvolver as potencialidades turísticas de cada região é impossível sem planejamento e planejar exige consistência e confiabilidade de dados como base para análises e decisões acertadas. É sobre esse tipo de informações geradas pelo inventário que se deve debruçar – estudá-las e extrair-lhes os elementos que devem subsidiar diagnósticos e prognósticos mais precisos.

Este capítulo do Diagnóstico Turístico tem por objetivo analisar e quantificar a distribuição da atividade turística no município de Nova Europa, de acordo com a segmentação do turismo, com o trade turístico municipal e outras



informações relevantes ao seu desenvolvimento, de forma a servir como uma base de dados confiável à elaboração do diagnóstico turístico do município e, futuramente, nos estudos consequentes.

## **2.1. ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS**

De acordo com Barreto (2003) apud Boullón o planejamento tem de levar em considerações as terminologias empregadas no desenvolvimento turístico de um determinado local, desta forma diversos conceitos e termos surgem para identificar os elementos deste processo, Área turística, Atrativos Turísticos, Centros Turísticos, Centro de Apoio, Ciclo Vital, Recursos Turísticos, Complexos Turísticos, Oferta Turística entre outros.

Um atrativo turístico é composto de “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados” (BRASIL, MTUR, 2007b, p.27). O atrativo “é o elemento que desencadeia o processo turístico” (VALLS, 2006, p. 27), ou seja, a matéria-prima do turismo sem a qual um país ou uma região não poderiam empreender o desenvolvimento turístico (BOULLÓN, 2002).

Para Beni (2003), é “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los”.

O atrativo turístico é um dos principais componentes do sistema de turismo, pois é ele o fator motivador do deslocamento. Contudo, é importante diferenciar atrativos de recursos, como aponta Gunn (1993 apud UFMS, 2006) “os recursos naturais, culturais, etc. são o fundamento para o desenvolvimento posterior da atração”, isto é, o atrativo turístico passa a existir a partir do momento que são fornecidas as condições necessárias para que seja conhecido. Essas condições podem ser entendidas como acesso, serviços de alojamento, restaurantes, transportes, dentre outros.

Os atrativos turísticos podem ser classificados em naturais, culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados (BENI, 2003).



Por se constituir em um dos principais elementos do turismo, o atrativo turístico deve ser utilizado de maneira racional e sustentável, as intervenções realizadas devem estar de acordo com a legislação ambiental e cultural vigentes, conciliando os interesses dos proprietários, turistas e da comunidade local.

De acordo com o Inventário da Oferta Turística, Nova Europa possui atrativos turísticos 4 segmentos distintos, entre eles Naturais, Culturais, Religiosos e Esportivos sendo que alguns destes já recebem visitação e estão aptos para auxiliarem no processo de desenvolvimento turístico municipal.

O fato de classificar a gama de produtos turísticos como Atrativos no município, significa que, na maioria dos casos, os locais que possuem potencial de atratividade também possuem infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento da atividade, e, muitas das vezes, já realizam, mesmo que timidamente, a oes de visita o, eventos e manifesta oes de atra ao regional e estadual, e até federal.

Desta forma, a tabela abaixo apresenta a segmenta o dos Atrativos Turísticos de Nova Europa e sua quantifica o, perante a análise da oferta turística.

**Tabela 12 - Atrativos Turísticos de Nova Europa**

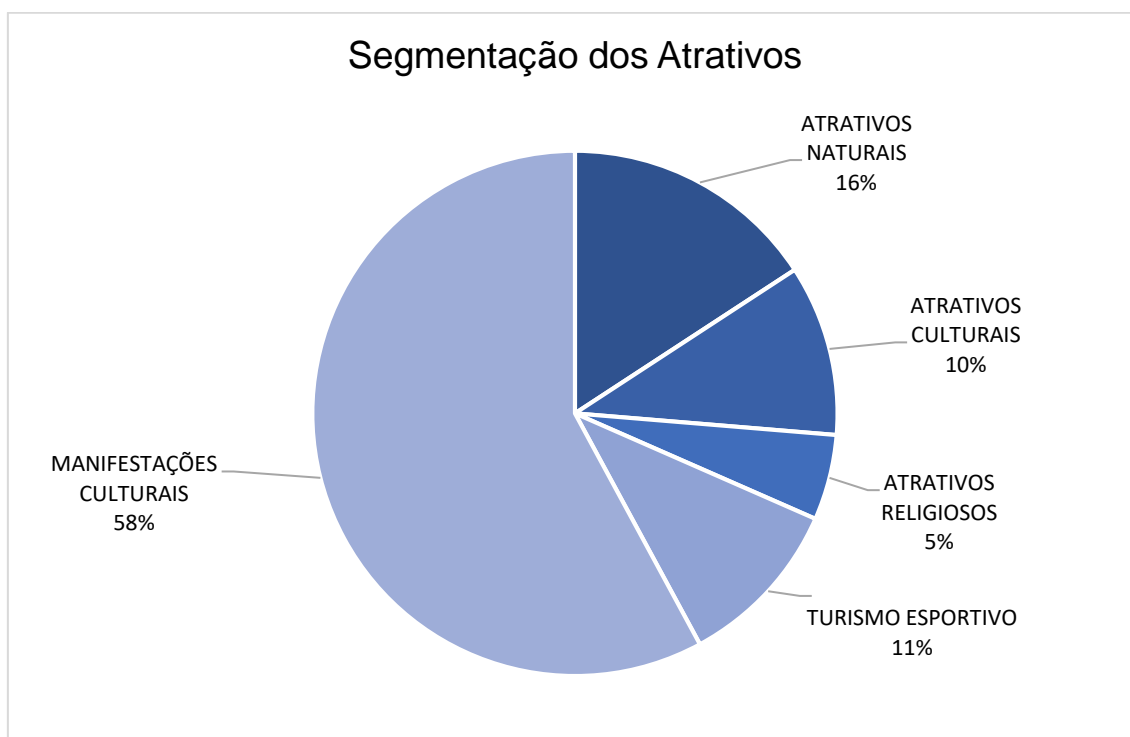
<b>SEGMENTO</b>	<b>QUANTIDADE DE ATRATIVOS</b>
ATRATIVOS NATURAIS	3
ATRATIVOS CULTURAIS	2
ATRATIVOS RELIGIOSOS	1
TURISMO ESPORTIVO	2
MANIFESTA�OES CULTURAIS	11

**Fonte:** SIGGESTUR, 2017

A partir deste levantamento   possível afirmar que o município de Nova Europa possui 19 atrativos turísticos, sejam eles em estado de explora o ou de potencialidade, divididos em 4 segmentos distintos, revelando a diversidade de oferta turística e complementar que a cidade possui.

O gráfico abaixo auxilia a entender melhor esta divisão dos segmentos turísticos municipais:

**Gráfico 4 - Segmentação dos Atrativos de Nova Europa**



**Fonte:** SIGGESTUR, 2017

Como podemos observar no gráfico as Manifestações Culturais (58%) representam a maior concentração de atrativos turísticos para Nova Europa, seguido pelos Atrativos Naturais (16%), Turismo Esportivo (11%), Atrativos Culturais (10%) e Atrativos Religiosos (5%).

O Ministério do Turismo (2008, p.15) conceitua turismo cultural como “a vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. Nesta conceituação está clara a definição das atrações que são classificadas como culturais, correspondentes ao patrimônio cultural de uma localidade. É nesse aspecto que Carneiro (2010) mostra que a utilização de conceitos voltados para a oferta não devem inviabilizar as motivações da demanda, pois os turistas, tidos como culturais, possuem como principal motivação o desejo de entrar em contato com diferentes culturas, visitando os elementos representativos do patrimônio de uma determinada comunidade (conjuntos arquitetônicos, sítios arqueológicos, danças típicas, religiosidade, gastronomia, o artesanato, a musicalidade, performances artísticas).

Em Nova Europa, os Atrativos Culturais e Manifestações Culturais são representados pela Sociedade Cultural e Social de Nova Europa, Praça Carlos





Leoncio Magalhães, Praça da Saudade, Concurso Melhor Samba Enredo – Escola de Samba, Carnaval de Rua, Dia Internacional da mulher, Entrega cordões – Capoeira, Dia do Trabalhador, Festa Junina, Festa das Nações, Semana do Folclore, Noite Cultural Infantil, Consciência Negra e Aniversário do Município.

Todavia este segmento apresenta grande concentração de marcos históricos e monumentos tombados, de forma a serem grandes opções para complementar a oferta principal, roteiros históricos e culturais são uma alternativa para criação de *city tours* que fazem com que o turista conheça e interaja com a história da cidade, aumenta a perspectiva de fidelização com o espaço.

Os Atrativos Culturais tem como principais pontos identificados os eventos que atraem pessoas de toda a região para as festividades no município. A história relacionada a colonização europeia no Brasil também possui suas peculiaridades, que bem trabalhadas e atreladas aos monumentos, prédios históricos e outros equipamentos podem beneficiar o desenvolvimento do Turismo Cultural e Pedagógico.

A Praça Carlos Leoncio Magalhães é responsável por ser palco dos principais eventos da cidade, nela também está localizada a igreja matriz, corte e fonte, dando ao visitante a sensação de tranquilidade interiorana.

Já a Praça da Saudade e Sociedade Cultural e Social de Nova Europa são equipamentos de lazer que bem explorados podem complementar a oferta turística principal do município.

O conceito de "turismo religioso", segundo Serrallonga e Hakobyam (2011, apud FARIAS, 2013) tem sido objeto de discussão entre os cientistas e estudos não só o mundo do turismo e as instituições sociais, mas também por etnógrafos, antropólogos, sociólogos, geógrafos, economistas.

A denominação do turismo como religioso encerra várias discussões, que surgem na tentativa de compreender sua identidade, suas motivações, entre outros aspectos que o envolvem. Sob esse enfoque, o turismo religioso, assim como o próprio turismo, apresenta-se como um fenômeno múltiplo, de caráter complexo, abrangendo diferentes significados e motivações e podendo ser



analisado e compreendido por meio de abordagens diversas (SCHNEIDER e SANTOS, 2012; CHRISTOFFOLI, 2007; DIAS, 2010, apud FARIAS, 2013).

Levando em consideração a devoção e fé de grande parte dos visitantes e turistas que frequentam o município de Nova Europa, a Paróquia Sagrado Coração de Jesus foi identificada por singularidade, ou por sua capacidade de atração de fiéis e devotos.

A matéria-prima da oferta turística natural, segundo Andrade (1998) compõe-se de “recursos em cuja criação não houve interferência humana direta ou indireta, nem seu concurso para configuração e capacidade deles. ”

Para Castro (2010), o recurso/atrativo natural são fatores primordiais da natureza, assim como a fauna e a flora, em relação à característica física da paisagem de uma localidade devem ser levadas em consideração como: as planícies, montanhas, rochedos, grutas, nascentes de águas, riachos, cachoeiras, rios, lagos, praias e ilhas, entre outros.

A integração entre o turismo e meio ambiente deve ter um sentido profundamente ético e pedagógico: os recursos naturais estão disponíveis para o benefício também do homem, que ao fazer uso deles tem responsabilidade de conservá-los, não apenas porque outros desejarão fazer o mesmo, mas, e principalmente, porque os ecossistemas naturais são frágeis, e sua renovação em alguns casos se dá ao longo de milhares de anos, quando determinados fatores não se perdem definitivamente (CORIOLANO, 2006, p. 38).

Desta forma, os Atrativos Naturais de Nova Europa identificados foram: Rio Itaquerê, Parque da Cachoeira e Rio Jacaré Guaçu.

Os Atrativos Naturais se revelam como a maior força de atração em Nova Europa, no entanto necessitam de estruturação e infraestrutura além do desenvolvimento de atividades que agreguem valor ao produto. O Rio Itaquerê se inter-relaciona com o Parque da Cachoeira, espaço onde práticas de ecoturismo, lazer e esportes podem ser atreladas à beleza cênica e paisagem singular do espaço. A facilidade de acesso é outro fator preponderante ao sucesso deste atrativo.

O Rio Jacaré Guaçu é visitado por pessoas da região que praticam a pesca, entretanto, com adaptações e fomento ao desenvolvimento de atividade



turística, outras práticas mais rentáveis ao município podem ser desenvolvidas no local.

Todavia, segundo o Ministério do Turismo (2006):

Para fins turísticos – de planejamento, promoção e comercialização de Turismo de Pesca, principalmente para o mercado internacional –, utiliza-se o termo Pesca Esportiva. Trata-se da pesca amadora caracterizada pela prática de devolver à água os peixes menores (protegidos por lei) e também os maiores (principais reprodutores e atrativos turísticos). O abate, quando ocorre, limita-se aos de tamanho intermediário, para o consumo no local da pescaria. É também conhecida como Pesca Desportiva.

Ainda, de acordo com o Ministério do Turismo (2006) o Turismo de Pesca compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora. Atividade de pesca praticada por brasileiros ou estrangeiros, com a finalidade de lazer, turismo ou desporto, sem finalidade comercial.

O turismo de esportes compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas.

O conceito de turismo esportivo descreve um segmento constituído por programas e atividades com fins específicos de promover a prática de esportes por amadores ou profissionais, sendo uma atividade tradicional no tempo livre e de férias. Contando ainda com a incorporação de novos esportes, sobretudo os de aventura.

Neste segmento foram identificados o Centro de Lazer do Trabalhador e o Ginásio da Ponte, ambos necessitando de adaptações e reformas para que retornem a abrigar competições esportivas de importância regional e estadual, atraindo um novo público de visitantes para o município, que podem vir a consumir os outros serviços e atrativos que o município oferece.

## 2.2. TRADE TURÍSTICO

Além dos atrativos e recursos turísticos em um município que já corroboram para o fluxo de pessoas em determinado destino, é necessário a este, possuir uma série de serviços e infraestruturas de apoio para torna-lo mais atrativo.

A oferta turística se refere a tudo que compõe o produto turístico, ou seja, o que pode ser incluído no consumo turístico (como bens, serviços públicos e serviços privados prestados ao turista), recursos



naturais e culturais, eventos, etc., e que desagrupado possui pouco valor turístico. (DORTA, 2015)

De acordo com a EMBRATUR (1995), o trade turístico é formado por organizações privadas e governamentais atuantes no setor de "Turismo e Eventos" como os Hotéis, Agências de Viagens especializadas em Congressos, Transportadoras Aéreas, Marítimas e Terrestres, além de Promotores de Feiras, Montadoras e Serviços Auxiliares (tradução simultânea, decoração, equipamentos de áudio visuais, etc.)

Desta forma é possível compreender que o conjunto de empresas que, de alguma maneira, ofertam serviços aos turistas, são intitulados de Trade Turístico.

No que diz respeito ao município de Nova Europa podemos afirmar, com base no levantamento de informações e na base de dados gerados pelo Inventário da Oferta Turística, que o município possui déficits em sua infraestrutura de serviços para complementar sua oferta turística. Um fato a ser levado em consideração é a não difusão da atividade turística como uma das alternativas econômicas ao desenvolvimento do município, e sua potencialidade de geração de emprego e renda ao destino. O baixo fluxo de visitantes e a grande competitividade com cidades próximas por investimentos do setor privado, fazem com que o trade turístico da cidade ainda não atinja níveis satisfatórios.

Desta forma, a tabela abaixo tem por objetivo quantificar os serviços identificados no processo de inventário da oferta turística, servindo como base ao prosseguimento das análises setoriais do Trade Turístico de Nova Europa.

**Tabela 13 - Trade Turístico de Nova Europa**

<b>SEGMENTO</b>	<b>QUANTIDADE INVENTARIADA</b>
EQUIPAMENTOS DE EVENTOS	1
EQUIPAMENTOS DE LAZER	5
MEIOS DE HOSPEDAGEM	1
SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	14

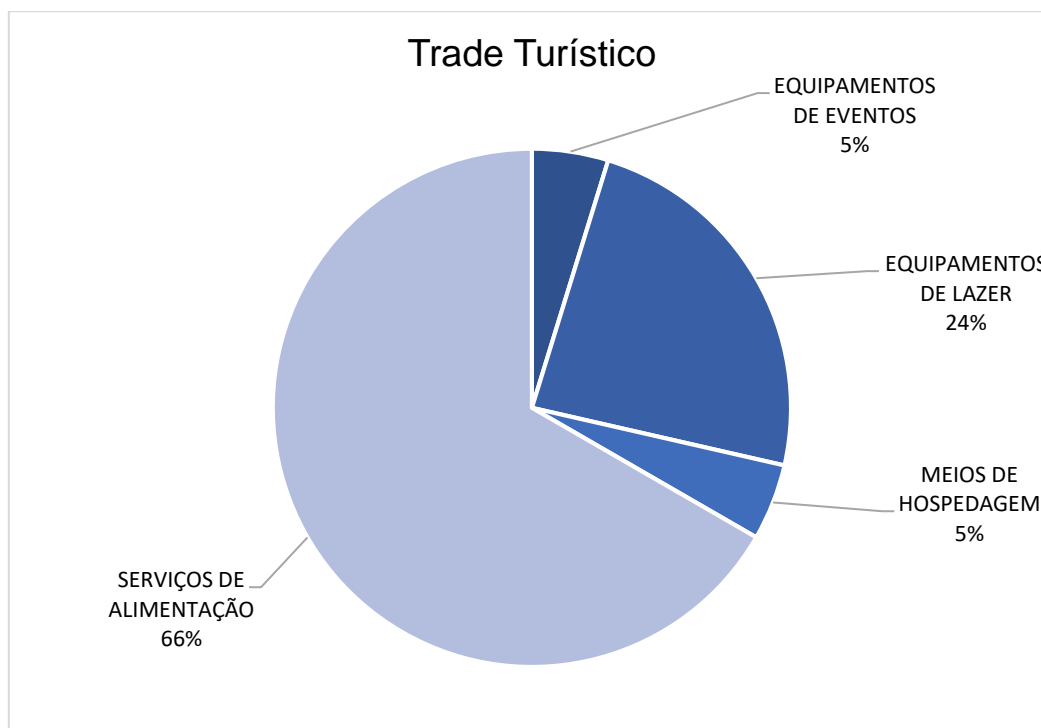
Fonte: SIGGESTUR, 2017

A partir deste levantamento é possível afirmar que o município de Nova Europa possui 21 elementos pertencentes ao Trade Turístico municipal, dividido nas categorias de Equipamentos de Eventos, Equipamentos de Lazer, Meios de Hospedagem e Serviços de Alimentação.



O gráfico abaixo nos auxilia a entender melhor esta divisão dos elementos do trade turístico municipal.

**Gráfico 5 - Divisão dos Elementos do Trade Turístico**



**Fonte:** SIGGESTUR, 2017

Como é possível analisar no gráfico acima, do trade turístico inventariado de Nova Europa, 66% diz respeito aos Serviços de Alimentação, 24% aos Equipamentos de Lazer, 5% aos Equipamentos de Eventos e 5% aos Meios de Hospedagem.

Em relação aos equipamentos de eventos de Nova Europa, foi listado o Centro de Convenções do Município, onde foi detectado uma segunda função para o espaço, além dos eventos convencionais. Todavia, é necessário que o espaço passe por adaptações para que cumpra o propósito de seu uso principal.

Quanto aos equipamentos de lazer, em suas análises conceituais do lazer, Dumazedier (1973, p. 34) o compreende como, [...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.



Em Nova Europa, este segmento é representado pela Sociedade Cultural e Social de Nova Europa, Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal), Ginásio da Ponte, Praça Carlos Leoncio Magalhães e Praça da Saudade.

A empresa hoteleira constitui um dos elementos essenciais da infraestrutura turística, sendo um dos suportes básicos para o desenvolvimento do turismo em uma determinada região ou país. É necessária a criação de redes de hotéis e similares capazes de satisfazer as necessidades, tanto da demanda interna quanto da demanda externa, mantendo os padrões de qualidade e conforto que são exigidos pelos diferentes segmentos.

O Ministério do Turismo desenvolveu para esta categoria o SBClass ou Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem, sendo “um importante passo para possibilitar a concorrência justa entre os meios de hospedagem do país e auxiliar os turistas, brasileiros e estrangeiros, em suas escolhas.”. (BRASIL, 2010).

De acordo com este sistema temos a divisão dos meios de hospedagem nas seguintes categorias, Hotel, Resort, Hotel Fazenda, Cama & Café, Hotel Histórico, Pousada e Flat/Apart-Hotel. Entretanto outros meios de hospedagem também são validades de acordo com o CADASTUR, programa de cadastro dos serviços turísticos na plataforma do Ministério do Turismo, sendo os Albergues, Pensões, Hostels, Motéis, entre outros.

O Município de Nova Europa possui grande déficit na disponibilidade de leitos e opções de serviços de hospedagem, contando com apenas a Pousada Nova, que tem o funcionamento parecido com o de pensões. Todavia, em conversas com pessoas do município e empresários da cidade, foi constatado que duas pousadas já encontram-se em estágio avançado de construção. Este dado é extremamente importante para os debates do desenvolvimento turístico municipal, a falta de produtos na área de hospedagem são empecilhos.

Segundo o Inventário da Oferta Turística de Nova Europa o setor de alimentações é pouco diversificado, porém representa grande parcela do trade turístico municipal, tendo 14 itens mapeados.

Segundo o Ministério do Turismo (2006), os serviços de alimentação chamam a atenção pelos seguintes aspectos:

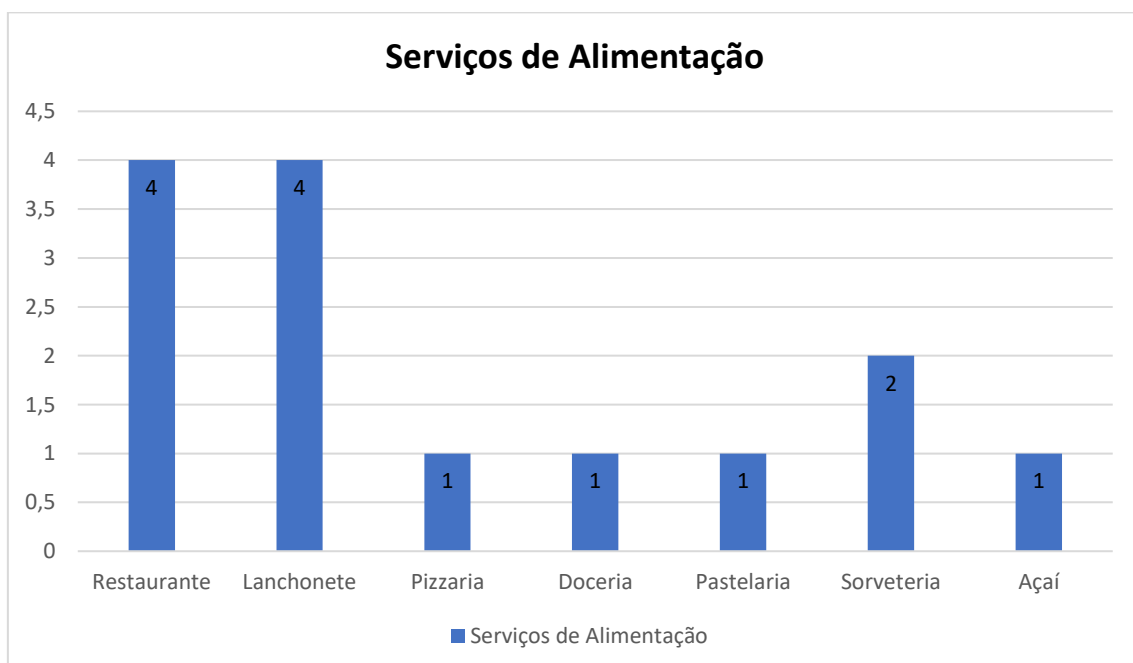


- É um setor intensivo em mão-de-obra, portanto importante na geração de empregos;
- Abrange tanto turistas como residentes;
- É inerente à atividade turística;
- Faz parte de um atrativo cultural;
- É um dos tipos de roteiros turísticos (gastronômico);
- Pode ser considerado uma atividade peculiar no que se refere a saúde de turistas e população local.

Este segmento é composto por uma diversidade de empreendimentos, entre eles, restaurantes, bares, cafés, lanchonetes, casas de chá, confeitarias, sorveterias, padarias, cantinas, quiosques, barracas. Tais empreendimentos que podem estar localizados em diversos espaços: shopping centers, hotéis, praias, campo, centros de cidades, hospitais, escolas, dentre outros. (BRASIL; UNICAMP, 2006).

A distribuição dos empreendimentos ligados aos serviços de alimentação em Nova Europa pode ser entendida da seguinte maneira, conforme o gráfico abaixo.

**Gráfico 6 - Diversidade dos Serviços de Alimentação de Nova Europa**



**Fonte:** SIGGESTUR, 2017

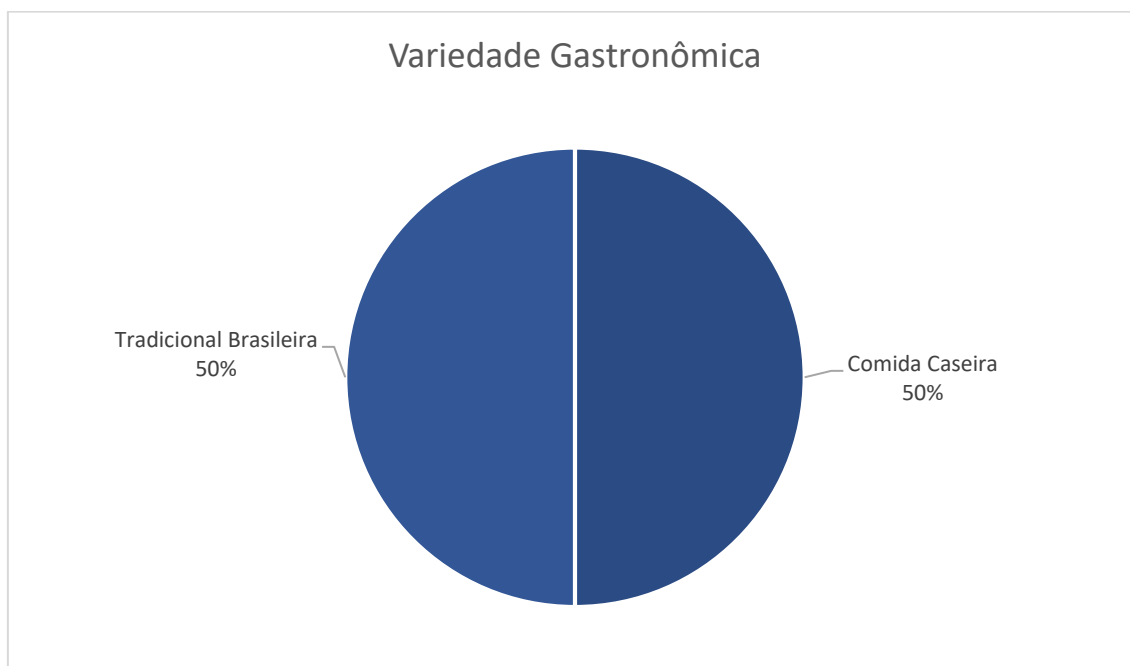
Desta forma, em relação a locais que tenham vocação, facilidade ou alguma ligação com o desenvolvimento da atividade turística, o município de





Nova Europa conta com 4 Restaurantes, 4 Lanchonetes, 2 Sorveterias, 1 Pizzaria, 1 Doceria, 1 Pastelaria e 1 Açaí. Sendo os restaurantes capazes de serem reorganizados e classificados de acordo com as características gastronômicas dos estabelecimentos, conforme gráfico abaixo.

**Gráfico 7 - Variedade Gastronômica dos Restaurantes de Nova Europa**



**Fonte:** SIGGESTUR, 2017

Desta forma é possível visualizar apenas 2 tipos bem semelhantes de estilos gastronômicos dos restaurantes do Município de Nova Europa, revelando que este setor peca em diversidade de opções. Todavia, dos elementos representantes dos restaurantes do município, todos foram considerados capacitados e bem estruturados para o atendimento ao turista.



## CAPÍTULO 3 – OFICINA PÚBLICA DE ANÁLISE SWOT

### 3.1. METODOLOGIA SWOT

Os procedimentos básicos utilizados para a realização do estudo foram às pesquisas de campo, bibliográfica, documental e em meios eletrônicos, com o objetivo de resguardar o caráter científico do trabalho, assim como teorizar os aspectos defendidos durante a pesquisa e discussão de resultados. Deste modo, durante todo o processo de coleta de dados, foram realizadas simultaneamente consultas que procuraram estabelecer o embasamento teórico que nortearam todo o método de construção da pesquisa, visando estabelecer parâmetros científicos para o desenvolvimento do tema proposto.

É importante destacar que as informações coletadas sobre os atrativos selecionados foram base sobre a qual todo o trabalho foi desenvolvido. Assim, se utilizou o método indutivo de pesquisa, procurando conhecer a realidade do município, para então, traçar projeções ideais e possíveis para o desenvolvimento do turismo no local. Para Parra Filho & Santos (2003, p.77), “o método indutivo vai permitir, a partir de observações, inferir condições e situações gerais e esperadas”. De tal modo, pretendeu-se promover um diagnóstico do desenvolvimento turístico local através da análise SWOT.

A análise SWOT é um sistema simples utilizado para posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa ou, neste caso, de segmento, no ambiente em questão. É uma sigla oriunda do inglês e é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Assim, esta metodologia torna-se uma ferramenta ideal no processo de gestão e monitoramento do turismo de uma determinada localidade, tendo sua autoria creditada a dois professores da *Harvard Business School*: Kenneth Andrews e Roland Christense.

Para alcançar esse objetivo, fez-se necessária a utilização da proposta de análise de ambiente do método SWOT, que possibilitou o posicionamento da localidade no cenário turístico atual. Assim, essa metodologia é convenientemente representada pelo seguinte quadro:

Figura 1 - Quadro de Análise Swot



Fonte: Parra Filho & Santos, 2003

Ela se apresenta basicamente como uma análise de cenário e se divide em ambiente interno (Forças e Fraquezas) e ambiente externo (Oportunidades e Ameaças). As forças e fraquezas são determinadas pela posição atual da Prefeitura e se relacionam, quase sempre, a fatores internos. Já as oportunidades e ameaças são antecipações do futuro e estão relacionadas a fatores externos.

O ambiente interno pode ser controlado pelos dirigentes da empresa, uma vez que ele é resultado das estratégias de atuação definidas pelos próprios membros da organização.

Desta forma, durante a análise, quando for percebido um ponto forte, ele deve ser ressaltado ao máximo; e quando for percebido um ponto fraco, a organização deve agir para controlá-lo ou, pelo menos, minimizar seu efeito. Já o ambiente externo está totalmente fora do controle da organização. Mas, apesar de não poder controlá-lo, a empresa deve conhecê-lo e monitorá-lo com frequência, de forma a aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças.

Após estabelecer os componentes da Matriz SWOT, é necessário cruzar as Oportunidades com as Forças e as Fragilidades com as Ameaças, buscando estabelecer estratégias que minimizem e monitorem os aspectos negativos e maximizem as potencialidades, visando a capitalização, o crescimento, a manutenção e a sobrevivência do destino turístico. Isto possibilitará a análise da

real situação interna e externa do município em relação às fidedignas possibilidades de implementação de um desenvolvimento turístico para o local.

### 3.2. OFICINA PÚBLICA DO DIAGNÓSTICO DA OFERTA TURÍSTICA DE NOVA EUROPA

A 1ª Oficina Pública do Plano Diretor de Turismo de Nova Europa ocorreu no dia 13 de novembro de 2017, às 18:30, no Centro de Convenções, localizado na Rua dos Anturis, 544 – Jardim Portal do Sol, e contou com a presença de 16 participantes incluindo gestores municipais do turismo, representantes do trade turístico e sociedade civil nova europense, conforme anexo 1.

**Figura 2 - Oficina Pública de Análise SWOT – 13.11.2017**



**Fonte:** SIGGESTUR, 2017.

Previamente estas Oficinas Públicas foram divididas em 2 (duas) etapas, onde a primeira teve por objetivo nivelar os conhecimentos acerca da atividade turística, de seu desenvolvimento, das novas legislações que abarcam o planejamento estratégico do turismo e ainda as modificações na legislação estadual de São Paulo, que impacta diretamente as Estâncias e cria os Municípios de Interesse Turístico. Para isto no início da Oficina, o Turismólogo responsável pelas mesmas, realizou apresentação em Power Point e diálogo com os participantes, afim de situar todos acerca do trabalho a ser desenvolvido



e nivelar o conhecimento para que os resultados da oficina fossem potencializados.

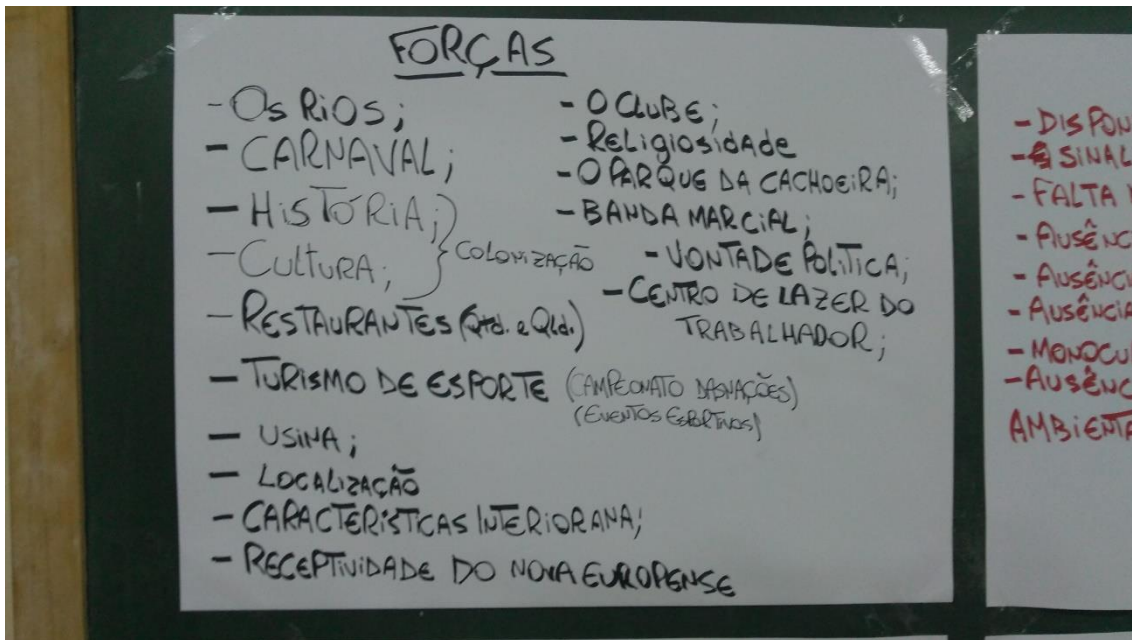
E na segunda etapa deu-se início à Oficina de Diagnóstico da Oferta Turística de Nova Europa, tendo o intuito de destacar, por meio de Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) ou FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), a situação da atividade turística atual e futura, considerando os fatores internos e externos ao seu desenvolvimento.

Desta forma, com as análises e discussões geradas nestas oficinas, conduzidas pelo Turismólogo da empresa SIGGESTUR, Murilo Valencise Ziani, e suportadas pela equipe da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo de Nova Europa, é possível integrar o material obtido nestas oficinas com as análises realizadas pela equipe técnica da empresa durante o período de inventariação da oferta turística e levantamento bibliográfico acerca da atividade no município, de modo que, a elaboração do Diagnóstico da Oferta Turística de Nova Europa (Volume 3 deste plano) seja um documento realista, que vem de encontro com as noções, necessidades e opiniões dos que vivenciam os impactos da atividade turística na cidade, com um crivo técnico de especialistas na área e no assunto.

A Matriz SWOT ou FOFA do município de Nova Europa é o resultado da realização da 1ª Oficina Pública de Diagnóstico do Plano Diretor de Turismo, e são apresentadas nos tópicos a seguir.

Após a introdução da primeira parte da oficina foi colocado aos participantes a primeira questão: Quais são as **Forças** do turismo de Nova Europa? Desta forma os principais pontos elencados foram.

Figura 3 - Análise SWOT - Forças



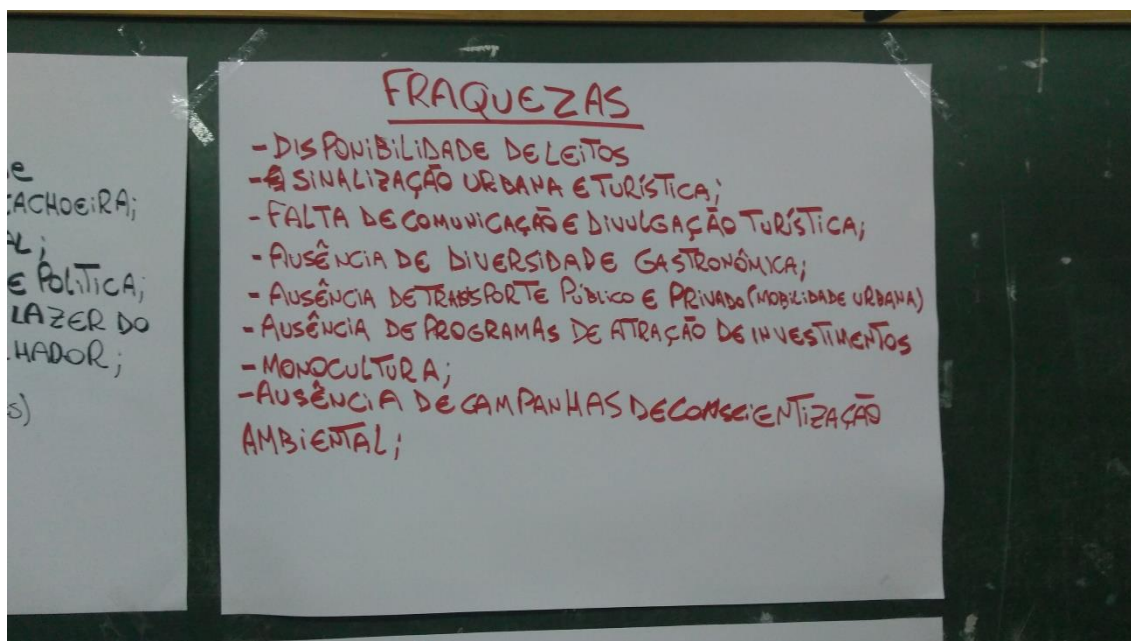
Fonte: SIGGESTUR, 2017.

Os itens citados foram: Os Rios (Itaquerê e Jacaré Guaçu), o Carnaval de Rua, a História e a Cultura do município gerada pela colonização europeia, a Quantidade e Qualidade dos Serviços de Alimentação, o Turismo de Esporte (com competições e eventos esportivos, a citar o campeonato das nações, a Usina, a Localização geográfica, as Características Interioranas da cidade, a Receptividade da população, a Sociedade Cultural e Social de Nova Europa, a Religiosidade, o Parque da Cachoeira, a Banda Marcial, a Vontade Política e o Centro de Lazer do Trabalhador.

A segunda questão pedia aos participantes para exemplificarem alguns problemas ao desenvolvimento turístico: Quais as **Fraquezas** do Turismo de Nova Europa? Os pontos elencados nesta questão foram:



Figura 4 - Análise SWOT - Fraquezas



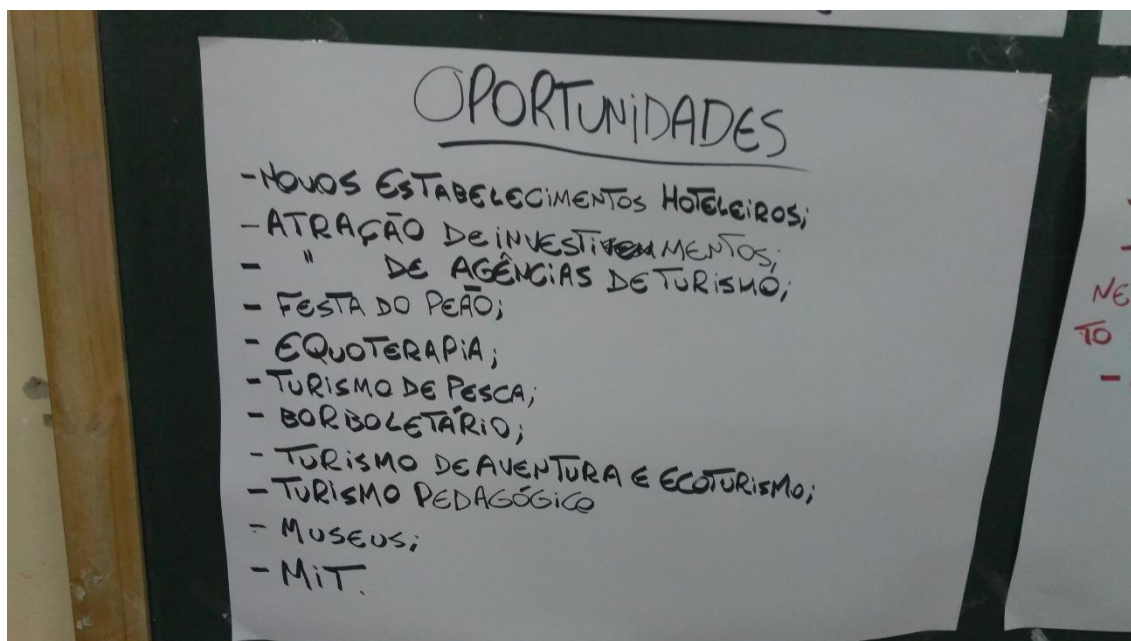
Fonte: SIGGESTUR, 2017.

Os itens elencados foram: a baixa disponibilidade de leitos, a insuficiência de sinalização urbana e turística, a ausência de diversidade gastronômica, a ausência de transporte público e privado voltada ao turista (mobilidade urbana), a ausência de programas de atração de investimentos, a Monocultura rural da cana de açúcar e a ausência de campanhas de conscientização ambiental voltadas à população e à visitantes.

Ainda, partindo ao ambiente externo do desenvolvimento turístico de Nova Europa, a próxima questão: Quais as **Oportunidades** ao Turismo de Nova Europa? Sendo elencados pelos participantes as seguintes respostas:



Figura 5 - Análise SWOT - Oportunidades

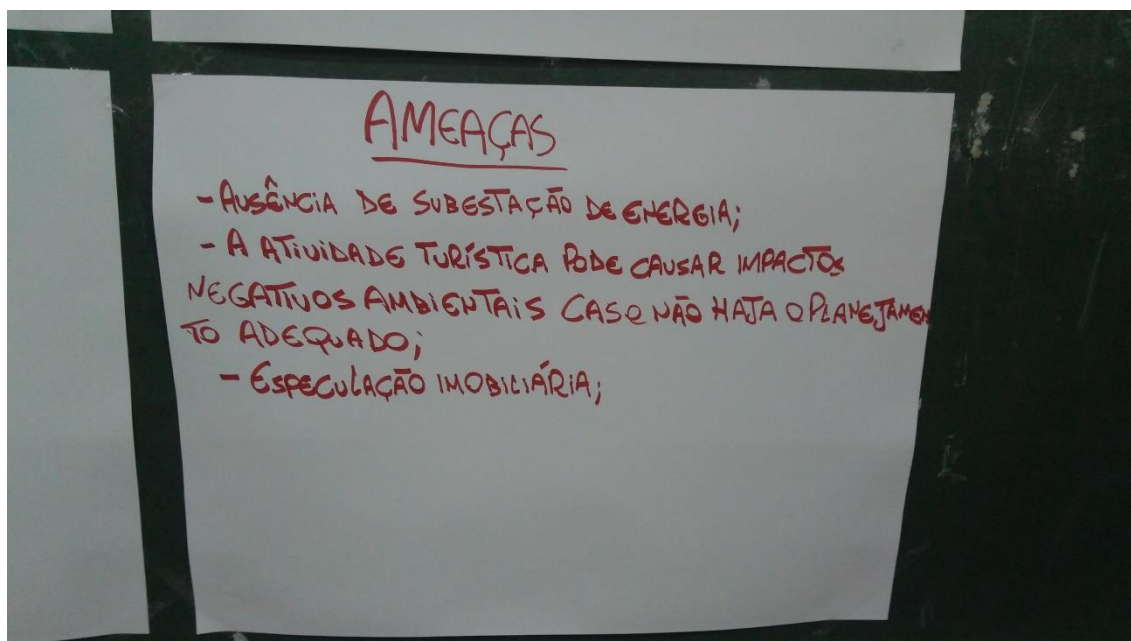


Fonte: SIGGESTUR, 2017.

As respostas dadas à esta questão foram: a instalação de novos estabelecimentos hoteleiros, a atração de investimentos privados, a atração de agências de turismo (principalmente receptivas), a Festa do Peão, a Equoterapia, o Turismo de Pesca, a Construção de um Borboletário no Parque da Cachoeira, o Turismo de Aventura e o Ecoturismo, o Turismo Pedagógico, a Instalação de Museus no Município e o MIT (Município de Interesse Turístico).

Por fim, ainda no ambiente externo, a próxima questão buscou saber: Quais as **Ameaças** ao Turismo de Nova Europa? Sendo as respostas elencadas abaixo:

Figura 6 - Análise SWOT - Ameaças



Fonte: SIGGESTUR, 2017.

Os itens elencados como ameaças ao desenvolvimento turístico de Nova Europa foram: a Ausência de subestação de energia no município, os Impactos negativos ambientais que a atividade turística pode ocasionar sem o devido planejamento e a Especulação Imobiliária.

Com as respostas das questões apresentadas, foi possível montar a Matriz SWOT ou FOFA do turismo no município de Nova Europa, apresentada na tabela abaixo.

Tabela 14 - Matriz SWOT de Nova Europa

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Os Rios (Itaquerê e Jacaré Guaçu);</li><li>- O Carnaval de Rua;</li><li>- A História e a Cultura do município gerada pela colonização europeia;</li><li>- A Quantidade e Qualidade dos Serviços de Alimentação;</li><li>- O Turismo de Esporte (com competições e eventos esportivos, a citar o campeonato das nações);</li><li>- A Usina;</li><li>- A Localização geográfica;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- A baixa disponibilidade de leitos;</li><li>- A insuficiência de sinalização urbana e turística;</li><li>- A ausência de diversidade gastronômica;</li><li>- A ausência de transporte público e privado voltada ao turista (mobilidade urbana);</li><li>- A ausência de programas de atração de investimentos;</li><li>- A Monocultura rural da cana de açúcar;</li></ul>



<ul style="list-style-type: none"><li>- As Características Interioranas da cidade;</li><li>- A Receptividade da população;</li><li>- A Sociedade Cultural e Social de Nova Europa;</li><li>- A Religiosidade;</li><li>- O Parque da Cachoeira;</li><li>- A Banda Marcial;</li><li>- A Vontade Política;</li><li>- O Centro de Lazer do Trabalhador.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- A ausência de campanhas de conscientização ambiental voltadas à população e à visitantes.</li></ul>
<b>OPORTUNIDADES</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- A instalação de novos estabelecimentos hoteleiros;</li><li>- A atração de investimentos privados;</li><li>- A atração de agências de turismo (principalmente receptivas);</li><li>- A Festa do Peão;</li><li>- A Equoterapia, o Turismo de Pesca;</li><li>- A Construção de um Borboletário no Parque da Cachoeira;</li><li>- O Turismo de Aventura e o Ecoturismo;</li><li>- O Turismo Pedagógico;</li><li>- A Instalação de Museus no Município;</li><li>- MIT (Município de Interesse Turístico).</li></ul>	<b>AMEAÇAS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- A Ausência de subestação de energia no município;</li><li>- Os Impactos negativos ambientais que a atividade turística pode ocasionar sem o devido planejamento;</li><li>- A Especulação Imobiliária.</li></ul>

Fonte: SIGGESTUR, 2017.

A realização da oficina pública de Nova Europa é parte integrante do planejamento integrado do turismo e é essencial para a identificação da opinião, demandas e dúvidas dos agentes envolvidos direta e indiretamente com o turismo. Diante disso, a oficina atingiu seu objetivo e os resultados obtidos serão utilizados na elaboração do Diretor de Turismo de Nova Europa.



## CAPÍTULO 4 – DIAGNÓSTICO DA OFERTA TURÍSTICA

### 4.1. TURISMO

O diagnóstico da oferta turística realizará uma reflexão sobre os atrativos turísticos da cidade, o trade turístico, políticas institucionais e segmentação turística.

#### 4.1.1. Hierarquização dos Atrativos

A hierarquização dos atrativos é uma adaptação do modelo utilizado pela Organização Mundial de Turismo (OMT) e Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR).

A hierarquização dos atrativos de Nova Europa é uma pesquisa qualitativa realizada junto com a coleta de dados para o inventário, a fim de formular uma matriz de hierarquização dos atrativos para auxiliar na gestão e desenvolvimento da atividade turística local.

Primeiramente avalia-se o potencial de atratividade de acordo com as suas características, peculiaridades e interesses que podem motivar o turista a visitar o atrativo. Para esse fim, utilizou os critérios expostos na tabela abaixo.

Tabela 15 - Hierarquização: Potencial de Atratividade

Hierarquia	Características
<b>03 (Alto)</b>	É todo atrativo turístico excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais.
<b>02 (Médio)</b>	Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este.
<b>01 (Baixo)</b>	Atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).



<b>00 (Nenhum)</b>	Atrativos sem méritos suficientes, mas que são parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular.
------------------------	---

**Fonte:** Ministério do Turismo, 2007.

Em segundo lugar, avaliam-se os aspectos que contribuirão para a definição da hierarquia e na diferenciação das características dos atrativos, tais como:

- **Grau de uso atual** – permite analisar o atual volume de fluxo turístico efetivo e sua importância para o município. Difere do grau de interesse por representar a situação atual, em vez da potencial. Um alto grau de uso indica que o atrativo apresenta uma utilização turística efetiva;
- **Representatividade** – fundamenta-se na singularidade ou raridade do atrativo. Quanto mais se assemelhar a outros atrativos, menos interessante ou prioritário;
- **Apoio local** – a partir da opinião dos líderes comunitários, deve-se analisar o grau de interesse da comunidade local para o desenvolvimento e disponibilidade ao público;
- **Estado de Conservação** – verificar, por observação in loco, o estado de conservação da paisagem que circunda o atrativo. Neste item é analisada a ambiência do atrativo.;
- **Infraestrutura** – verificar, in loco, se existe infraestrutura disponível no atrativo e o seu estado de conservação.

**Tabela 16 - Critérios para Hierarquização**

Critérios	Valores			
	00	01	02	03
Potencial de Atratividade (a)	Nenhum	Baixo	Médio	Alto
Grau de uso atual (b)	Fluxo turístico insignificante	Pequeno fluxo	Média intensidade e fluxo	Grande fluxo
Representatividade (c)	Nenhuma	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos	Elemento singular, raro



		similares			
Apoio local e Comunitário (d)		Nenhum	Apoiado por uma pequena parte da comunidade	Apoio razoável	Apoiado por grande parte da comunidade
		00	01	02	03
Hierarquia	Estado de conservação da paisagem circundante (e)	Estado de conservação péssimo	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação
	Infraestrutura (f)	Inexistente	Existente, porém em estado precário	Existente, mas necessitando de intervenções/melhorias	Existente e em ótimas condições
	Acesso (g)	Inexistente	Em estado precário	Existente, mas necessitando de intervenções/melhorias	Em ótimas condições

Fonte: Ministério do Turismo, 2007.

Seguindo esses procedimentos metodológicos propostos pela OMT e a CICATUR, os critérios de maior significância, a saber, Potencial de Atratividade e Representatividade devem receber a pontuação em dobro, sendo, portanto, valorados com peso dois. Por fim, somam-se os pontos obtidos e define-se o ranking de atrativos.

A seguir, o resultado das análises baseadas na metodologia apresentada e por fim o ranqueamento dos atrativos.

#### 4.1.2. Hierarquização de Nova Europa

O município de Nova Europa apresenta potencial para diferentes segmentações turísticas, entretanto é necessário entender as potencialidades





de cada um destes segmentos. A seguir, o ranqueamento dos atrativos e as análises dos atrativos.

Os atrativos foram hierarquizados com base em análise e avaliação criteriosas realizadas pela empresa SIGGESTUR. Para tanto, foram considerados os conceitos expostos, e os dados coletados e observados durante a visita técnica no processo de Inventariação da Oferta Turística.

Tabela 17 - Ranqueamento dos Atrativos Hierarquizados

<b>Atrativo</b>	<b>Potencial de atratividade</b>	<b>Grau de uso atual</b>	<b>Representatividade</b>	<b>Apoio local e comunitário</b>	<b>Estado de conservação da paisagem circundante</b>	<b>Infraestrutura</b>	<b>Acesso</b>	<b>Total</b>
Parque da Cachoeira	4	2	4	2	2	2	3	19
Paróquia Sagrado Coração de Jesus	2	2	2	2	3	3	3	17
Praça Carlos Leoncio Magalhães	2	2	4	2	2	2	3	17
Rio Itaquerê	4	2	4	1	1	1	3	16
Sociedade Cultural e Social de Nova Europa	2	1	2	2	2	2	3	14
Centro de Convenções	2	1	4	1	1	1	3	13
Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal)	2	1	2	2	0	1	3	11
Ginásio da Ponte	2	1	2	1	0	1	3	10
Rio Jacaré Guaçu	2	1	2	1	1	0	2	9
Praça da Saudade	0	1	2	1	0	0	3	7

Fonte: SIGGESTUR, 2017

#### 4.1.3. Análise segmentada da Hierarquização dos Atrativos

Este tópico visa analisar a Hierarquização dos atrativos inventariados e analisados, aglomerados em suas respectivas segmentações turísticas, que serão melhor explicadas no item 4.1.5. Segmentação da Oferta Turística de Nova Europa.





#### 4.1.3.1. Atrativos Naturais

Os atrativos turísticos são 03, entre eles o Rio Itaquerê, o Parque da Cachoeira e o Rio Jacaré Guaçu.

Quanto ao grau de potencialidade de atração, o Rio Itaquerê e o Parque da Cachoeira se enquadram no nível 02, que representa atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este. Já o Rio Jacaré Guaçu, obteve nível 01, que diz respeito a atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).

Quanto ao grau de utilização, o Rio Itaquerê e o Parque da Cachoeira possuem médio fluxo de utilização, enquanto o Rio Jacaré Guaçu se enquadra em baixo grau de utilização.

A representatividade dos Atrativos Naturais possui nível 02, que representa um pequeno grupo de elementos similares, com exceção ao Rio Jacaré Guaçu, que se enquadra no nível 01, que diz respeito a elementos comuns.

Os Rios Itaquerê e Jacaré Guaçu, possuem um baixo apoio da comunidade, visto que, devido à baixa exploração turística e utilização dos equipamentos, não existem ainda vínculos com os locais mencionados. O Parque da Cachoeira possui apoio razoável, por estar localizado na área urbana da cidade e ser utilizado como equipamento público de lazer.

Sobre o Estado de Conservação e Infraestrutura, o Parque da Cachoeira foi considerado em bom estado de apresentação, mas precisam de alguns ajustes na infraestrutura, visto que a manutenção é fundamental para a atratividade de um recurso turístico. O Rio Itaquerê possui estado razoável de conservação, necessitando de intervenções e adaptações para o desenvolvimento da atividade turística. Por fim, o Rio Jacaré Guaçu, apresenta estado precário, necessitando de melhorias, adaptações e construção de infraestrutura para atender as necessidades ao desenvolvimento da atividade turística.



O acesso aos Atrativos Naturais é considerado bom, porém é necessário que a Prefeitura realize a manutenção das vias públicas, o acesso é fácil e elas, em sua maioria, estão em bom estado de conservação. No caso do Rio Jacaré Guaçu é necessário que a manutenção seja feita periodicamente, visto que as vias de acesso em áreas rurais são de terra, e acabam em situação precária com a ação do tempo. Um ponto importante a ser salientado no acesso é a insuficiência da sinalização indicativa para alguns dos pontos, que facilita ao visitante se localizar e definir as melhores rotas de acesso à determinados locais.

#### *4.1.3.2. Atrativos Culturais*

Os Atrativos Culturais são 03, entre eles a Sociedade Cultural e Social de Nova Europa, a Praça Carlos Leoncio Magalhães e a Praça da Saudade.

Quanto ao grau de potencialidade de atração, a Praça Carlos Leoncio Magalhães e a Sociedade Cultural e Social de Nova Europa possuem nível 01, que diz respeito à atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais). A Praça da Saudade possui nível 00, que diz respeito à atrativos sem méritos suficientes, mas que são parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular.

Os Atrativos Culturais, possuem em sua maioria baixo grau de utilização turística, tendo, sua maior parte de fluxo representada por moradores do município, devido às atividades desenvolvidas nestes pontos. Com exceção à Praça Leoncio Magalhães que possui fluxo de média intensidade no grau de utilização turística devido às atividades realizadas, localização e conjunto de atrativos inseridos.

A representatividade da Praça Carlos Leoncio Magalhães possui nível 02, que diz respeito a um pequeno grupo de elementos similares, enquanto os demais possuem nível 01, que diz respeito à elementos bem comuns em determinadas localidades.



A representatividade destes atrativos reflete diretamente no apoio local e envolvimento da comunidade na conservação e atividades desenvolvidas por estes atrativos, sendo razoável na maioria dos atrativos, visto que, devido à baixa exploração turística e utilização dos equipamentos, não existem ainda vínculos com os locais mencionados. Ainda em relação a Praça da Saudade foi constatada a falta de envolvimento e apoio local para a conservação do mesmo.

Sobre o Estado de Conservação e Infraestrutura foram considerados em bom estado de apresentação, mas precisam de alguns ajustes na infraestrutura, visto que a manutenção é fundamental para a atratividade de um recurso turístico. Com exceção a Praça da Saudade, que foi considerada em péssimo estado de apresentação e com infraestrutura inexistente, sendo necessário a adaptação do espaço para o complemento de atividades turísticas e até mesmo para que se transforme em um local de lazer para a população.

O acesso aos Atrativos Culturais é considerado bom, porém é necessário que a Prefeitura realize a manutenção das vias públicas, o acesso é fácil e elas, em sua maioria, estão em bom estado de conservação. Um ponto importante a ser salientado no acesso é a insuficiência da sinalização indicativa para alguns dos pontos, que facilita ao visitante se localizar e definir as melhores rotas de acesso à determinados locais.

#### *4.1.3.3. Atrativos Religiosos*

Foi identificado apenas 01 Atrativo Religioso, a Paróquia Sagrado Coração de Jesus.

Quanto ao grau de potencialidade de atração, atingiu nível 01, que diz respeito à atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).

A Paróquia Sagrado Coração de Jesus possui médio grau de utilização turística, tendo, sua maior parte de fluxo representada por moradores do município, devido às atividades desenvolvidas nestes pontos.



A representatividade do Atrativo Religioso é equivalente ao grau de potencialidade de atração, atingindo também o nível 01 que representa elemento bastante comum.

O apoio da comunidade atingiu nível 02, que representa um apoio razoável, visto que, devido à baixa exploração turística e utilização dos equipamentos, não existem ainda vínculos com os locais mencionados.

Sobre o Estado de Conservação e Infraestrutura, foi considerado em ótimo estado de conservação, todavia é válido salientar a necessidade de pequenas adaptações para pessoas com mobilidade reduzida.

O acesso à Paroquia Sagrado Coração de Jesus é considerado bom, porém é necessário que a Prefeitura realize a manutenção das vias públicas, o acesso é fácil e elas, em sua maioria, estão em bom estado de conservação. Um ponto importante a ser salientado no acesso é a insuficiência da sinalização indicativa para alguns dos pontos, que facilita ao visitante se localizar e definir as melhores rotas de acesso à determinados locais.

#### *4.1.3.4. Turismo de Esportes*

Os Atrativos Turísticos de Esportes são 02, entre eles o Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal) e o Ginásio da Ponte.

Quanto ao grau de potencialidade de atração, ambos apresentam nível 01, que diz respeito a atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).

O grau de utilização turística dos Atrativos Turísticos de Esportes é de nível 01, que representa um pequeno fluxo turístico, tendo, sua maior parte de fluxo representada por moradores do município, devido às atividades desenvolvidas nestes pontos.

A representatividade dos Atrativos Turísticos de Esportes é equivalente à potencialidade destes locais, sendo todos de nível 01, que diz respeito à elementos bastante comuns.

O apoio da comunidade nos Atrativos Turísticos de Esportes é distinto, o Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal) possui apoio razoável,



devido a realização de eventos com caráter alheio ao esportivo além de sua programação normal com campeonatos internos e intermunicipais. Já o Ginásio da Ponte possui um baixo apoio da comunidade, visto que tal apoio é derivado de grupos específicos que tenham alguma relação com estes espaços.

Sobre o Estado de Conservação e Infraestrutura, ambos foram considerados em estado precário e necessitando de intervenções e melhorias, vale salientar que no período de inventariação da oferta turística, o Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal) já estava passando por reformas para melhor acolher o visitante e o munícipe.

O acesso aos Atrativos Turísticos de Esportes é considerado bom, porém é necessário que a Prefeitura realize a manutenção das vias públicas, o acesso é fácil e elas, em sua maioria, estão em bom estado de conservação. Um ponto importante a ser salientado no acesso é a insuficiência da sinalização indicativa para alguns dos pontos, que facilita ao visitante se localizar e definir as melhores rotas de acesso à determinados locais.

#### *4.1.3.5. Equipamentos de Eventos*

Apenas o Centro de Convenções foi identificado como Equipamento de Evento.

Quanto a potencialidade de atração dos Equipamentos de Eventos ambos possuem nível 01, que diz respeito a atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).

O grau de utilização turística do Centro de Convenções possui nível 01, revelando a baixa utilização do espaço para a finalidade principal de eventos e convenções.

A representatividade possui nível 02, que diz respeito à um pequeno grupo de elementos.

O Centro de Convenções possui baixo apoio da comunidade, pois esta tem um baixo envolvimento com a atividade turística de Nova Europa e na maioria das oportunidades esse envolvimento acontece por causa de interesses



para o seu próprio negócio ou derivado das atividades específicas que são realizadas nestes locais.

Sobre o Estado de Conservação e Infraestrutura, foi considerado em estado precário e necessitando de intervenções e melhorias para o melhor desenvolvimento e realização de grandes eventos e convenções.

O acesso é considerado bom, porém é necessário que a Prefeitura realize a manutenção das vias públicas, o acesso é fácil e elas, em sua maioria, estão em bom estado de conservação. Um ponto importante a ser salientado no acesso é a insuficiência da sinalização indicativa para alguns dos pontos, que facilita ao visitante se localizar e definir as melhores rotas de acesso à determinados locais.

#### *4.1.3.6. Equipamentos de Lazer*

Os Equipamentos de Lazer são 05, entre eles a Sociedade Cultural e Social de Nova Europa, a Praça Carlos Leoncio Magalhães, a Praça da Saudade, o Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal) e o Ginásio da Ponte. Como é possível notar os Equipamentos de Lazer também foram dispostos como Atrativos Culturais e como Atrativos Turísticos de Esportes, devido à potencialidade que os mesmos apresentam para o município.

Quanto ao grau de potencialidade de atração, a Praça Carlos Leoncio Magalhães e a Sociedade Cultural e Social de Nova Europa possuem nível 01, que diz respeito à atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais). A Praça da Saudade possui nível 00, que diz respeito à atrativos sem méritos suficientes, mas que são parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular. Quanto ao grau de potencialidade de atração do Ginásio da Ponte e do Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal), ambos apresentam nível 01, que diz respeito a atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à





área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).

Os Equipamentos de Lazer, possuem em sua maioria baixo grau de utilização turística, tendo, sua maior parte de fluxo representada por moradores do município, devido às atividades desenvolvidas nestes pontos. Com exceção à Praça Leoncio Magalhães e o Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal) que possui fluxo de média intensidade no grau de utilização turística devido às atividades realizadas, localização e conjunto de atrativos inseridos.

A representatividade da Praça Carlos Leoncio Magalhães possui nível 02, que diz respeito a um pequeno grupo de elementos similares, enquanto os demais possuem nível 01, que diz respeito à elementos bem comuns em determinadas localidades.

O apoio da comunidade nos Equipamentos de Lazer é distinto, o Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal) possui apoio razoável, devido a realização de eventos com caráter alheio ao esportivo além de sua programação normal com campeonatos internos e intermunicipais. O Ginásio da Ponte possui um baixo apoio da comunidade, visto que tal apoio é derivado de grupos específicos que tenham alguma relação com estes espaços. A representatividade destes equipamentos reflete diretamente no apoio local e envolvimento da comunidade na conservação e atividades desenvolvidas por estes atrativos, sendo razoável na maioria dos atrativos, visto que, devido à baixa exploração turística e utilização dos equipamentos, não existem ainda vínculos com os locais mencionados. Ainda em relação a Praça da Saudade foi constatada a falta de envolvimento e apoio local para a conservação do mesmo.

Sobre o Estado de Conservação e Infraestrutura foram considerados em bom estado de apresentação, mas precisam de alguns ajustes na infraestrutura, visto que a manutenção é fundamental para a atratividade de um recurso turístico. Com exceção a Praça da Saudade, Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal) e o Ginásio da Ponte, que foi considerada em péssimo estado de apresentação e com infraestrutura inexistente, sendo necessário a adaptação do espaço para o complemento de atividades turísticas e até mesmo para que se transforme em um local de lazer para a população, vale salientar que no período de inventariação da oferta turística, o Centro de Lazer do



Trabalhador (Estádio Municipal) já estava passando por reformas para melhor acolher o visitante e o munícipe.

O acesso aos Equipamentos de Lazer é considerado bom, porém é necessário que a Prefeitura realize a manutenção das vias públicas, o acesso é fácil e elas, em sua maioria, estão em bom estado de conservação. Um ponto importante a ser salientado no acesso é a insuficiência da sinalização indicativa para alguns dos pontos, que facilita ao visitante se localizar e definir as melhores rotas de acesso à determinados locais.

#### **4.1.4. Considerações sobre a Hierarquização**

Após este processo de hierarquização foi constatado que dos 10 atrativos, recursos e equipamentos turísticos inventariados e analisados, 02 possuem nível hierárquico 02, no caso as principais motivações atuais da visita de turistas no município, o Parque da Cachoeira, ponte principal de atração que pode ser utilizado para fomentar o turismo de lazer, o ecoturismo e outras práticas variadas em seu espaço (mediante adaptações), e a Praça Carlos Leoncio Magalhães, que traduz em seu espaço e em seus elementos a história do município de Nova Europa, além do único atrativo religioso do município estar inserido nela. Os demais atrativos inventariados e analisados possuem nível de atratividade 01 e 00, com aspectos comuns ou excepcionais que podem complementar a oferta turística municipal.

Além disso a partir da hierarquização é possível identificar que o grau de conservação do entorno dos atrativos é satisfatório na maioria dos casos. Deste modo o município de Nova Europa apresenta um potencial de atração turística que atualmente é pouco explorado.

A matriz de hierarquização mostrou que o envolvimento da comunidade com a atividade turística é fraco e insatisfatório, pois não participam do desenvolvimento turístico e posteriormente podem se mostrar insatisfeitos com a pratica da atividade, exceto em casos específicos de locais que são destinados à grupos segmentados da atividade turística. Para identificar as razões dessa falta de envolvimento da comunidade, posteriormente serão propostas pesquisas de sensibilização da comunidade, a fim de identificar as principais causas para esse afastamento da comunidade da atividade turística.



Outro ponto revela a falta de infraestrutura de alguns dos atrativos turísticos do município, que refletem diretamente em seu grau de utilização, não permitindo que a prática se desenvolva de maneira organizada e planejada. Com a ausência de infraestruturas de apoio aos turistas em determinados atrativos sua visitação é afetada negativamente, e acabam sendo um ponto a ser explorado e não já desenvolvido.

Ressalta-se que é necessário conscientizar as pessoas que participam direta e indiretamente na atividade turística mostrando que é preciso desenvolvê-la.

#### 4.1.5. Segmentação da Oferta Turística

A segmentação é uma forma de dividir o mercado para desenvolvê-lo de acordo com as suas potencialidades, sobre segmentação o Ministério do Turismo (2010) afirma:

[...] a segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda [...]

Para o planejamento turístico a segmentação de mercado está dividida em duas partes, a segmentação da demanda turista que será realizada posteriormente na pesquisa de demanda e a segmentação da oferta turística que é baseada nos critérios:

- **Aspectos e características comuns** – geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais;
- **Atividades, práticas e tradições comuns** – esportivas, agropecuárias, de pesca, manifestações culturais, manifestações de fé;
- **Serviços e infraestrutura comuns** – serviços públicos, meios de hospedagem e de lazer.

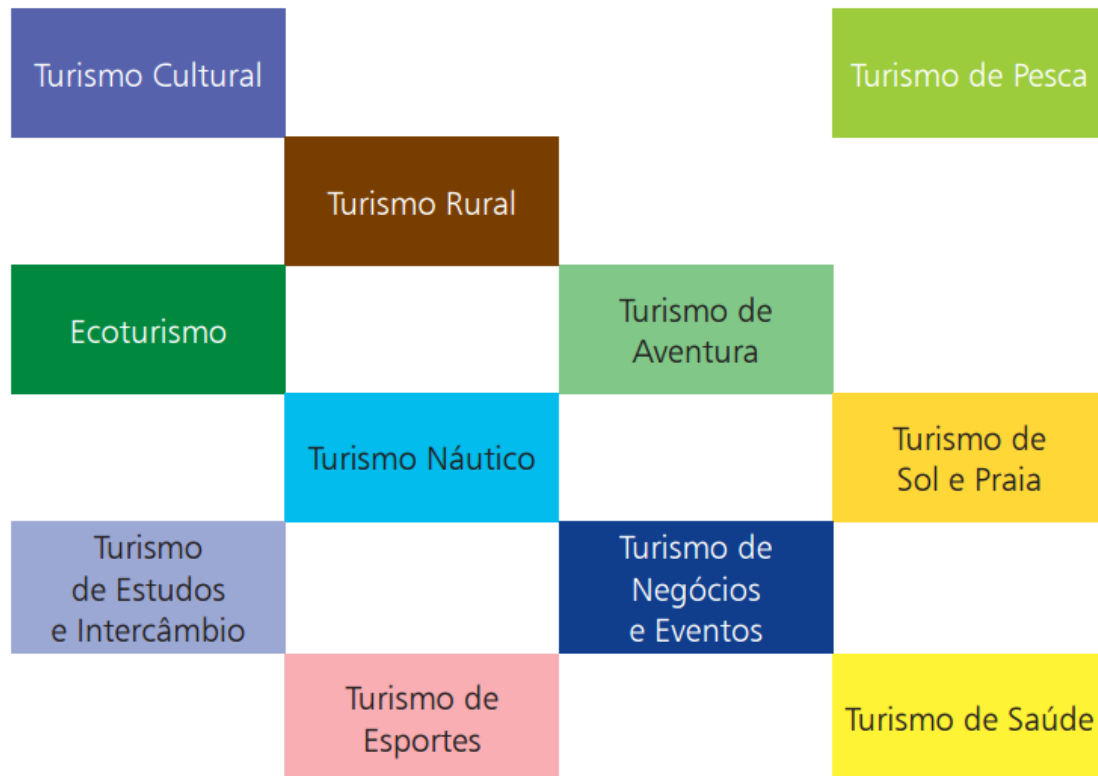
Os produtos turísticos são baseados na oferta, assim caracterizam o tipo ou segmento do turismo de uma cidade, região ou localidade. Dessa maneira, os segmentos turísticos criam uma identidade que determinam a imagem do roteiro ou da localidade turística e balizam a estruturação de produtos, a fim de atender as necessidades da demanda.



[...] É necessário entender quais os segmentos de oferta podem ser trabalhados em uma localidade, considerando a vocação e potencialidades do destino para determinado tipo de atividade/turismo que pode ser vivenciado. [...] (MTUR, 2010)

O ministério do turismo desenvolveu cartilhas de apoio a segmentação da oferta turística e definiu segmentos prioritários para o desenvolvimento do turismo no Brasil, elencados abaixo.

**Figura 7 - Segmentações Turísticas**



Fonte: MTUR, 20010.

Ressalta-se que existem outros segmentos turísticos importantes, como o turismo religioso, no entanto, os segmentos destacados acima foram definidos como prioritários para o Ministério do Turismo.

A seguir, a segmentação turística de Nova Europa baseada na sua oferta de atrativos.

#### 4.1.5.1. Ecoturismo

O Ecoturismo foi introduzido no Brasil no final dos anos 80, seguindo a tendência mundial de valorização do meio ambiente e segundo o Ministério do Turismo (2006)



[...] é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (BRASIL, Ministério do Turismo, 2006, p. 9).

O segmento é reconhecido por introduzir as práticas sustentáveis no desenvolvimento turístico, levando em consideração que as práticas sustentáveis são compreendidas de acordo com o Ministério do Turismo, 2006 (*apud* World Commission on Environment and Development, 1987) como “o desenvolvimento capaz de atender às necessidades da geração atual sem comprometer os recursos para a satisfação das gerações futuras”.

Esse tipo de turismo pressupõe atividades que promovam a reflexão e a integração homem e ambiente, em uma inter-relação vivencial com o ecossistema, com os costumes e a história local. Deve ser planejado e orientado visando o envolvimento do turista nas questões relacionadas à conservação dos recursos que se constituem patrimônio. (BRASIL, Ministério do Turismo, 2006, p. 10)

Quanto aos atrativos de Ecoturismo de Nova Europa, podemos destacar o Rio Itaquerê, o Rio Jacaré Guaçu e o Parque da Cachoeira, sendo que todos estes necessitam de adaptações em suas infraestruturas para que possam vir a fomentar o desenvolvimento da atividade turística da cidade, sendo os carros chefes para o turismo de Nova Europa. Além de infraestruturas, fica evidente que atividades devem ser fomentadas nestes atrativos para que realmente ocorra o Ecoturismo, atividades de esportes de aventura e conscientização ambiental podem explorar estes espaços e aumentar o grau de utilização turística dos mesmos.

#### *4.1.5.2. Turismo Cultural*

O Turismo Cultural, segundo o Ministério do Turismo, “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, Ministério do Turismo, 2006, p. 13), e além de proporcionar a vivência e incentivar a preservação da integridade desses bens culturais como recursos e atrativos do turismo, também incentiva a revitalização de edificações que podem começar a ser utilizadas e visitadas tanto pelos turistas quanto pelos próprios habitantes.



Dentro do segmento de Turismo Cultural identifica-se bens culturais, de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de atração turística: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas; museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais; manifestações, como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas, eventos religiosos, exposições de arte, de artesanato, musicais, entre outros (BRASIL. Ministério do Turismo, 2006, p. 14).

Quanto aos atrativos culturais do município de Nova Europa, ressalta-se o potencial de resgatar as histórias de formação do município e a variedade de subsegmentos que este setor apresenta. O turismo cultural de Nova Europa é representado pelos atrativos Sociedade Cultural e Social de Nova Europa, Praça Carlos Leoncio Magalhães e Praça da Saudade.

Nota-se a necessidade de um profundo trabalho de resgate da história local e sua transmissão principalmente aos munícipes, afinal se as pessoas do local não possuem interesse e conhecimento do lugar onde moram provavelmente esse sentimento será replicado aos turistas e visitantes.

Também é necessário a estruturação de roteiros, city tours, rotas, entre outros com a temática cultural, para que os demais atrativos culturais, sejam eles de contemplação, valor arquitetônico ou histórico ao município, tenham participação no desenvolvimento turístico

A melhoria na infraestrutura também é necessária para que os atrativos possam ter funcionalidade ao visitante. Programas de visitação bem divulgados, totens com a descrição do local e a integração entre os atrativos também se fazem necessários.

#### *4.1.5.3. Turismo Religioso*

O Turismo Religioso está relacionado às mais diversas instituições religiosas, configurando-se pelas atividades decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa, ou seja, a maior motivação deste segmento é a fé e a crença em religiões institucionalizadas.

Segundo o Ministério do Turismo (2006, p. 16)

O Turismo Religioso está relacionado à religiões institucionalizadas tais como as afro-brasileiras, espírita, protestantes, católica, as de origem oriental, compostas de doutrinas, hierarquias, estruturas, templos, rituais e sacerdócio.





Sendo a busca espiritual e a prática religiosa caracterizadas pelo deslocamento de pessoas a espaços e eventos com a finalidade de:

- Realização de peregrinações e romarias;
- Participação em retiros espirituais;
- Participação em festas e comemorações religiosas;
- Contemplação de apresentações artísticas de caráter religioso;
- Participação em eventos e celebrações relacionados à evangelização de fiéis;
- Visitação a espaços e edificações religiosas (igrejas, templos, santuários, terreiros);
- Realização de itinerários e percursos de cunho religioso;
- Outros.

É importante destacar que viagens motivadas pelo interesse cultural ou apreciação pelo legado arquitetônico e artístico são considerados simplesmente Turismo Cultural e não práticas relacionadas as motivações religiosas.

Em Nova Europa este segmento é representado pela Paróquia Sagrado Coração de Jesus.

Os templos religiosos são responsáveis por atrair fiéis de variados locais, para assistir suas celebrações e até mesmo para a participação em eventos religiosos.

Uma melhor estruturação destes roteiros religiosos e de eventos com este cunho são necessários para que este segmento atinja sua potencialidade máxima de atração.

#### *4.1.5.4. Turismo Esportivo*

O Turismo de Esportes, junto às motivações religiosas, expansão territorial e tratamentos medicinais, corresponde às primeiras práticas de mobilidade humana. A Grécia antiga durante a realização das Olimpíadas era tomada por atletas ou simplesmente por pessoas que desejavam festejar os jogos, entretanto, apenas começou a ser tratada como parte da atividade turística no século XX.



Desta forma, o Ministério do Turismo (2006, p. 23) estabelece que o Turismo de Esportes “compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas”.

Ainda, segundo o Ministério do Turismo (2006, p. 24-25), o Turismo de Esportes possui algumas características que fazem com que ele se destaque, como por exemplo:

- Estímulo a outros segmentos e produtos turísticos, uma vez que a estada do turista em um destino em função de determinado evento esportivo permite a visitação a outros atrativos e o consumo de produtos diversos caracterizando diferentes tipos de turismo;
- Incentivo a eventos e calendários esportivos, já que a organização do segmento assenta-se primordialmente na realização de eventos esportivos de qualidade e com potencial de atratividade. Assim, quanto maior a movimentação turística em função de determinado esporte, maior é a necessidade de organização do setor estimulando a elaboração de calendários bem definidos e compartilhados, e do fortalecimento dos eventos tradicionais e a ampliação da oferta a partir da criação e inovação de outros eventos;
- Não depende, de modo geral, da utilização de recursos naturais para exercer atratividade, mas de equipamentos e estruturas específicas construídas para a prática do esporte;
- Induz a implantação de estruturas esportivas também para o uso da comunidade receptora, como “legados”;
- Funciona como indutor da infraestrutura urbana;
- Não depende, necessariamente, do clima ou épocas do ano, mas principalmente da elaboração de calendário;
- Estimula a comercialização de produtos e serviços agregados (roupas e artigos esportivos, suplementos, etc);
- Estimula o sentimento de pertencimento<sup>2</sup> e fortalece a auto-estima de quem pratica e de quem assiste à apresentação;
- Estimula práticas e estilos de vida saudáveis;
- Valoriza o ser humano e a prática do esporte;
- Promove a confraternização;



- Tem a capacidade de transformar as competições esportivas em fatores de sociabilidade.

Quanto aos Atrativos Esportivos de Nova Europa, estes são representados pelo Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal) e Ginásio da Ponte.

Neste segmento às competições esportivas são o real atrativo, sendo os espaços anteriormente citados apenas as infraestruturas, que devem estar adequadas para o fluxo de atividades e o número de visitantes que recebe.

#### **4.1.6. Análise do Trade Turístico**

O Trade Turístico é parte fundamental ao desenvolvimento turístico municipal, o visitante passa a se enquadrar como turista quando usufrui de uma gama de serviços ligados à atividade turística em uma determinada localidade. Desta forma, alheio a motivação, o Trade é responsável pelo conforto do turista, e por atender, com qualidade e diversidade, as necessidades deste.

A oferta turística se refere a tudo que compõe o produto turístico, ou seja, o que pode ser incluído no consumo turístico (como bens, serviços públicos e serviços privados prestados ao turista), recursos naturais e culturais, eventos, etc., e que desagrupado possui pouco valor turístico. (DORTA, 2015)

De acordo com a EMBRATUR (1995), o trade turístico é formado por organizações privadas e governamentais atuantes no setor de "Turismo e Eventos" como os Hotéis, Agências de Viagens especializadas em Congressos, Transportadoras Aéreas, Marítimas e Terrestres, além de Promotores de Feiras, Montadoras e Serviços Auxiliares (tradução simultânea, decoração, equipamentos de áudio visuais, etc.)

Desta forma é possível compreender que o conjunto de empresas que, de alguma maneira, ofertam serviços aos turistas, são intitulados de Trade Turístico.

Em Nova Europa, foram mapeados, durante o processo de Inventariação da Oferta Turística, 21 estabelecimentos que possuem relação direta com a atividade turística, sendo 1 Equipamento de Eventos, 5 Equipamentos de Lazer, 1 Meio de Hospedagem e 14 Serviços de Alimentação.

Além das facilidades, qualidade e conforto que o Trade Turístico gera aos turistas que visitam a cidade, este setor também é responsável pelo



desenvolvimento econômico e social de uma localidade, tendo em vista a alta geração de empregos diretos e indiretos que este proporciona.

A cadeia produtiva do Turismo engloba diversas ramificações econômicas dentro do progresso de um município, visto que ao aumentar o fluxo corrente de visitantes, existe uma tendência de difusão e ampliação da quantidade de opções na malha hoteleira, serviços de alimentação e outros equipamentos ligados diretamente a atividade turística, e, conseqüentemente, um aumento da demanda aos seus fornecedores diretos e indiretos.

O Ministério do Trabalho do Brasil, disponibiliza em seu site a plataforma CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados<sup>6</sup>, onde é possível checar as Admissões e Demissões setorializadas por áreas econômicas e divididas em empregos cadastrados.

Desta forma é possível fazer o recorte do impacto da atividade turística na economia e na geração de emprego e renda da cidade de Nova Europa de acordo com as informações cedidas pela plataforma.

As tabelas abaixo representam este recorte nos períodos de janeiro de 2015 a dezembro de 2015, janeiro de 2016 a dezembro de 2016 e primeiro semestre de 2017.

**Tabela 18 - Recorte de Admissões e Desligamentos no setor turístico de Nova Europa – jan/2015 à dez/2015**

<b>Profissão</b>	<b>Salário Médio</b>	<b>Admissões</b>	<b>Desligamentos</b>	<b>Saldo</b>
Garçom	990,5	2	1	1
Masseiro (Massas Alimentícias)	1.031,00	1	1	0
Cozinheiro Geral	n/d		2	-2
Atendente de Lanchonete	n/d		2	-2
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	n/d		2	-2
<b>TOTAL</b>	-	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>-5</b>

Fonte: SIGGESTUR, 2017 adaptado de

[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)

<sup>6</sup> Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/aceso-online-as-bases-de-dados>



Segundo o Ministério do Trabalho do Brasil, disponibiliza em seu site a plataforma CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, no ano de 2016 não houveram Admissões e Demissões nas áreas relacionadas à prestação de serviços turísticos.

**Tabela 19 - Recorte de Admissões e Desligamentos no setor turístico de Nova Europa – jan/2017 à jul/2017**

<b>Profissão</b>	<b>Salário Médio</b>	<b>Admissões</b>	<b>Desligamentos</b>	<b>Saldo</b>
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	1.098,80	5	1	4
Cozinheiro Geral	1.144,00	4	4	
Recreador	669	1		1
Garcom	1.144,00	1	2	-1
Masseiro (Massas Alimentícias)	n/d		2	-2
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>2</b>

Fonte: SIGGESTUR, 2017 adaptado de

[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)

A partir das informações obtidas é possível notar a baixa na oferta de empregos nas áreas relacionadas à atividade turística, em 2015 o ano finalizou com um saldo negativo de -5 empregos, em 2016 não houveram Admissões e Demissões nas áreas relacionadas à prestação de serviços turísticos, entretanto no primeiro semestre de 2017 houve saldo positivo de 2 empregos.

A baixa oferta turística no município e a tímida atividade desenvolvida atualmente reflete diretamente nestes números, pois quanto menos demanda pelos serviços ofertados, maior a escassez de oportunidade à mão de obra especializada. Todavia não podemos descartar o período de recessão econômica que o país vem passando, fato que impacta diretamente na geração de emprego e renda para as comunidades locais.

#### *4.1.6.1. Meios de Hospedagem*

Conforme o artigo 23 da Lei 11.771 que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo, são considerados meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de



frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominado de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária.

De acordo com o disposto na legislação, o município de Nova Europa conta, atualmente, com um meio de hospedagem: a Pousada Nova.

Sobre a participação em projetos institucionais do turismo como o CADASTUR, nenhum deles possui o cadastro na plataforma, sendo que o CADASTUR é obrigatório para meios de hospedagem.

Nota-se que, os meios de hospedagem de Nova Europa atendem a demanda atual da cidade, mas para a demanda em potencial é necessário modificar alguns aspectos e trabalhar em conjunto com a prefeitura e em parceria com o trade para o desenvolvimento do turismo. Além disso, faz-se necessário o cadastramento no CADASTUR e tentar seguir os critérios de categorização hoteleira do Ministério do Turismo.

#### *4.1.6.2. Serviços de Alimentação*

Para o presente Plano Diretor de Turismo de Nova Europa foram inventariados e diagnosticados os quatorze empreendimentos gastronômicos que se destacam no município e que podem ser recomendados aos turistas, levando em conta a qualidade da comida e do serviço oferecido, o ambiente, a localização, a higiene e limpeza bem como o preço e o horário de funcionamento dos mesmos.

Este segmento é composto por uma diversidade de empreendimentos, entre eles, restaurantes, bares, cafés, lanchonetes, casas de chá, confeitarias, sorveterias, padarias, cantinas, quiosques, barracas. Tais empreendimentos que podem estar localizados em diversos espaços: shopping centers, hotéis, praias, campo, centros de cidades, hospitais, escolas, dentre outros. (BRASIL; UNICAMP, 2006).

Em Nova Europa, este segmento tem grande destaque, visto que representa 66% do trade turístico municipal e em alguns casos é um importante elemento de atração de visitantes ao município.

Realizando a divisão dos Serviços de Alimentação, de acordo com o Inventário da Oferta Turística, por empreendimentos, temos que o município





hoje, dentro das características exemplificadas acima quanto à qualidade, localização entre outros, possui 04 restaurantes, 04 lanchonetes, 02 sorveterias, 01 pizzaria, 01 doceria, 01 pastelaria e 01 açai.

Os restaurantes são os principais responsáveis por atender a demanda atual, sendo que estão totalmente preparados para atender a população e parcialmente estruturados para o atendimento ao turista. Ainda os restaurantes podem ser segmentados de acordo com sua especialidade gastronômica, desta forma o município de Nova Europa possui 02 restaurantes voltados a culinária caseira e 02 restaurantes voltados a culinária típica brasileira.

A maioria dos estabelecimentos abre aos finais de semana, e o município é bem servido de opções gastronômicas para horários alternativos aos convencionais.

Entretanto os restaurantes não participam dos projetos institucionais do Ministério do Turismo e nenhum dos serviços de alimentação citados possuem CADASTUR.

De modo geral os serviços de alimentação de Nova Europa estão bem estruturados e aptos a atender a demanda atual e parcialmente aptos a atender a demanda futura. A qualidade deste setor e a potencialidade que ele representa ao município é um fator extremamente relevante. Estratégias de integração dos serviços de alimentação junto aos meios de hospedagem e atrativos se fazem necessários, além de existir a possibilidade de se desenvolverem rotas gastronômicas dentro do município, aumentando o desenvolvimento deste setor.

#### **4.1.7. Análise do Turismo Institucional**

Para que a atividade turística seja desenvolvida de maneira sustentável em uma determinada localidade é necessário que esta esteja pautada na legislação e tenha destaque nas prioridades de desenvolvimento municipal.

De acordo com o Inventário da Oferta Turística, a cidade possui em legislações pertinentes que permitem a implantação, bom funcionamento e manutenibilidade da atividade turística em Nova Europa.

A Lei Orgânica do Município de Nova Europa organiza os órgãos da administração municipal, bem como a relação entre os órgãos do Executivo e Legislativo; disciplina a competência legislativa do Município; estabelece as



regras do processo legislativo municipal e toda regulamentação orçamentária, em consonância com a Constituição Federal e Estadual.

A menção ao turismo aparece apenas em um artigo, sendo no Capítulo II “Da Competência”, artigo 5º, que traz o seguinte texto: “Artigo 5º – Ao Município de Nova Europa compete: [...] XXIV – promover e incentivar o turismo local, como fator de desenvolvimento social e econômico; [...]”

O Conselho Municipal de Turismo foi criado e regulamentado pela primeira vez através da lei nº 1.567 de 13 de setembro de 2006.

Hoje o Conselho encontra-se regulamentado pela lei nº 1.930 de 11 de julho de 2017, que se constitui em órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo e consultivo, para o assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico da cidade de Nova Europa.

De acordo com a lei supracitada, em seu artigo 2º, O COMTUR fica constituído por:

- I – Um representante do turismo rural;
- II – Dois representantes do setor gastronômico;
- III – Um representante da Associação Comercial;
- IV – Um representante do setor artístico;
- V – Um representante do setor hoteleiro;
- VI – Um representante do setor da Cultura da Prefeitura;
- VII – Um representante do setor de Esportes da Prefeitura;
- VIII – Um representante do setor de Turismo da Prefeitura.

O artigo 3º da lei rege as competências do COMTUR:

- Avaliar, opinar e propor sobre: A política Municipal de Turismo, diretrizes básicas observadas na citada Política, planos anuais ou tri anuais que visem o desenvolvimento e a expansão do turismo no Município, instrumentos de estímulo ao desenvolvimento turístico, assuntos atinentes ao turismo que lhe forem submetidos;
- Inventariar, diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico do Município e orientar a melhor divulgação do que estiver adequadamente disponível;



- Programar e executar amplos debates sobre os temas de interesse turístico para a Cidade e Região, ouvindo observações das pessoas envolvidas mesmo que estranhas ao Conselho, bem como de pessoas experientes convidadas;
- Manter intercâmbio com as diversas Entidades de Turismo, do Município ou fora dele, sejam ou não oficiais, para um maior aproveitamento do potencial local;
- Propor resoluções, instruções regulamentares ou atos necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo em seus diversos segmentos;
- Propor programas e projetos nos segmentos do turismo visando incrementar o fluxo de turistas e de eventos para a Cidade;
- Propor diretrizes de implementação do turismo através de órgãos municipais e os serviços prestados pela iniciativa privada com o objetivo de prover a infraestrutura local adequada à implementação do turismo em todos os seus segmentos;
- Promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo do Município participando de Feiras, Exposições e Eventos, bem como apoiar a Prefeitura na realização de Feiras, Congressos, Seminários, Eventos e outros, projetados para a própria cidade;
- Propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo no Município, emitindo parecer relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da indústria turística em geral;
- Colaborar de todas as formas com a Prefeitura e suas Secretarias nos assuntos pertinentes sempre que solicitado;
- Formar grupos de trabalho para desenvolver os estudos necessários em assuntos específicos, com prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório ao plenário;
- Sugerir medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de Serviços Turísticos no Município;



- Sugerir a celebração de convênios com Entidades, Municípios; Estados ou União, e opinar sobre os mesmos quando for solicitado;
- Indicar, quando solicitado, representantes para integrarem delegações do Município a congressos, convenções, reuniões ou novos acontecimentos que ofereçam interesse à Política Municipal de Turismo;
- Elaborar e aprovar o Calendário Turístico do Município;
- Monitorar o crescimento do Turismo no Município, propondo medidas que atendam à sua capacidade turística;
- Analisar reclamações e sugestões encaminhadas por turistas e propor medidas pertinentes à melhoria da prestação dos serviços turísticos locais;
- Conceder homenagens às pessoas e instituições com relevantes serviços prestados na área de turismo;
- Eleger, entre os seus pares, o seu Presidente em escrutínio secreto na primeira reunião de ano par;
- Organizar e manter o seu Regimento Interno.

Ainda em relação ao desenvolvimento turístico pautado na institucionalização, é necessário, e também abarcado pela legislação que trata das Estâncias Turísticas e dos Município de Interesse Turístico, que todo o processo de planejamento turístico municipal seja instituído em forma de lei, para que assim os projetos sejam fidelizados e não se corra o risco de descontinuidade das ações propostas.

#### **4.1.8. Resumo Executivo**

O Diagnóstico de Oferta Turística de Nova Europa avaliou e hierarquizou 10 atrativos do destino. Esta hierarquização é necessária para o planejamento do turismo na localidade, pois, permite que se tenha uma visão geral sobre o potencial de atratividade, o grau de uso atual, sua representatividade, apoio da população local, estado de conservação, acesso e infraestrutura de cada um dos atrativos individualmente.

Para cada um dos quesitos avaliados durante a hierarquização é atribuída uma pontuação, onde 03 representa um alto potencial, 02 médio, 01 baixo e 0 nenhum. A somatória destes pontos mostra que Nova Europa possui uma boa



dispersão de níveis em seus atrativos e equipamentos turísticos, sendo dois deles de nível 02 na hierarquia, que representa atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este. Além disso, a maioria dos demais atrativos possui nível hierárquico com aspectos excepcionais ou capazes de atrair demandas locais e regionais, complementando atrativos de maior hierarquia no município, indicando que o destino possui alto potencial de atração turística, que atualmente é pouco explorado.

A matriz de hierarquização mostra que a maioria dos atrativos não possui apoio da comunidade local, ou seja, o envolvimento da comunidade é insatisfatório. Isso pode ser explicado, ainda que em partes, pela ausência do desenvolvimento de políticas públicas para o fomento da área, e pela ausência participação dos moradores nos processos tomada de decisão sobre o turismo.

A ausência de apoio da comunidade local não é favorável ao planejamento turístico, uma vez que os moradores são peças fundamentais para a divulgação da cidade e seus atrativos, tem contato direto com os turistas e influenciam em seu atendimento. Além disso, são os munícipes que recebem o impacto, seja ele, positivo ou negativo, do desenvolvimento turístico e, diante disso, é preciso que haja integração dos mesmos no planejamento do turismo para sanar dúvidas e conseguir apoio individual e de entidades presentes na localidade.

Ainda sobre os atrativos de Nova Europa, o diagnóstico indica que existe a necessidade de integrar os atrativos e estreitar as relações entre o Trade turístico, Prefeitura e COMTUR para que os objetivos para desenvolver o turismo da cidade.

O diagnóstico mostrou que o ecoturismo e o turismo histórico cultural, além dos eventos e manifestações culturais são os principais pontos para o desenvolvimento da atividade turística no município de Nova Europa, estes segmentos são representados por recursos turísticos com alto nível de potencialidade e representatividade, e necessitam aumentar o grau de utilização e conseqüentemente o fluxo de turistas no município.



Além disso, é preciso realizar ações de divulgação da cidade e seus atrativos para que a atividade comece a ser fomentada, não obstante, é importante criar estratégias para a visita dos demais pontos turísticos, inserindo-os em roteiros que busquem entreter o visitante durante sua estada no local.

Os atrativos culturais do município possuem grande potencial, até então pouco explorado, para realizar ações de resgate da cultura e história local, além de possuir capacidade para transmitir tais histórias e conhecimento aos munícipes e turistas. Com isso em prática, espera-se fomentar o sentimento de pertencimento e despertar o interesse dos moradores para as atividades e espaços de planejamento do turismo.

O diagnóstico identificou que o trade turístico atende satisfatoriamente a demanda atual da cidade. Entretanto é possível notar a necessidade na ampliação de políticas de fomento à estas áreas, visto que a mesma não suprirá a demanda potencial de visitantes conforme a atividade turística for galgando seu desenvolvimento.

Esta necessidade de uma maior variedade e opções do trade turístico diz respeito à malha hoteleira e aos serviços de alimentação da cidade, que estão preparados e capacitados para o fluxo atual. Mas que precisaram de atualizações e de novas estratégias para suprir as mudanças propostas pela inserção da atividade turística na economia do município.

Outro problema identificado pelo diagnóstico é o não cadastramento da maioria dos estabelecimentos de hospedagem e de alimentação no CADASTUR, ou seja, não estão aptos a participar de projetos institucionais do Ministério do Turismo. É preciso lembrar que o cadastro no CADASTUR é obrigatório para os meios de hospedagem.

Deste modo, é notável que a atividade turística no município de Nova Europa é uma novidade aos gestores municipais, população e mesmo aos donos de estabelecimentos de interesse turístico no município. Para tanto, é de extrema importância que a construção das políticas e programas de fomento à atividade sejam feitas em conjunto entre Órgão Público, Trade e População, para que se minimizem os impactos negativos e potencializem os benefícios que a inserção





SIGGESTUR

da atividade possa vir a ocasionar à todo o município de Nova Europa, gerando oportunidades de desenvolvimento.



## 4.2. MEIO AMBIENTE

Para viabilização desse estudo, inicialmente foram realizadas pesquisas bibliográficas referentes ao tema “turismo”, para estruturar as ideias com base em referências de autores pertinentes ao ramo, e posteriormente pesquisas para a caracterização geológica, hidrológica, climática, pedológica, entre outros da região e do município.

A caracterização do município procedeu com base em informações obtidas no Ministério do Meio Ambiente, Prefeitura de Nova Europa, Agência Nacional das Águas, entre outros.

Em relação ao Diagnóstico Ambiental e legislação de interesse turístico, foram utilizadas as informações obtidas na internet e fornecidas pela Câmara Municipal de Nova Europa/SP.

### 4.2.1. Gestão Ambiental Relacionada ao Turismo

Os princípios básicos de gestão ambiental estão relacionados às políticas de ação, que servem como ponto de partida para ações e políticas públicas secundárias. Podem ser reconhecidas quanto à abrangência, classificadas como municipais, estaduais, federais ou internacionais, e/ou reconhecidas quanto ao caráter, classificadas como públicas ou privadas.

Quanto à classificação relacionada ao caráter, a seguir, apresentam-se as políticas de gestão ambiental públicas, ligadas à gestão ambiental em órgãos públicos.

Internacionalmente, a gestão ambiental é fundamentada sobretudo pelos princípios criados na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e nos 40 capítulos da Agenda 21, ambos publicados durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 1992 ou ECO-1992, posteriormente acrescidos de preceitos estabelecidos por órgãos internacionais e organizações internacionais importantes, tais quais a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

No âmbito federal, a Constituição Federal do Brasil, de 1988, estipula por meio do artigo 225 o primeiro princípio ambiental, que diz que:



Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas. (BRASIL, 1988).

No ano de 1981, por meio da lei 6.938, foi estabelecida a Política Nacional do Meio Ambiente, que contém outros três artigos importantes para a manutenção da gestão ambiental do país, dados por:

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:



I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora" (BRASIL, 1981).

Em nível estadual, São Paulo possui legislações específicas. O Governo do Estado de São Paulo possui como serviço principal relacionado à gestão ambiental o Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGAM). O SIGAM objetiva o estabelecimento de controles da documentação e processos envolvendo a Secretaria de Meio Ambiente e seus órgãos vinculados.



O sistema funciona por meio de controle e registros dos documentos e processos; possui por meio do site do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (<http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/>) medidas de atendimento ao cidadão tais quais denúncias ambientais, tópicos sobre agricultura sustentável, resíduos sólidos, certidão de débito, SICAR/SP, comerciantes de madeira, requerimento de serviços, queima da palha de cana de açúcar, reposição florestal, GEFAU e portal da adequação ambiental, dentre outras.

As políticas de gestão ambiental privadas são aquelas realizadas por órgãos privados. Assim, certificações como a ISO 14001<sup>7</sup>, da International Organization for Standardization (ISO) e o selo ambiental FSC<sup>8</sup>, da Forest Stewardship Council (FSC, ou Conselho de Gestão Florestal em português), reconhecidas internacionalmente, podem ser aplicadas nas empresas, aumentando a competitividade e gerando interesses ambientais, econômicos e sociais sobre as empresas. Estas certificações e selos, que agregam valor aos produtos e às empresas, servem também como políticas de gestão ambiental privadas, uma vez que instituem boas práticas ambientais padrão para as empresas que as requisitam.

#### **4.2.2. Serviços**

A lei federal 9.433/97<sup>9</sup> estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos e suas diretrizes. Define diretrizes e instrumentos de ação em relação ao uso e distribuição da água para abastecimento público. Outra legislação importante em relação ao abastecimento público é a portaria 2.914/11<sup>10</sup>, que por meio do artigo 5º define, dentre outros conceitos:

- I - água para consumo humano: água potável destinada à ingestão, preparação e produção de alimentos e à higiene pessoal, independentemente da sua origem;
- II - água potável: água que atenda ao padrão de potabilidade estabelecido nesta Portaria e que não ofereça riscos à saúde;

---

<sup>7</sup> No Brasil, a certificação ocorre por meio da ABNT NBR ISO 14001, que institui requisitos do Sistema de Gestão Ambiental.

<sup>8</sup> No Brasil, a certificação ocorre por meio do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil).

<sup>9</sup> Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

<sup>10</sup> Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.



III - padrão de potabilidade: conjunto de valores permitidos como parâmetro da qualidade da água para consumo humano, conforme definido nesta Portaria;

IV - padrão organoléptico: conjunto de parâmetros caracterizados por provocar estímulos sensoriais que afetam a aceitação para consumo humano, mas que não necessariamente implicam risco à saúde;

V - água tratada: água submetida a processos físicos, químicos ou combinação destes, visando atender ao padrão de potabilidade;

VI - sistema de abastecimento de água para consumo humano: instalação composta por um conjunto de obras civis, materiais e equipamentos, desde a zona de captação até as ligações prediais, destinada à produção e ao fornecimento coletivo de água potável, por meio de rede de distribuição;

VII - solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano: modalidade de abastecimento coletivo destinada a fornecer água potável, com captação subterrânea ou superficial, com ou sem canalização e sem rede de distribuição;

VIII - solução alternativa individual de abastecimento de água para consumo humano: modalidade de abastecimento de água para consumo humano que atenda a domicílios residenciais com uma única família, incluindo seus agregados familiares” (MINISTÉRIO DE SAÚDE, 2011).

A lei federal 11.445/07<sup>11</sup> estabelece a Política Nacional de Saneamento Básico e suas diretrizes. Segundo o artigo 3º, o saneamento básico é considerado por:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas; (Redação dada pela Lei nº 13.308, de 2016) (BRASIL, 2007).

---

<sup>11</sup> Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.





A legislação federal 12.305/10<sup>12</sup> dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as diretrizes envolvidas. De acordo com o artigo 3º da legislação, alguns conceitos importantes para seus efeitos são:

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2010).

Para fins de seguimento às determinantes das leis 9.433/97, 11.445/07 e 12.305/10, os itens a seguir foram divididos da maneira apresentada abaixo.

#### *4.2.2.1. Abastecimento de Água*

A portaria 2.914/11 definiu sistema de abastecimento de água como:

Art. 5º VI - sistema de abastecimento de água para consumo humano: instalação composta por um conjunto de obras civis, materiais e equipamentos, desde a zona de captação até as ligações prediais, destinada à produção e ao fornecimento coletivo de água potável, por meio de rede de distribuição (MINISTÉRIO DE SAÚDE, 2011).

Assim, o abastecimento de água envolve uma série de etapas e procedimentos. Fazem parte de um sistema comum de abastecimento de água elementos como mananciais, estruturas para captação, estações elevatórias, adutoras, estações de tratamento das águas, reservatórios e a rede de distribuição (REÚSA, 2016).

---

<sup>12</sup> Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.



Relacionado ao abastecimento de água, o município de Nova Europa tem a prestação de serviços realizada pela própria Prefeitura Municipal de Nova Europa, sob responsabilidade do Departamento de Água e Esgoto (DAE).

O abastecimento de água municipal é dividido em setores, sendo que a captação é realizada por meio de mananciais subterrâneos. Os sistemas se dividem em quatro, dados por:

- Sistema Jardim São Paulo: captação do poço 3;
- Sistema Jardim São Roque: captação do poço 4;
- Sistema 13 de Maio: captação do poço 5;
- Sistema Matadouro (alternativo): captação do poço matadouro (atualmente desativado; com reativação efetuada caso necessário, para abastecimento de três núcleos de habitação do CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano).

Considerando a legislação abordada neste capítulo, de acordo com o Atlas de Abastecimento Urbano, elaborado pela Agência Nacional das Águas (ANA, 2010) no Brasil as demandas médias de abastecimento urbano foram de 494 m<sup>3</sup>/s em 2005 com previsões para 570 m<sup>3</sup>/s em 2015 e 630 m<sup>3</sup>/s em 2025.

Em virtude da existência de 39,5 milhões de habitantes no estado de São Paulo, com previsão de 24% da demanda urbana para o ano de 2025, o estado possui número elevado de sistemas integrados (26), que envolvem 71 municípios (ANA, 2010). Ainda assim, durante o período de 2014-2016, o estado vivenciou uma intensa crise hídrica, em que o comprometimento hídrico foi relacionado diretamente aos usos da água (ANA, 2015). O encarte especial sobre a Crise Hídrica criado pela Agência Nacional das Águas (2015), sugere ações regulatórias para a manutenção do manancial, tais quais fiscalização dos usos, restrições dos usos (sobre irrigação e outros fins) e alteração das regras de operação para os reservatórios.

Como pontos postos à melhorias, foram descritos no Plano Municipal de Saneamento Básico de Nova Europa (2016) a falta d'água que ocorre com alguma frequência, as perdas do sistema, a operação e manutenção dos poços que não tem periodicidade adequada, os reservatórios de águas e a gestão comercial.



#### 4.2.2.2. Esgotamento Sanitário

De acordo com a lei 11.445/07, artigo 3º, o esgotamento sanitário pode ser definido como:

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente (BRASIL, 2007).

Deste modo, o sistema de esgotamento sanitário precisa conter as etapas de coleta, transporte, tratamento e disposição final. Fazem parte de um sistema comum de esgotamento sanitário componentes como rede de coleta, interceptores, emissários, estações elevatórias de esgoto (EEEs), estações de tratamento de esgoto (ETEs) e os corpos receptores (REÚSA, 2016). Ainda de acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico de Nova Europa (2016), a rede possui 22 km de extensão e conta com 200 unidades de poços de visita.

Apesar da existência da lei 11.445/07 e de uma Política Nacional de Saneamento Básico, de acordo com o Atlas Esgotos, elaborado pela Agência Nacional das Águas (ANA, 2017) no Brasil são geradas 9,1 t de esgoto por dia, sendo que anualmente, 3,9 mil t são encaminhadas para tratamento coletivo, 1,7 mil t são coletadas porém não seguem para tratamento, 1,1 mil t são encaminhadas para soluções individuais adequadas (fossas sépticas) e 2,4 mil toneladas são despejadas a céu aberto.

O lançamento destes nos corpos hídricos danifica a qualidade das águas em áreas urbanas, o que causa comprometimento à saúde da população e à saúde ambiental. Para minimizar os impactos do lançamento do esgoto nos corpos hídricos receptores, os municípios devem adotar sistemas compatíveis com a demanda populacional, que sejam capazes de tratar previamente parcial ou totalmente os efluentes gerados, para posterior lançamento nos corpos hídricos.

No que tange ao esgotamento sanitário, o município de Nova Europa tem a prestação de serviços realizada pela própria Prefeitura Municipal de Nova Europa, sob responsabilidade do Departamento de Água e Esgoto (DAE).

Os dados retirados do Atlas Esgotos (ANA, 2017) (tabela 1) indicam que em 2013 foram coletados e tratados 99,6% do esgoto do município de Nova Europa, com vazão de 20,7 L/s, sendo que 0,3% do esgoto coletado não foi



coletado e tratado, somando 20,8 L/s de vazão total em 2013 e 0,1% teve solução individual. A carga total gerada do município em 2013 foi de 506,2 Kg DBO/dia, sendo que 504,1 Kg DBO/dia foram tratados e coletados. Assim, a carga total lançada aos corpos hídricos foi de 127,8 Kg DBO/dia, sendo que 126 Kg DBO/dia foram coletados e tratados. As previsões para 2035 são de que haja 99,6% de atendimento com ETEs avaliado, sendo produzidos 683,8 Kg DBO/dia de carga gerada total para população estimada em 12.663 habitantes para o município de Nova Europa/SP.

**Tabela 20 - Comparativo dos dados relacionados aos efluentes de Nova Europa/SP e do Brasil**

<b>Atendimento quanto à coleta e tratamento de efluentes</b>				
	<b>Nova Europa/SP</b>		<b>Brasil</b>	
<b>Parâmetro</b>	<b>Índice (%)</b>	<b>Vazão (L/s)</b>	<b>Índice (%)</b>	<b>Vazão (L/s)</b>
<b>Atendimento com coleta e com tratamento</b>	99,6	20,7	43	132.230,8
<b>Atendimento com coleta e com solução individual</b>	0,1	0	12	36.881,1
<b>Atendimento com coleta e sem tratamento</b>	0	0	18	52.416,4
<b>Atendimento sem coleta e sem tratamento</b>	0,3	0,1	27	83.154,5
<b>Total</b>	100	20,8	100	304.697,0
<b>Parcela de carga gerada (DBO)</b>				
<b>Parâmetro</b>	<b>Nova Europa/SP</b>		<b>Brasil</b>	
	<b>Parcela (Kg DBO/dia)</b>		<b>Parcela (t DBO/dia)</b>	
<b>Carga gerada com coleta e com tratamento</b>	504,1		3.935	
<b>Carga gerada com coleta e com solução individual</b>	0,5		1.099	
<b>Carga gerada com coleta e sem tratamento</b>	0,0		1.655	
<b>Carga gerada sem coleta e sem tratamento</b>	1,6		2.409	
<b>Total de carga gerada</b>	506,2		9.098	
<b>Parcela de carga lançada (DBO)</b>				
<b>Parâmetro</b>	<b>Nova Europa/SP</b>		<b>Brasil</b>	
	<b>Parcela (Kg DBO/dia)</b>		<b>Parcela (t DBO/dia)</b>	



<b>Carga lançada com coleta e com tratamento</b>	126	1.012
<b>Carga lançada com coleta e com solução individual</b>	0,2	440
<b>Carga lançada com coleta e sem tratamento</b>	0	1.655
<b>Carga lançada sem coleta e sem tratamento</b>	1,6	2.409
<b>Total de carga lançada</b>	127,8	5.516

Fonte: SIGGESTUR, 2017 adaptado de ANA, 2017.

A solução de tratamento em função da DBO planejada pela ANA para 2035 para o município foi a solução convencional, que requer que 60-80% da DBO seja removida. Segundo a Agência Nacional das Águas (2017), para a faixa de remoção de 60-80% em que o município está inserido, os principais processos de tratamento são vistos na tabela abaixo.

**Tabela 21 - Principais processos de tratamento no Brasil para a faixa de remoção de 60-80% da DBO.**

<b>Principais processos de tratamento (remoção 60-80%)</b>	<b>População Equivalente (em mil hab.)</b>	<b>Eficiência média (%)</b>	<b>Número de unidades no país</b>
<b>Fossa filtro/(fossa séptica + filtro biológico) + disposição no solo/sumidouro</b>	6,4	66	10
<b>Reator anaeróbio + lodos ativados</b>	26,3	80	2
<b>Lagoa anaeróbia</b>	812,8	68	68
<b>Primário com físico-químico (filtro aeróbio/decantação/cept/flotação)</b>	1.902,5	68	13
<b>Reator anaeróbio</b>	3.876,5	69	328
<b>Reator anaeróbio + decantador</b>	226,7	72	16
<b>Lodos ativados meio fixo (filtro biológico)</b>	323,1	73	22
<b>Reator anaeróbio + filtro biológico</b>	1.300,0	75	177
<b>Lagoa facultativa</b>	1.421,0	76	203
<b>Lagoa anaeróbia + lagoa facultativa</b>	5.533,8	77	364
<b>Reator anaeróbio + disposição no solo</b>	183,3	77	16
<b>Reator anaeróbio + filtro aeróbio</b>	635,8	77	64
<b>Reator anaeróbio + lagoa anaeróbia/facultativa/de maturação</b>	3.023,5	78	145
<b>Total</b>	-	-	1.428

Fonte: SIGGESTUR, 2017 adaptado de ANA, 2017.



Tendo em vista que a solução utilizada pelo município para tratamento dos efluentes são as lagoas de estabilização, compostas por uma lagoa anaeróbia seguida por duas lagoas facultativas, a solução é considerada adequada para o cenário atual e o cenário futuro do município, considerando que possui 77% de eficiência média na remoção da demanda bioquímica de oxigênio (DBO).

Ainda, segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico de Nova Europa (2016), as lagoas de estabilização são indicadas para as condições da cidade, uma vez que dispõe de área suficiente, possui clima favorável, o sistema tem operação simples e a necessidade é de poucos equipamentos.

Já a capacidade de diluição municipal atual (2013) foi classificada pela ANA como ótima (sem problemas para diluir os efluentes) a regular (pode atender classe 2 com 60-80% de remoção da carga orgânica), condição existente em 2.862 dos 5.570 municípios brasileiros (ANA, 2017).

O Plano Municipal de Saneamento Básico de Nova Europa (2016) apresenta como deficiências do sistema de esgotamento sanitário a ausência do cadastro técnico, os extravasamentos que ocorrem na rede, a manutenção insuficiente das redes coletoras e a manutenção geral, e os lançamentos clandestinos que podem ser presentes.

#### *4.2.2.3. Drenagem Urbana*

O sistema de drenagem urbana conta com duas divisões, o sistema de macrodrenagem e o sistema de microdrenagem. A macrodrenagem está relacionada aos principais corpos hídricos, que são os drenos de maior porte e a microdrenagem está relacionada aos drenos de menor porte, composta sobretudo por estruturas hidráulicas, responsáveis por assegurar as condições nas vias públicas (REÚSA, 2016).

A drenagem urbana em Nova Europa é responsabilidade do município; a manutenção é realizada pelo Departamento de Obras e a fiscalização é realizada pelo fiscal de obras.

Os sistemas de macrodrenagem identificados como maiores receptores das águas pluviais das vias do município de Nova Europa/SP, seja por coleta ou





escoamento, são o Córrego Nova Europa e a Bacia do Rio Itaquerê, acrescida do seu afluente.

Não há constatações sobre processos de desassoreamento nos corpos hídricos. Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico de Nova Europa (2016), os corpos hídricos estão em boas condições, porém na ocasião foi notada a presença de resíduos e uma breve invasão da vegetação, se fazendo necessárias ações de limpeza e podas, respectivamente.

O sistema de microdrenagem do município de Nova Europa/SP é composto por:

- Meios-fios, que são formados por “blocos de concreto ou de pedra, situados entre a via pública e o passeio, com sua face superior nivelada com o passeio, formando uma faixa paralela ao eixo da via pública”.
- Sarjetas, que são “faixas formadas pelo limite da via pública com os meios-fios, formando uma calha que coleta as águas pluviais oriundas da rua”;
- Sarjetões, que são “São formados pela própria pavimentação nos cruzamentos das vias públicas, formando calhas que servem para orientar o fluxo das águas que escoam pelas sarjetas”;
- Bocas-de-lobo, que servem para captar as águas provenientes da sarjeta, “podem ser de entrada de água pela guia ou por grelhas. As de uma entrada são as simples – BLS e as de duas são as duplas - BLD, e assim sucessivamente”;
- Poços de visita, que constituem “dispositivos colocados em pontos convenientes do sistema, para permitir sua manutenção”;
- Caixas de ligação, que são “ caixas de alvenaria ou pré-moldado de concreto, que recebe os condutos de conexão das bocas de lobo e se liga, por conduto, à galeria. Não é visível”; e
- Galerias, que “São as canalizações públicas destinadas a escoar as águas pluviais oriundas das ligações privadas e das bocas-de-lobo” (REÚSA, 2016).

O escoamento superficial na cidade é dado por meios-fios, que possuem em média 15cm de altura, sarjetas simples, que possuem em média 30cm de



altura e sarjetões, presentes em cerca de 30% do município, que formam uma malha de escoamento eficiente.

Para a captação das águas pluviais, funcionam como o sistema de coleta as bocas de lobo, constituídas de bocas de guia ou bocas grelha. Em relação ao sistema de transporte das águas pluviais, fazem parte as galerias, tendo em vista que são 7 galerias simples e 2 galerias compostas que caracterizam o sistema.

#### *4.2.2.4. Resíduos Sólidos*

Em razão da existência das leis 11.445/07 e 12.305/10 e as Políticas Nacionais do Saneamento Básico e dos Resíduos Sólidos, o município de Nova Europa promulgou a lei complementar 072/13, que dispõe sobre a reorganização e consolidação da estrutura administrativa organizacional do Poder Executivo Municipal de Nova Europa, dando também outras providências.

O anexo H da lei complementar descrita institui que o serviço de manejo de resíduos sólidos deve ser gerido pela Secretaria de Meio Ambiente de Nova Europa, em relação à fiscalização execução dos serviços, tendo em vista seu pequeno porte (novamente, de acordo com a lei 11.445/07). Entretanto, atualmente, o Departamento de Obras realiza o gerenciamento dos resíduos sólidos. A empresa atualmente responsável pela coleta, transporte e tratamento dos resíduos sólidos urbanos no município é a Noroeste Gerenciamento de Resíduos LTDA ME.

O volume calculado como volume de resíduos sólidos urbanos coletado, considerando a população de 9890 pessoas (SEADE, 2014), é de 0,826 kg/hab.dia. Segundo a ABRELPE, os municípios da região sudeste de São Paulo possuem volume de resíduos sólidos urbanos coletado de 0,838 kg/hab.dia, Portanto, considerar-se-á o valor de 0,838 kg/hab.dia para o município de Nova Europa/SP (REUSA, 2016).

Até então, não foram realizados estudos no município de Nova Europa quanto à composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos. Assim, uma estimativa é realizada através da composição gravimétrica de Araraquara, por meio dos dados do Plano Municipal de Saneamento Básico de Araraquara (2014), vistos na tabela abaixo.



**Tabela 22 - Caracterização gravimétrica dos resíduos domiciliares de Araraquara/SP.**

<b>Tipo de resíduo</b>	<b>Proporção (%)</b>
<b>Matéria orgânica</b>	54,03
<b>Material reciclável</b>	28,17
<b>Rejeitos</b>	17,80
<b>Plástico</b>	17,61
<b>Papéis, embalagens tetrapak e papelão</b>	7,62
<b>Metais</b>	1,77
<b>Vidro</b>	1,17
<b>Total</b>	100

**Fonte:** SIGGESTUR, 2017 adaptado de Plano Municipal de Saneamento Básico de Araraquara (2014)

Todavia, deve ser ressaltado que esses valores são apenas uma aproximação e não são os valores reais para o município de Nova Europa/SP. Podem ser vistas variações das mais diversas, considerando que fatores como o nível socioeconômico da população, tipo de atividade predominante, existência de políticas públicas e ações municipais, como a instituição de coletas seletivas, influenciam fortemente a quantificação dos estudos gravimétricos.

A coleta, transporte e consequente destinação final dos resíduos sólidos domiciliares (RSD) é realizada pelo município de Nova Europa, com frequência e programação pré determinada de acordo com a demanda regional.

A equipe de coleta regular conta com um a dois motoristas e três a quatro coletores, responsáveis por dois caminhões basculantes e dois compactadores. Estes resíduos urbanos coletados são posteriormente encaminhados ao aterro sanitário do município, tendo em vista que os resíduos rurais sofrem processos de compostagem simples ou seus moradores realizam o transporte ao aterro, localizado na zona rural do município vizinho de Tabatinga.

Inserida na região rural de Nova Europa, a Usina Santa Fé tem responsabilidade sobre a coleta e destinação final dos seus resíduos, enquanto a Santa Casa de Nova Europa tem responsabilidades sobre os resíduos hospitalares.

Até o presente momento, o município de Nova Europa não possui práticas de coleta seletiva. Outrossim, os resíduos sólidos secos são coletados por três coletores informais e um catador de médio a grande porte, que realiza a triagem dos materiais, possível reciclagem e destinação à sucataria.



Os resíduos provenientes da limpeza urbana tem sido encaminhados ao aterro sanitário sem usos secundários, como a trituração dos galhos ou compostagem por meio da massa verde coletada.

Os resíduos volumosos, tais quais colchões, móveis e eletrodomésticos, são coletados em conjunto com os demais resíduos provenientes de limpeza pública, fato que, novamente, acarreta na diminuição da vida útil do aterro sanitário.

Alguns pontos a sofrer melhorias neste tópico são o atendimento de resíduos domiciliares apenas na área urbana; a ausência de pesagem dos RSD, que impede maiores informações a respeito dos resíduos e possível implantação de práticas sustentáveis, como a coleta seletiva; a ausência em si da coleta seletiva, bem como a falta de incentivo para tal, fato que, acumulado ao uso de um aterro sanitário, causam problemas ao município, uma vez que os resíduos recicláveis acabam por diminuir ainda mais a vida útil do aterro sanitário. Além destes fatores, outro ponto apontado no Plano Municipal de Saneamento Básico de Nova Europa (2016) é o fato de que o Aterro Sanitário de Nova Europa está no fim de sua vida útil e outras opções ainda não foram adotadas.

#### **4.2.3. Legislação de Interesse Ambiental**

A análise da legislação municipal de Nova Europa de interesse ambiental consiste em observar as principais leis com enfoque nas questões ambientais, quanto ao direito ao meio ambiente saudável, equilibrado, além de analisar a política do município quanto às práticas de preservação, recuperação, manutenção, criação de unidades de conservação nas suas diversas esferas (uso integral ou sustentável), intervenção em áreas com remanescente florestal, práticas de conservação do solo, zoneamento do espaço territorial, entre outros aspectos ambientais.

##### *4.2.3.1. Lei Orgânica*

A lei orgânica do município de Nova Europa/SP redigida em 1990, apresenta como diretrizes, ações e atribuições sob a ótica ambiental os tópicos a seguir.

No artigo 5º, cabe ao município:



- Inciso IX - promover no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento da ocupação do solo urbano;
- Inciso XIII - prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;
- Inciso XXIII – assegurar a defesa da ecologia, mediante convênios com o Estado e a União, nos termos da legislação superior pertinente, complementando-a no que couber;

No artigo 134º, no estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Município assegurará:

- Inciso III – a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente urbano e cultural;
- Inciso IV – a criação e manutenção de áreas de especial interesse histórico, urbanísticos, ambiental, turísticos e de utilização pública;
- Inciso V – a observância das normas urbanísticas, de segurança, higiene e qualidade de vida;
- Inciso VII - no caso de ampliação, expansão ou alteração do perímetro urbano do município, o Poder Executivo deverá elaborar projeto específico que contenha, no mínimo: b - delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; f - definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural.

No artigo 135º, a Lei municipal estabelecerá em conformidade com as diretrizes do plano diretor, normas sobre zoneamento, loteamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, índices urbanísticos, proteção ambiental e demais limitações administrativas pertinentes.

No artigo 136º, o Município promoverá programas de construção de moradias populares de melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

No artigo 137º, compete ao município estabelecer, mediante lei, diretrizes para localização e integração das atividades industriais, considerando os



aspectos ambientais, sociais, econômicos e estratégicos, e atendendo ao melhor aproveitamento das condições naturais urbanas e de organização especial.

De acordo com o artigo 138, caberá ao Município, com a cooperação do Estado:

- Inciso I – orientar o desenvolvimento rural, mediante zoneamento agrícola inclusive;
- Inciso IV – orientar a utilização de recursos naturais de forma sustentada, compatível com a preservação do meio ambiente, especialmente quanto à proteção e conservação do solo e da água;
- Inciso V – manter um sistema de defesa sanitária animal e vegetal;
- Inciso IX – criar programas especiais para fornecimento de energia, de forma favorecida, com o objetivo de amparar e estimular a irrigação;

De acordo com o artigo 142, o Município providenciará, com a participação da coletividade, a preservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades locais em harmonia com o desenvolvimento social e econômico.

Segundo o artigo 143, aquele que explorar recursos naturais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. Ainda neste artigo, o parágrafo único diz que é obrigatório, na forma da lei, a recuperação, pelo responsável da vegetação adequada nas áreas protegidas, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Conforme o artigo 144, são áreas de proteção permanente:

- Inciso I – as nascentes, mananciais e matas ciliares;
- Inciso II – as áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de migratórios;
- inciso III – as paisagens notáveis.

De acordo com o artigo 145, cabe ao Poder Público estimular a criação e manutenção de unidades privadas de conservação.

Ainda segundo o artigo 146, o Município participará da formação de consórcios entre municípios, objetivando a solução de problemas comuns





relativos a proteção ambiental, em particular à preservação dos recursos hídricos e ao uso equilibrado dos recursos naturais.

Segundo o artigo 147, as águas subterrâneas, reservas estratégicas para o desenvolvimento sócio-econômico e valiosas para o suprimento de água às populações, deverão ter programas permanente de conservação e proteção contra poluição e super exploração, com diretrizes em lei.

O artigo 148 diz que fica vedado o lançamento de efluentes e esgotos urbanos e industriais, sem o devido tratamento, em qualquer corpo de água.

De acordo com o artigo 149, o município adotará medidas para o controle da erosão, estabelecendo-se normas de conservação do solo em áreas agrícolas e urbanas.

O artigo 150 institui que, para proteger e conservar as águas e prevenir seus efeitos adversos, o Município adotará medidas no sentido de:

- Inciso I – da instituição de áreas de preservação das águas utilizáveis para abastecimento à população e da implantação, conservação e recuperação de metais ciliares;
- Inciso II – do zoneamento de áreas inundáveis, com restrições a usos incompatíveis nas sujeitas a inundações freqüentes e da manutenção da capacidade de infiltração do solo;
- Inciso III – da implantação de sistemas de alerta e defesa civil, para garantir a segurança e a saúde pública, quando de eventos hidrológicos indesejáveis;
- Inciso IV – do condicionamento, à aprovação prévia por organismos estaduais de controle ambiental e de gestão de recursos hídricos, na forma da lei, dos atos de outorga de direitos que possam influir na qualidade ou quantidade das águas superficiais e subterrâneas;
- Inciso V – da instituição de programas permanentes de racionalização do uso das águas destinadas ao abastecimento público e industrial e à irrigação, assim como de combate às inundações e à erosão.

Segundo o artigo 151, o Município assegurará os benefícios do saneamento à totalidade da população urbana.

Em análise da Lei Orgânica do município de Nova Europa, foram verificadas diretrizes, ações e atribuições da administração pública voltadas aos



aspectos ambientais, com objetivo de garantir a preservação, manutenção e proteção do meio ambiente, entre outros aspectos.

Alguns aspectos que devem sofrer melhorias são a questão dos resíduos sólidos, com promoção de ações de incentivo e melhorias em relação à coleta seletiva e à coleta de resíduos sólidos na área rural.

#### **4.2.4. Plano Diretor**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 182:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais (BRASIL, 1988).

Deste modo, tendo em vista que a população estimada para o ano de 2017 no município de Nova Europa segundo o IBGE é de 10.755 habitantes, não há obrigatoriedade para a elaboração de um Plano Diretor Municipal.

#### **4.2.5. Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)**

A lei federal 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e suas diretrizes e altera a lei 9.605/98. Dispõe sobre princípios, instrumentos e objetivos, além das diretrizes referentes à gestão integrada dos resíduos sólidos.

Por meio dos incisos do artigo 6º estabelece os princípios da PNRS:



- I - a prevenção e a precaução;
- II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV - o desenvolvimento sustentável;
- V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
- IX - o respeito às diversidades locais e regionais;
- X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;
- XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Estes princípios são importantes, tendo em vista que servem como base para a elaboração da Política Municipal de Resíduos Sólidos referente a cada cidade.

O artigo 7º estabelece os objetivos da PNRS, que são:

- I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;



VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei no 11.445, de 2007;

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

Os instrumentos da PNRS são instituídos no artigo 8º, sendo dados pelos incisos:

I - os planos de resíduos sólidos;

II - os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;



- III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- V - o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;
- VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;
- VII - a pesquisa científica e tecnológica;
- VIII - a educação ambiental;
- IX - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;
- X - o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- XI - o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir);
- XII - o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa);
- XIII - os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde;
- XIV - os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;
- XV - o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;
- XVI - os acordos setoriais;
- XVII - no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles:
  - a) os padrões de qualidade ambiental;
  - b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
  - c) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;
  - d) a avaliação de impactos ambientais;
  - e) o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima);



f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

XVIII - os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;

XIX - o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

Dentre os instrumentos descritos, os planos de resíduos sólidos são um dos mais importantes, tendo em vista que podem ser elaborados em diversos níveis, descritos no art. 14 como nacional, estadual, microrregional, de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, intermunicipal, municipal, bem como em nível dos geradores descritos no art. 20.

Os planos de resíduos sólidos são instrumentos de planejamento estrutural do setor público em relação aos resíduos sólidos, fundamentais para que os Estados e municípios tenham obtenção dos recursos da União ou de incentivos e financiamentos provenientes de entidades de fomento.

O artigo 13º da lei indica que o planejamento urbano, que antes tratava majoritariamente de resíduos sólidos urbanos – domiciliares e limpeza urbana – , atualmente devem abranger distintos tipos de resíduos sólidos, classificados quanto:

- À origem: resíduos sólidos urbanos (domiciliares e de limpeza urbana), de serviços públicos de saneamento básico, industriais, de serviços de saúde, da construção civil, agrossilvopastoris, de transportes, de mineração e de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços.
- À periculosidade: resíduos perigosos (ligados às características corrosivas, inflamáveis, tóxicas, carcinogênicas, patogênicas, reativas, mutagênicas e teratogênicas, que tem risco significativo à saúde e qualidade ambiental) e resíduos não perigosos, que são os que não se encaixam na classificação de resíduos perigosos.

Com abordagem ampla, os planos de gestão dos resíduos sólidos devem englobar a análise do ciclo de vida dos produtos, ou seja, os aspectos desde o momento em que o resíduo é gerado à disposição final adequada deste resíduo, sob o aspecto ambiental. Aborda, assim, a identificação dos geradores dos





resíduos e responsabilidade de diversos setores (público ou privado, do consumidor à indústria geradora).

Previsto no artigo 15º como responsabilidade da União, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, elaborado em 2011 pelo Ministério do Meio Ambiente, atua em consonância com outros Planos Nacionais, como o de Recursos Hídricos (PNRH), de Mudanças do Clima (PNMC), de Produção e Consumo Sustentável (PPCS) e de Saneamento Básico. O documento apresenta o diagnóstico geral e por tipo de resíduo da gestão dos resíduos sólidos no país, bem como cenários, diretrizes, estratégias e metas para que se alcance a gestão dos resíduos sólidos prevista na lei 12.305/2010.

O Estado de São Paulo elaborou em 2014 o Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo, documento que indica o diagnóstico da gestão dos resíduos sólidos no Estado e é previsto na lei 12.305/2010 na Seção III, artigos 16 e 17.

Os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) são previstos na lei 12.305/2010 por meio da Seção IV, artigos 18 e 19. Assim, o município de Nova Europa deve elaborar um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a fim de obedecer a legislação.

Ademais, o art. 19 apresenta os requisitos mínimos de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), dados pelos incisos:

- I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;
- II - identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;
- III - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;
- IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de



logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

- V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei no 11.445, de 2007;
- VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;
- VII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;
- VIII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;
- IX - programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;
- X - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;
- XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;
- XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;
- XIII - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei no 11.445, de 2007;
- XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
- XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder



público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

- XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;
- XVII - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;
- XVIII - identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;
- XIX - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.
- § 1º O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei no 11.445, de 2007, respeitado o conteúdo mínimo previsto nos incisos do caput e observado o disposto no § 2º, todos deste artigo.
- § 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.
- §3º O disposto no §2º não se aplica a Municípios:
  - I - integrantes de áreas de especial interesse turístico;
  - II - inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;
  - III - cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.
- § 4º A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.



- § 5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do caput deste artigo, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.
- § 6º Além do disposto nos incisos I a XIX do caput deste artigo, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos.
- § 7º O conteúdo do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento.
- § 8º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.
- § 9º Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do caput deste artigo, pode ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

A consonância do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS) deve ser observada através do conteúdo do tema 'resíduos sólidos' no PMSB, a fim de abranger a integração entre as legislações e ampliar o planejamento dos municípios.

O conteúdo do art. 18 ressalta que a elaboração do PMGIRS, se efetuada até 02/08/2012, permitiria que os municípios e o Distrito Federal tivessem a obtenção de recursos provenientes da União ou de entidades de crédito federal.



Dessa forma, PMGIRS elaborados até agosto de 2012 podem ter acesso a recursos, desde que estes pedidos estejam inseridos por escrito no próprio PMGIRS e em consonância com as necessidades do município, bem como estar acordadas com o que a União pode oferecer.

O município de Nova Europa aprovou em 18 de novembro de 2016 a Lei 1.908/2016, que “dispõe sobre aprovação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e dá outras providências correlatas”.

#### 4.2.6. Legislação Ambiental nos Níveis Estadual e Federal

As legislações ambientais pertinentes no Brasil são diversas, a dar início à Constituição Federal de 1988. A seguir, será apresentado um levantamento das principais legislações a nível federal e estadual, respectivamente.

##### 4.2.6.1. Legislação Ambiental a Nível Federal

A Constituição Federal de 1988 estabelece por meio de alguns artigos diretrizes sobre os aspectos ambientais. Além desta, a União instituiu por meio de leis, decretos e resoluções, algumas importantes diretrizes no aspecto ambiental, apresentadas de acordo com a tabela abaixo.

**Tabela 23 - Diretrizes ambientais a âmbito federal**

Material	Número	Ano	Descrição
Constituição Federal	Art. 23	1988	É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
	Art. 24		Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
	Art. 129		São funções institucionais do Ministério Público: III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
	Art. 225		Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:



SIGGESTUR

			<p>I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;</p> <p>II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;</p> <p>III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;</p> <p>IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;</p> <p>V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;</p> <p>VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;</p> <p>VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.</p> <p>§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.</p> <p>§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.</p> <p>§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.</p> <p>§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. § 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.</p>
<b>Lei</b>	6938	1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
<b>Resolução CONAMA</b>	1	1986	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.
<b>Lei</b>	7797	1989	Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras Providências.
<b>Lei</b>	9433	1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei no 8.001, de 13 de março





			de 1990, que modificou a Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
<b>Resolução CONAMA</b>	237	1997	Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.
<b>Lei</b>	9605	1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
<b>Lei</b>	9795	1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
<b>Lei</b>	9.984	2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Água - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, e dá outras providências.
<b>Decreto</b>	4281	2002	Regulamenta a lei 9795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
<b>Decreto</b>	4297	2002	Regulamenta o art. 9º inciso II, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil-ZEE, e dá outras providências.
<b>Resolução CONAMA</b>	357	2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
<b>Resolução CONAMA</b>	375	2006	Define os critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.
<b>Lei</b>	11.445	2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.
<b>Lei</b>	12.305	2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
<b>Portaria</b>	2.914	2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
<b>Lei</b>	12.651	2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Fonte: SIGGESTUR, 2017.

#### 4.2.6.2. Legislação Ambiental a Nível Estadual

O Estado de São Paulo possui, assim como o país, uma série de leis, decretos e resoluções que visam dar diretrizes no aspecto ambiental, apresentadas na tabela abaixo.

**Tabela 24 - Diretrizes ambientais a âmbito estadual**

<b>Material</b>	<b>Número</b>	<b>Ano</b>	<b>Descrição</b>
<b>Lei</b>	118	1973	Autoriza a constituição de uma sociedade por ações, sob a denominação de CETESB - Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle de Poluição das Águas, e dá providências correlatas.
<b>Lei</b>	997	1976	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.
<b>Lei</b>	3.286	1982	Dá nova redação ao inciso XV do Artigo 2º da Lei n. 898, de 18 de dezembro de 1975, que dispõe sobre uso do solo para a proteção de mananciais.
<b>Decreto</b>	24.932	1986	Institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente, cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente.
<b>Decreto</b>	27.576	1987	Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos.
<b>Lei</b>	7.663	1991	Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
<b>Decreto</b>	32.954	1991	Dispõe sobre a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos-PERH 90/91 e dá outras providências.
<b>Lei</b>	7.750	1992	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e dá outras providências.
<b>Lei</b>	9.034	1994	Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, a ser implantado no período 1994 e 1995, em conformidade com a Lei n. 7.663, de 30/12/91, que instituiu normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos.
<b>Decreto</b>	41.258	1996	Aprova o Regulamento da outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, de que tratam os artigos 9º a 13 da Lei 7.663, de 30/12/1991.
<b>Lei</b>	9.866	1997	Dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo e dá outras providências.
<b>Decreto</b>	41.719	1997	Regulamenta a Lei 6.171, de 04/07/1988, alterada pela Lei 8.421, de 23/11/1993, que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola.
<b>Lei</b>	10.843	2001	Altera a Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, definindo as entidades públicas e privadas que poderão receber recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO.
<b>Decreto</b>	48.896	2004	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, criado pela Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 10.843, de 5 de julho de 2001.
<b>Lei</b>	12.183	2005	Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores e dá outras providências.
<b>Resolução SMA/SERHS</b>	1	2005	Regula o Procedimento para o Licenciamento Ambiental Integrado às Outorgas de Recursos Hídricos.
<b>Decreto</b>	50.667	2006	Regulamenta dispositivos da Lei 12.183, de 2005, que trata da cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo.



<b>Portaria DAEE</b>	2.292	2006	Dispõe sobre usos de recursos hídricos isentos de outorga e cobrança pelo uso da água (Reti-ratificada no DOE de 03/08/2012).
<b>Resolução SMA/SERHS/SES</b>	3	2006	Dispõe sobre procedimentos integrados para controle e vigilância de soluções alternativas coletivas de abastecimento de água para consumo humano proveniente de mananciais subterrâneos.
<b>Lei</b>	12.780	2007	Institui a Política Estadual de Educação Ambiental.
<b>Decreto</b>	53.027	2008	Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente - SMA.
<b>Lei</b>	13.798	2009	Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC.
<b>Lei</b>	13.507	2009	Dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, e dá providências correlatas.
<b>Lei</b>	13.577	2009	Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá outras providências correlatas.
<b>Decreto</b>	59.261	2013	Institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo SICAR-SP, e dá providências correlatas.
<b>Decreto</b>	59.263	2013	Regulamenta a Lei nº 13.577, de 2009, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá providências correlatas.
<b>Portaria DAEE</b>	1800	2013	Dispõe sobre os procedimentos para o cadastramento de usuários rurais de recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado de São Paulo, por meio do Ato Declaratório (Reti-ratificada no DOE de 11/09/2015).
<b>Portaria DAEE</b>	2850	2012	Disciplina a isenção de Outorga de obras e serviços relacionados à travessias aéreas ou subterrâneas em corpos de água de domínio do Estado de São Paulo (Reti-ratificada no DOE de 16/04/2013).
<b>Decisão de Diretoria<sup>13</sup></b>	153	2014	Dispõe sobre os Procedimentos para o Licenciamento Ambiental com Avaliação de Impacto Ambiental no Âmbito da CETESB, e dá outras providências.
<b>Decreto</b>	60.302	2014	Institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo - SIGAP e dá providências correlatas.
<b>Resolução SMA<sup>14</sup></b>	49	2014	Dispõe sobre os procedimentos para licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental, no âmbito da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.
<b>Portaria DAEE<sup>15</sup></b>	2434	2014	Disciplina a utilização de recursos hídricos subterrâneos, provenientes de processos de remediação em áreas contaminadas.
<b>Decreto</b>	60.329	2014	Dispõe sobre o licenciamento ambiental simplificado e informatizado de atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental e dá providências correlatas.
<b>Lei</b>	16.337	2016	Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH e dá providências correlatas.

Fonte: SIGGESTUR, 2017.

<sup>13</sup> Tipo de legislação publicada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)

<sup>14</sup> SMA – Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo

<sup>15</sup> DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo



#### **4.2.7. Atrativos Turísticos**

Esta etapa consiste em analisar os atrativos por grupos de classificação, como natural, religiosos, entre outros; a fim de verificar a existência do zoneamento seja ele proposto pelo Plano Diretor ou por uma Lei de Zoneamento específica adequado para a promoção e manutenção desses atrativos para o desenvolvimento integrado e sustentável, bem como das atividades correlatas no seu entorno.

##### *4.2.7.1. Atrativos Naturais*

Os atrativos naturais podem ser entendidos como elementos da natureza, utilizados para fins turísticos e que passam a atrair fluxos turísticos, como: montanhas, rios, praias, cavernas, cachoeiras, clima, flora, fauna, entre outros (BRASIL, 2006).

De acordo com ANDRADE (1998), a matéria-prima da oferta turística é composta por “recursos em cuja criação não houve interferência humana direta ou indireta, nem seu concurso para configuração e capacidade deles”.

A relação entre turismo e meio ambiente possui sentido ético e pedagógico, tendo em vista a disponibilidade dos recursos naturais para benefício humano, que, ao fazê-lo, tem responsabilidade sobre sua conservação, uma vez que há fragilidade nos ecossistemas naturais e sua renovação leva milhares de anos, deste modo, devem evitar sua perda definitiva (CORIOLANO, 2006).

De acordo com o inventário de Nova Europa, enquadram-se nesta categoria os atrativos Rio Itaquerê, Parque da Cachoeira e Rio Jacaré Guaçu.

##### *4.2.7.2. Atrativos Religiosos*

O turismo religioso pode ter abordagens diversas apresentando-se como um fenômeno múltiplo, abrangendo diferentes significados e motivações, de caráter complexo e podendo ser analisado e compreendido por meio de abordagens diversas (SCHNEIDER e SANTOS, 2012; CHRISTOFFOLI, 2007; DIAS, 2010, apud FARIAS, 2013).



O conceito de "turismo religioso", segundo Serrallonga e Hakobyam (2011, apud FARIAS, 2013) tem sido objeto de discussão entre os cientistas e estudos não só o mundo do turismo e as instituições sociais, mas também por etnógrafos, antropólogos, sociólogos, geógrafos, economistas.

Caballero e Ruiz (2011, apud FARIAS 2013) nos trazem que, "nos últimos anos vivencia-se uma redescoberta de lugares turísticos e eventos da religiosa e espiritual, gerando uma nova forma de turismo, religiosos, sendo esta uma escolha estratégica para o desenvolvimento econômico sustentável das áreas onde estão localizados os centros de peregrinação.

Segundo o inventário, enquadra-se nesta categoria a Paróquia Sagrado Coração de Jesus.

#### *4.2.7.3. Equipamentos de Eventos*

Utilizados na promoção e realização de eventos e ações municipais, os equipamentos de eventos tem sua importância para o turismo no município uma vez que podem aumentar o aporte turístico.

Segundo o inventário de Nova Europa, enquadra-se nesta categoria o Centro de Convenções.

#### *4.2.7.4. Equipamentos de Lazer*

O turismo de lazer se refere ao uso de equipamentos (edificações, instalações, ocupações) pelos indivíduos com fins recreativos, ou seja, utilizados para lazer, diversão, entretenimento ou recreação. Ainda, pode ser utilizado por seu valor histórico-cultural, participação voluntária na sociedade ou capacidade de criação (FERRARI, 2004; GOMES, 2004).

Os Equipamentos de lazer podem ser utilizados sem o objetivo inicial turístico, como por exemplo os estádios de futebol. Concomitantemente, apresenta caráter turístico e de entretenimento, tendo em vista o deslocamento de pessoas fora do seu entorno (FERRARI, 2004; GOMES, 2004).

De acordo com o inventário, enquadram-se nesta categoria os atrativos Sociedade Cultural e Social de Nova Europa, Centro de Lazer do Trabalhador



(Estádio Municipal), Ginásio da Ponte, Praça Carlos Leoncio Magalhães e Praça da Saudade.

#### **4.2.8. Trade Turístico**

O Trade Turístico é o conjunto de equipamentos da superestrutura constituintes do produto turístico. Caracterizados com meios de hospedagem, bares e restaurantes, Centros de Convenções e Feiras de Negócios, agências de viagens e turismo, empresas de transporte, lojas de souvenir's e todas as atividades comerciais periféricas ligadas direta ou indiretamente a atividade turística.

##### *4.2.8.1. Meios de Hospedagem*

Um meio de hospedagem é uma edificação que exerce o comércio da recepção e da hospedagem dos turistas e visitantes em geral, e constitui-se de um edifício ou prédio contendo basicamente unidades habitacionais, uma recepção e uma governança, podendo ter ainda em sua estrutura, alimentos e bebidas, que compreende: cozinha, adega, restaurante, bar, cantina e despensa, e podendo contar ainda com: estacionamento externo, garagem interna e área de lazer.

Segundo o inventário de Nova Europa, enquadra-se nesta categoria a Pousada Nova.

##### *4.2.8.2. Serviços de Alimentação*

A gastronomia ou serviços de alimentação são caracterizados como sendo um produto, ou mesmo um atrativo de uma determinada localidade é importante, pois apresenta novas possibilidades, que nem sempre são exploradas, que são as diversas formas de turismo voltadas para as características gastronômicas de cada região.

Segundo o inventários foram registrados 14 locais como serviços de alimentação/gastronomia, sendo eles Cantinho do Açaí, Pizzaria Perego's, Restaurante Dona Rosa, Eder Lanches, Pastelaria Freire, Lanchonete Companheiro, Restaurante Barril Europa, Varanda's Restaurante e Cervejaria,





SIGGESTUR

Chocotânia, Lena Lanches, Beijo Frio Sorvetes, Posto Treviso, Sorveteria Kidelícia e Kioski Restaurante.



### 4.3. COMUNICAÇÃO

A Comunicação na sua definição consiste num processo que envolve troca de informações, é por meio dela, que desenvolvemos a capacidade de realizar uma ligação que atende plenamente às necessidades humanas e assim promover uma interação com nossos semelhantes.

Comunicação é uma palavra de sentido amplo e abre um leque de possibilidades em vários segmentos. Com o surgimento de novas tecnologias, além da sofisticação e aprimoramento de métodos de comunicação já existentes, a cada dia novas alternativas surgem, tornando mais dinâmicas as possibilidades de comunicação. Essa evolução na área de comunicação é parte integrante da própria evolução do homem e da sociedade, pois a comunicação está diretamente ligado aos sentidos humanos, o que nos permite afirmar que é praticamente impossível o homem deixar seus sentidos de lado simplesmente ignorando-os e deixando de se comunicar.

Comunicar significa é muito mais que passar uma informação, é trabalhar para que esta seja compreendida e possa gerar alguma forma de crescimento para o meio à qual pertence. Turismo envolve não apenas viajar, mas compreende um fluxo que gera na economia e pode desenvolver uma cidade ou região.

O estudo da comunicação do turismo não se resume apenas em descobrir as estratégias necessárias para que o produto possa chegar ao seu consumidor, mas trata-se de uma ferramenta essencial capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população nos destinos envolvidos.

O Diagnóstico de Comunicação do Destino se estruturou conforme a tabela abaixo:



**Tabela 25 - Critérios de Avaliação Comunicacional (Parte I)**

<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	<b>SINALIZAÇÃO TURÍSTICA</b>	<b>MARCA PADRONIZADA</b>	<b>MATERIAL PROMOCIONAL INSTITUCIONAL</b>	<b>MATERIAL INFORMATIVO TURÍSTICO</b>	<b>CANAIS DE DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO</b>
<b>ÓTIMO</b>	há placas interpretativas ou painéis – breve descritivo do atrativo, fotos antigas/atuais do atrativo; um pequeno mapa da cidade apontando onde se encontra o atrativo; acessibilidade de interpretação para portadores de necessidades especiais e placas em dois idiomas. Além disso, se as mesmas se encontram em bom estado de conservação (estão legíveis e com a pintura) e se seguem a padronização do Ministério do Turismo.	há marca padronizada e/ou identidade visual definida: o uso das cores, o uso da mensagem gráfica (se a mesma tem ligação ou não com o município), o slogan possui identificação direta com o município, a identificação direta da marca com o município e o uso das cores no mobiliário urbano (lixeiras, pontos de ônibus...).	há material promocional digital e impresso, como: show case, dvd, folders informativos, guia gastronômico, revistas, panfletos, mala direta, folhetos, dentre outros materiais.	há material informativo turístico digital e impresso, como: mapa turístico (em dois idiomas), newsletter, folhetos informativos, guia de bolso, dentre outros materiais.	há website, Fanpage no Facebook, Canal no YouTube, Instagram, Flickr, Twitter, dentre outros meios de comunicação online atualizados. Além de divulgação em revistas, jornais, canais de tv, websites e rádio.
<b>BOM</b>	há placas interpretativas ou painéis – breve descritivo do atrativo, fotos antigas/atuais do atrativo e um pequeno mapa da cidade apontando onde se encontra o atrativo. Além disso, se as mesmas se encontram em bom estado de conservação (estão legíveis e com a pintura) e se seguem a padronização do Ministério do Turismo.	há marca padronizada e/ou identidade visual definida: o uso das cores, o uso da mensagem gráfica (se a mesma tem ligação ou não com o município), o slogan possui identificação direta com o município, a identificação direta da marca com o município.	há material promocional digital e impresso, como: folders informativos, dvd's, revistas, panfletos, mala direta, folhetos, dentre outros materiais.	há material informativo turístico impresso, como: mapa turístico (em dois idiomas), newsletter e folhetos informativos.	há website, Fanpage no Facebook, Canal no YouTube, Instagram, Twitter, dentre outros meios de comunicação online atualizados. Além de divulgação em revistas, jornais e rádio.



<b>REGULAR</b>	há placas interpretativas ou painéis com breve descritivo do atrativo.	há marca padronizada e/ou identidade visual definida: o uso das cores e o slogan.	há material promocional impresso, como: folders informativos, dvd's, panfletos, folhetos.	há material informativo turístico impresso, como: mapa turístico, folhetos informativos.	há website, Fanpage no Facebook, Canal no YouTube, Instagram, Twitter desatualizados.
<b>RUIM</b>	há placas apenas com o nome do atrativo.	há marca padronizada e/ou identidade visual, porém, a mesma não é explorada.	há material promocional impresso, como: folders informativos, panfletos e folhetos.	há material informativo turístico impresso, como: folhetos informativos.	há Fanpage no Facebook.
<b>INEXISTENTE</b>	não há sinalização turística no município.	não há marca padronizada e/ou identidade visual.	não há material promocional institucional.	não há material informativo turístico.	não há promoção digital online (website e redes sociais).

Fonte: SIGGESTUR, 2017



Tabela 26 - Critérios de Avaliação Comunicacional (Parte II)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	ATENDIMENTO AO TURISTA	VÍDEO INSTITUCIONAL	APLICATIVO TURÍSTICO (GUIA)	PESQUISA DE FLUXO TURÍSTICO	PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E EVENTOS
<b>ÓTIMO</b>	há Centro de Informações Turísticas (CAT) em funcionamento - tanto em dias úteis, como aos fins de semana, com um profissional especializado, além de materiais promocionais e informativos turísticos.	quando há vídeo institucional apresentando os aspectos históricos e culturais do município, sua infraestrutura, bem como seus principais atrativos turísticos, meios de hospedagem e gastronomia, além de informações de apoio ao turista.	quando há um aplicativo para a divulgação do município, uma espécie de guia turístico – com todos os atrativos turísticos da cidade, bem como restaurantes, hotéis, serviços de apoio ao turista, roteiros que possam ser realizados na cidade, informações sobre linhas de ônibus para chegar até os atrativos e dicas de viagem em geral.	quando há pesquisas de fluxo turístico de 6 em 6 meses e durante eventos ocorridos no município.	quando há pesquisas de demanda turística de 12 em 12 meses e durante eventos ocorridos no município.	quando há participação periódica em diversas feiras e eventos ligados ao turismo e voltados a divulgação do município.
<b>BOM</b>	há Centro de Informações Turísticas (CAT) em funcionamento - em dias úteis, com um profissional especializado, além de materiais promocionais e informativos turísticos.	quando há vídeo institucional apresentando os aspectos históricos e culturais do município, bem como seus principais atrativos turísticos, meios de hospedagem e gastronomia, além de informações de apoio ao turista.	quando há um aplicativo para a divulgação do município, uma espécie de guia turístico – com todos os atrativos turísticos da cidade, bem como restaurantes, hotéis e serviços de apoio ao turista.	quando há pesquisas de fluxo turístico de 12 em 12 meses e durante eventos ocorridos no município.	quando há pesquisas de demanda turística de 24 em 24 meses e durante eventos ocorridos no município.	quando há participação em diversas feiras e eventos ligados ao turismo e voltadas a divulgação do município.



<b>REGULAR</b>	há Centro de Informações Turísticas (CAT) em funcionamento - em dias úteis, além de materiais promocionais e informativos turísticos.	quando há vídeo institucional apresentando os principais atrativos turísticos, meios de hospedagem e gastronomia.	quando há um aplicativo para a divulgação do município, uma espécie de guia turístico – com os principais atrativos turísticos, restaurantes e hotéis do município.	quando há pesquisas de fluxo turístico de 18 em 18 meses.	quando há pesquisas de demanda turística de 30 em 30 meses.	quando há a participação ao menos 3x ao ano em feiras e eventos ligados ao turismo.
<b>RUIM</b>	há Centro de Informações Turísticas (CAT), porém, o mesmo se encontra desativado.	quando há vídeo institucional com os principais atrativos turísticos do município.	quando há um aplicativo para a divulgação do município, porém, o mesmo o mesmo não é explorado.	quando há pesquisas de fluxo turístico a cada 36 meses (3 anos).	quando há pesquisas de demanda turística a cada 36 meses (3 anos).	quando há participação em feiras e eventos ligados ao turismo apenas 1x ao ano.
<b>INEXISTENTE</b>	não há atendimento ao turista.	não há vídeo institucional.	não há aplicativo turístico (guia).	não há pesquisa de fluxo turístico.	não há pesquisa de demanda turística.	não há participação em eventos e feiras.

Fonte: SIGGESTUR, 2017





#### 4.3.1. Análise da Comunicação Institucional de Nova Europa

A partir das tabelas 29 e 30, de diagnóstico da comunicação turística do município, é possível analisar como a cidade de Nova Europa se vende ao potencial visitante. Cada segmento foi analisado a partir das visitas em campo durante o Inventário de Oferta Turística e contou ainda com o fornecimento de informações por parte da Prefeitura Municipal de Nova Europa.

Desta forma os resultados obtidos acerca da Comunicação Institucional de Nova Europa estão destacados na tabela abaixo:

**Tabela 27 - Avaliação da Comunicação Institucional de Nova Europa**

<b>Objeto Avaliado</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Descritivo</b>
<b>Sinalização Turística</b>	Inexistente	não há sinalização turística no município.
<b>Marca Padronizada</b>	Inexistente	Não há marca padronizada e/ou identidade visual turística.
<b>Material Promocional Institucional</b>	Inexistente	não há material promocional institucional.
<b>Material Informativo Turístico</b>	Inexistente	não há material informativo turístico.
<b>Canais de Divulgação e Promoção</b>	Inexistente	não há promoção digital online (website e redes sociais).
<b>Atendimento ao Turista</b>	Inexistente	não há atendimento ao turista.
<b>Vídeo Institucional</b>	Inexistente	Não há vídeo institucional.
<b>Aplicativo Turístico (guia)</b>	Inexistente	Não há aplicativo turístico (guia).
<b>Pesquisa de Fluxo Turístico</b>	Inexistente	Não há pesquisa de fluxo turístico.
<b>Pesquisa de Demanda Turística</b>	Inexistente	Não há pesquisa de demanda turística.
<b>Participação em Eventos e Feiras</b>	Inexistente	não há participação em eventos e feiras.

**Fonte:** SIGGESTUR, 2017.

Desta forma é possível identificar que ainda não há a exploração comercial apropriada do município como um destino turístico, faltam materiais e estratégias de divulgação a fim de atrair o visitante ao município de Nova Europa.



Todavia, é compreensível a debilidade no processo de comunicação, tendo em vista o quadro reduzido da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, a ausência de um inventário turístico, e de um Plano de norteamo de ações de desenvolvimento turístico, tal qual este documento está sendo elaborado.

Por fim, no capítulo 7 deste volume serão sistematizadas as problemáticas da área referente a comunicação do turismo na cidade de Nova Europa com o intuito de promover de forma consciente a promoção do turismo local.

#### **4.3.2. Análise da Comunicação dos Atrativos de Nova Europa**

De acordo com o Inventário da Oferta Turística, Nova Europa possui 10 atrativos turísticos em 4 segmentos distintos, entre eles Naturais, Culturais, Religiosos e de Esportes, sendo que alguns destes já recebem visitaçã e estão aptos para auxiliarem no processo de desenvolvimento turístico municipal.

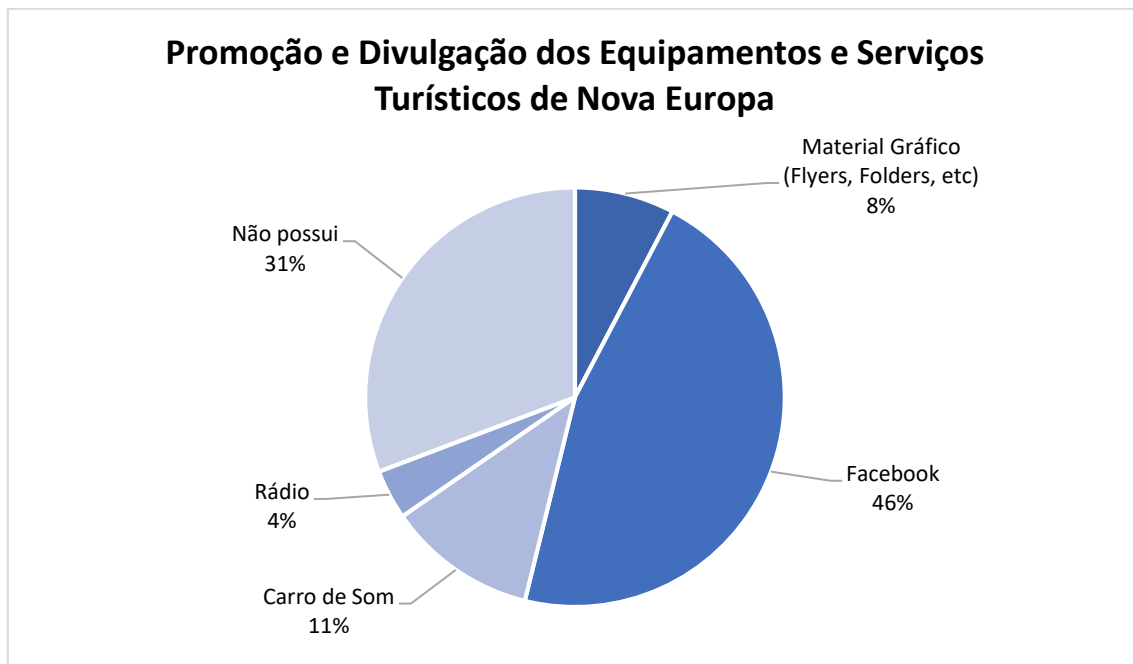
Analisando a promoçã digital destes atrativos foi possível identificar que nenhum dos atrativos possuem canais de comunicaçã com o público-alvo/clientes.

Este é um dado preocupante, mas que é condizente com o item anterior, visto que grande parte dos atrativos são de propriedade do poder público municipal, que não possui estratégias e meios de comunicaçã quanto a Nova Europa ser um destino turístico.

#### **4.3.3. Análise da Comunicaçã do Trade Turístico de Nova Europa**

Nova Europa possui 21 equipamentos e serviços turísticos, sendo 1 equipamento de eventos, 5 equipamentos de lazer e 1 meio de hospedagem e 14 serviços de alimentaçã. Destes 13 possuem um ou mais canais de comunicaçã com o público-alvo/clientes e os principais meios de comunicaçã utilizados por este segmento do Trade Turístico podem ser observados no gráfico abaixo:

**Tabela 28 - Promoção e Divulgação - Equipamentos e Serviços Turísticos**



**Fonte:** SISGESTUR, 2017.

O Facebook foi o canal de comunicação que mais se destacou, sendo responsável por 46% das estratégias de divulgação dos Equipamentos e Serviços Turísticos.

O Carro de Som é responsável por 11% das estratégias de divulgação, enquanto os Materiais Gráficos (Flyers, Folders, entre outros) foram responsáveis por 8%, e o Rádio foi responsável por 4%.

Os Equipamentos e Serviços Turísticos que não possuem estratégias de divulgação representam 31% do total.

Um ponto importante a ser destacado é que a maioria dos Equipamentos e Serviços Turísticos listados acima não divulgam o município de Nova Europa e seus atrativos turísticos, portanto, os canais de comunicação e divulgação utilizados por eles se referem apenas à divulgação de seus produtos/serviços oferecidos.

Diante das informações expostas acima, a avaliação da promoção e divulgação do trade de Nova Europa é regular.

#### **4.3.4. Análise de Presença na Internet**

O site de buscas Google apresenta aproximadamente 7.890.000 resultados para a pesquisa “Nova Europa SP”. O website da Prefeitura Municipal,



<http://www.novaeuropa.sp.gov.br/> aparece em 1º lugar nessa busca. Entretanto o site não possui link de direcionamento ou qualquer informação relativa aos atrativos, e/ou facilidade ao turista que pretende ir ao município.

**Figura 8 - Website da Prefeitura Municipal de Nova Europa**



**Fonte:** <http://www.novaeuropa.sp.gov.br/>

Ainda na primeira página é possível encontrar o destino em um vídeo no youtube divulgando a história do município com o endereço <https://www.youtube.com/watch?v=ArUKWXWKeAM>, e fotos do município no endereço [https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotos-g5482739-Nova\\_Europa\\_State\\_of\\_Sao\\_Paulo.html](https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotos-g5482739-Nova_Europa_State_of_Sao_Paulo.html). Na quinta página de busca começam a aparecer informações relativas ao turismo no município, como “Hotéis em Nova Europa”, “Portal Férias de Nova Europa”, todavia, em sua maioria as informações são rasas sobre o município e algumas fotografias de pontos turísticos.

Se na busca do Google acrescentarmos a palavra Turismo, ou seja, “Nova Europa SP Turismo” teremos os seguintes principais resultados:



## Figura 9 - Busca Google "Nova Europa SP Turismo"

Aproximadamente 632.000 resultados (0,42 segundos)

Turismo e viagem para Nova Europa 2017 - Férias em Nova Europa ...  
<https://www.tripadvisor.com.br> > América do Sul > Brasil > Estado de São Paulo (SP) ▼  
Turismo em Nova Europa: Com 20 dicas, avaliações e comentários, o TripAdvisor é o centro de informações para turismo em Nova Europa. ... Nova Europa, SP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA EUROPA  
[www.novaeuropa.sp.gov.br/](http://www.novaeuropa.sp.gov.br/) ▼

Município de Nova Europa, São Paulo - Cidade Brasil  
[www.cidade-brasil.com.br/municipio-nova-europa.html](http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-nova-europa.html) ▼  
★★★★★ Avaliação: 3 - Resenha de Cidade-Brasil.com.br  
Nova Europa do Estado do São Paulo. > Os habitantes se chamam nova-europenses. O município se estende por 160,4 km2 e contava com 9.301 habitantes ...

Fotos de Nova Europa - SP | Portal Férias  
<https://www.ferias.tur.br> > SP > NOVA EUROPA ▼  
Promova a cidade de Nova Europa no Férias. Envie-nos informações e fotos para alavancar sua cidade nesse novo contexto do turismo nacional! PUBLIQUE ...

Hotel em NOVA EUROPA - SP :: Guia Hotel In Site :: Hotéis e ...  
[www.hotelinsite.com.br/cidades.asp?4025/hoteis-em-nova-europa-SP](http://www.hotelinsite.com.br/cidades.asp?4025/hoteis-em-nova-europa-SP) ▼  
Aqui você encontra Hotel em NOVA EUROPA, Hotéis na região, Cidade com Hotel perto de NOVA EUROPA, Pousadas, Hotel de negócios e turismo em NOVA ...

### Fonte:

[https://www.google.com.br/search?safe=active&biw=1366&bih=662&ei=ACMGWoKDN4WPwwS2wIGwDA&q=Nova+Europa+SP+Turismo&oq=Nova+Europa+SP+Turismo&gs\\_l=psy-ab.3...103435.104438.0.104684.8.8.0.0.0.153.728.0j6.6.0....0...1.1.64.psy-ab..2.5.573...0j0i22i30k1j0i22i10i30k1j33i21k1.0.yDZ-vY9\\_E6c](https://www.google.com.br/search?safe=active&biw=1366&bih=662&ei=ACMGWoKDN4WPwwS2wIGwDA&q=Nova+Europa+SP+Turismo&oq=Nova+Europa+SP+Turismo&gs_l=psy-ab.3...103435.104438.0.104684.8.8.0.0.0.153.728.0j6.6.0....0...1.1.64.psy-ab..2.5.573...0j0i22i30k1j0i22i10i30k1j33i21k1.0.yDZ-vY9_E6c)

Já na primeira página, o principal resultado é o site colaborativo “TripAdvisor”, que aparece na primeira página de busca com o título “Turismo e viagem para Nova Europa 2017 – Férias em Nova Europa – TripAdvisor”.

Ainda sobre o Trip Advisor, é colaborativo e traz dicas de milhões de viajantes sobre destinos, hotéis/pousadas, restaurantes, atrativos, atividades que podem ser realizadas, dentre outros. Sua concepção se baseia na ideia de compartilhar experiências: turistas confiam na opinião de outros turistas para planejar suas viagens, ou, ao menos, obtém ajuda confiável para as decisões relativas a viagens ou serviços ligados ao turismo.

Dada a relevância e alcance do site, o Trip Advisor se configura em uma importante fonte de informação a ser monitorada por gestores de destinos e de equipamentos turísticos. Algumas informações importantes sobre o destino no Trip Advisor<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Pesquisa realizada em novembro de 2017.



Figura 10 - Pesquisa Trip Advisor - Nova Europa SP

## Nova Europa, SP

2.518 avaliações e opiniões

Curupa

267

Nova Europa

Av. Lygia

Gavião, Nelson Barbieri

Map data ©2017 Google

Google

- Acomodação
- Aluguéis de temporada
- Voos
- O que fazer
- Restaurantes (19)  
20 avaliações
- Fórum  
2.498 publicações

Visão geral Localização

Fonte: [https://www.tripadvisor.com.br/Tourism-g5482739-Nova\\_Europa\\_State\\_of\\_Sao\\_Paulo-Vacations.html](https://www.tripadvisor.com.br/Tourism-g5482739-Nova_Europa_State_of_Sao_Paulo-Vacations.html)

É possível visualizar que 2.518 visitantes fizeram uma avaliação sobre Nova Europa, SP. Os itens, Acomodação, Aluguéis de Temporada e o que fazer não possuem locais e nem avaliações, e o item Restaurantes conta com 19 itens com 20 avaliações.

Figura 11 - Recorte das avaliações no site Trip Advisor

- Acomodação
- Aluguéis de temporada
- Voos
- O que fazer
- Restaurantes (19)  
20 avaliações
- Fórum  
2.498 publicações

Fonte: [https://www.tripadvisor.com.br/Tourism-g5482739-Nova\\_Europa\\_State\\_of\\_Sao\\_Paulo-Vacations.html](https://www.tripadvisor.com.br/Tourism-g5482739-Nova_Europa_State_of_Sao_Paulo-Vacations.html)





Não possuir detalhamento do que fazer ou de métodos de hospedagem, impede que seja medido o grau de qualidade dos atrativos turísticos e/ou equipamentos turísticos do município, e o quanto impactam positivamente ou negativamente a percepção dos visitantes/turistas. Outro ponto o qual não possui “O que fazer” no site colaborativo TripAdvisor que atinge negativamente, é a impressão que passa ao internauta que pesquisa sobre o município, que pode ter uma prévia decisão de não viajar até o destino por faltarem opções de lazer no município.

Já o item restaurantes conta com 19 estabelecimentos cadastrados e foram feitas 20 avaliações de usuários. Há opções de pizzaria, pastelaria, restaurantes, lanchonetes, sorveterias, docerias entre outros.

Dos 19 estabelecimentos cadastrados, apenas 9 contam com avaliações de usuários, sendo a média da pontuação dos serviços de alimentação de Nova Europa 4,1. Para esse cálculo, é feita uma média aritmética simples, composta pela soma das notas atribuídas aos serviços de alimentação avaliados, dividindo pelo número de serviços de alimentação, considerando apenas aqueles restaurantes que receberam alguma avaliação.

Booking.com é o líder mundial em reservas online de acomodações. Diariamente, de acordo com o próprio site, mais de 900.000 diárias são reservadas pelo local. O site e os aplicativos da Booking.com atraem visitantes, sejam eles com motivação de lazer ou negócios, no mundo todo. A Booking.com está disponível em mais de 40 idiomas e possui 802.167 propriedades ativas em 221 países e territórios. Além de oferecer a reserva, o site também é colaborativo: os usuários avaliam os estabelecimentos e atribuem notas, podendo também 115 deixar comentários e recomendações aos internautas.

A cidade de Nova Europa não possui meios de hospedagem cadastrados no Booking.com.

O Facebook é a rede social popular ao redor do mundo e a mais utilizada no Brasil. Possui mais de 1 bilhão de usuários ativos e é frequentemente utilizada para compartilhar experiências diversas, incluindo de viagens e serviços associados ao turismo.

É também utilizada com fins promocionais: alguns destinos turísticos possuem páginas – conhecidas como fanpages, onde são divulgadas



informações de interesse turístico, tais como atrativos, eventos, novidades, dentre outras. O município de Nova Europa não possui páginas no Facebook, nem administrado pela Prefeitura Municipal.

Além dos sites e redes sociais já citados anteriormente, vale destacar outros que tem bastante visibilidade e também são bastante utilizados por turistas:

**Tabela 29 - Sites de Interesse Turístico**

<b>Tipo</b>	<b>Endereço</b>	<b>Descrição</b>
<b>Reservas Online</b>	<a href="http://www.decolar.com">www.decolar.com</a>	Site de reservas online, onde é possível comprar passagens aéreas, hotéis, pacotes de viagem, cruzeiros e aluguel de carro
	<a href="http://www.hotelurbano.com">www.hotelurbano.com</a>	Site de reservas de hotéis, pacotes fechados e cruzeiros
<b>Informações sobre destinos turísticos</b>	<a href="http://www.turismoemsaopaulo.com">www.turismoemsaopaulo.com</a>	Site da Secretaria de Estado de Turismo de São Paulo, com informações sobre os destinos do estado
	<a href="http://viajaqui.abril.com.br/guia4rodas">viajaqui.abril.com.br/guia4rodas</a>	Guia turístico de referência nacional
<b>Redes Sociais</b>	<a href="http://www.instagram.com">www.instagram.com</a>	Rede social exclusiva para postagem de fotos
	<a href="http://www.twitter.com">www.twitter.com</a>	Rede social e servidor para microblogging, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos, em textos de até 140 caracteres (tweets)

Fonte: SISGESTUR, 2017.



Ao verificar o posicionamento de Nova Europa na internet, a partir dos principais sites ligados ao turismo e redes sociais, percebeu-se que a cidade ainda tem uma participação bastante tímida.

Nota-se que o destino não possui uma presença promocional turística na internet: além do site da Prefeitura, não foram identificadas páginas que contém informações sobre atrativos turísticos, bem como atividades que podem ser desenvolvidas no destino; não há perfis em redes sociais voltadas para estimular ou despertar o interesse do viajante; não há ferramentas de divulgação e/ou promoção de eventos e/ou atividades culturais no destino.

É importante destacar que a internet é hoje considerada uma ferramenta decisiva na escolha de um destino turístico, bem como na seleção das atividades e serviços a serem experimentados em determinado local. Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2014), a internet foi a fonte de informação mais citada para organização de viagens por turistas, tendo uma forte tendência de crescimento.

Por esse motivo, é fundamental que destinos turísticos utilizem as possibilidades que as ferramentas online oferecem, contribuindo com uma maior exposição de modo a despertar o interesse de turistas potenciais.



#### 4.4. INFRAESTRUTURA URBANA E TURÍSTICA

A infraestrutura urbana é o conjunto de sistemas técnicos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas, esses sistemas e serviços integrados refletem em como a cidade irá funcionar (NPQV, Núcleo de Pesquisas de Qualidade de Vida do Mackenzie). Para que a cidade tenha um perfeito funcionamento é necessário investimento em bens ou equipamentos que devem atender a toda população de maneira satisfatória, de forma a evitar sobrecargas que impeçam os padrões de atendimento previstos.

Infraestrutura turística propicia as condições mínimas que viabilizam a realização do produto: sinalização turística, guias turísticos, pontos ou centro de informações turísticas (FERREIRA; COUTINHO, 2002). Na análise da infraestrutura turística de uma parcela fragmentada do tecido urbano é preciso ser cauteloso pois o espaço em questão não precisa ser autossuficiente, visto que o entorno próximo pode suprir as carências daquela área. É preciso levar em consideração o deslocamento por esse ser uma característica básica da atividade.

Para o desenvolvimento do Plano de Infraestrutura é preciso realizar um diagnóstico dos elementos presentes na cidade e que inter-relacionem a infraestrutura urbana e turística. Somente assim o resultado terá considerações finais coesas e que de fato possam ajudar na intervenção de modo positivo para evolução turística e da cidade como um todo.

Ignarra (2003, p.21) identifica a importância da infraestrutura geral como parte do produto turístico, que somados aos atrativos turísticos, serviços turísticos e os serviços urbanos de apoio ao turismo compõem os atrativos que motivam a atividade turística. Segundo Ignarra (2003), a infraestrutura geral pode ser definida como:

“(...) são elementos essenciais à qualidade de vida das comunidades e que beneficiam completamente os turistas ou os empreendimentos turísticos. Embora não sejam implantados para beneficiar exclusivamente os turistas, podem contribuir para a qualidade do produto turístico. Fazem parte desta infraestrutura básica os seguintes elementos: vias de acesso, saneamento básico, rede de energia elétrica, comunicações, sinalização turística e iluminação pública, entre outros.”

Nesta etapa do trabalho são realizadas as análises da infraestrutura dos atrativos mapeados e do acesso aos mesmos. Além de sintetizar as facilidades



urbanas em relação a infraestrutura turística como sinalização turística e centros de informações destinados ao atendimento para o visitante.

#### **4.4.1. Problemáticas na Infraestrutura dos Atrativos Turísticos**

Segundo o SEBRAE (2016, p.7),

Os atrativos turísticos exercem papel fundamental para o desenvolvimento do turismo receptivo, uma vez que compõem a oferta turística diferencial de uma localidade, ou seja, são os principais responsáveis pela atratividade das regiões turísticas, que geram os fluxos turísticos. A qualidade da oferta desses atrativos impacta diretamente no posicionamento do destino no mercado turístico.

A partir da hierarquização dos atrativos da cidade de Nova Europa, é possível destacar, a partir da potencialidade de atração e representatividade ao município, o Parque da Cachoeira, o Rio Itaquerê e a Praça Carlos Leoncio Magalhães como os principais atrativos turísticos do município. Todavia, é necessário analisar a infraestrutura de todos os atrativos turísticos mapeados no processo de Inventariação da Oferta Turística para que, de fato, sejam traçadas estratégias de desenvolvimento turístico municipal. Desta forma o planejamento turístico colabora não só para que a localidade tenha potencial de atração, mas que também complemente a oferta turística com uma variedade de opções de atividades e facilidades, aumentando o período de permanência do turista.

Para realizar a análise da Infraestrutura dos atrativos turísticos da cidade de Nova Europa é necessário realizar um recorte na hierarquização da oferta turística dos atrativos nos índices de análise de estado de conservação da paisagem circundante e infraestrutura geral. Com base neste recorte é possível traçar o perfil do atrativo, suas potencialidades e sua situação atual.

A análise dos atrativos representa a condição atual de sua própria infraestrutura e do espaço circundante onde está inserido, para esta avaliação são atribuídos níveis de 00 a 03. Desta forma, na avaliação de estado de conservação da paisagem o nível 00 representa estado de conservação péssimo, 01 estado de conservação regular, 02 bom estado de conservação e 03 ótimo estado de conservação. Em relação à Infraestrutura o nível 00 representa infraestrutura inexistente, 01 existente porém em estado precário, 02 existente, mas necessitando de intervenções/melhorias e 03 existente e em ótimas condições.



Tabela 30 - Recorte da Hierarquização - Infraestrutura dos atrativos

<b>Atrativo</b>	<b>Estado de conservação da paisagem circundante</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Parque da Cachoeira</b>	2	2
<b>Paróquia Sagrado Coração de Jesus</b>	3	3
<b>Praça Carlos Leoncio Magalhães</b>	2	2
<b>Rio Itaquerê</b>	1	1
<b>Sociedade Cultural e Social de Nova Europa</b>	2	2
<b>Centro de Convenções</b>	1	1
<b>Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal)</b>	0	1
<b>Ginásio da Ponte</b>	0	1
<b>Rio Jacaré Guaçu</b>	1	0
<b>Praça da Saudade</b>	0	0

Fonte: SIGGESTUR, 2017.

Com base nesta análise porcionada da hierarquização é possível afirmar que a gama de atrativos de Nova Europa ainda não se encontra adaptada e com as infraestruturas adequadas para a prática da atividade turística no município. Com exceção aos principais atrativos do município, todos os demais apresentam infraestruturas e estado de conservação em condições abaixo do nível aceitável. Ressalta-se aqui a necessidade da manutenção que é fundamental para a atratividade do local, e atenção às pequenas intervenções necessárias a facilitar o acesso a pessoas com mobilidade reduzida ou outro tipo de debilidade.

Para que esta análise seja concisa, é necessário que se tratem aqui, alguns pontos específicos de atrativos ou equipamentos turísticos municipais com vistas a favorecer a alcançar o desenvolvimento da atividade turística de Nova Europa.

O Parque da Cachoeira se apresenta como principal atrativo do município de Nova Europa, sua Infraestrutura conta com quiosques, campo de futebol, lanchonete, bancos, playground e trilhas para caminhada, além de possuir pequenas quedas d'água no percurso que o Rio Itaquerê o corta. Todavia, estas infraestruturas encontram-se em sua maioria em mal estado de conservação, a poda das árvores e limpeza das trilhas estão sendo realizadas frequentemente colaborando para o embelezamento do local, entretanto, o playground, os





quiosques, a iluminação, o calçamento, pintura, gradio e lanchonete são alguns dos pontos que necessitam de melhorias. É válido salientar que este parque pode se tornar um importante atrativo de ecoturismo na região, com o fomento a desenvolvimento de práticas de esporte de aventura como arvorismo, tirolesa, escalada, trekking, raffting, entre outros. A melhoria dos espaços de convivência também é necessária, instalação de sanitários públicos, bebedouros, ampliação do playground e placas de educação ambiental podem fomentar ainda mais o local.

A Paróquia Sagrado Coração de Jesus apresenta a melhor infraestrutura e o melhor estado de conservação dos atrativos listados de Nova Europa, para potencializar sua atratividade, eventos de cunho religioso, visitação guiada alheia ao horário de celebrações religiosas com descritivo histórico do local, além da adaptação à acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida se mostram como ótimas alternativas ao fomento da visitação no local.

A Praça Carlos Leoncio Magalhães é um complexo histórico cultural muito importante ao município, sua infraestrutura encontra-se parcialmente aceitável, os passeios, as pinturas e a jardinagem, junto com a manutenção da praça como um todo estão em boas condições. A reativação da fonte, totens informativos sobre a história do município, reforma do coreto, placas internas de sinalização, padronização dos mobiliários urbanos, aumento da quantidade de bancos, embelezamento da jardinagem com mais flores, são estratégias para tornar ainda mais agradável o passeio dos visitantes pelo local.

O Rio Itaquerê, responsável por cruzar e formar o Parque da Cachoeira, em sua maioria do percurso não possui infraestruturas adequadas ao desenvolvimento turístico, a preservação de suas margens é extremamente necessária para auxiliar na vazão e no volume de água que chega ao parque, além de proteger o local contra o assoreamento. Conforme as normas ambientais e medidas vigentes, o alargamento do leito do rio, construção de diques para pesca e atracamento de pequenos barcos e outras intervenções humanas que possam vir a colaborar com o desenvolvimento de novas práticas turísticas no local.

A Sociedade Cultural e Social de Nova Europa possui boa infraestrutura e estado de conservação, durante o período de Inventariação da Oferta Turística,



o local ainda estava passando por adaptações para a melhoria do espaço, com rampas de acessibilidade para pessoas com a mobilidade reduzida, manutenção do calçamento, jardinagem, itens de segurança.

O Centro de Convenções de Nova Europa possui diversas falhas de infraestrutura para atender as necessidades de realização de eventos de grande porte. Seu estado de conservação também apresenta falhas quanto a regularidade na manutenção do espaço. Não existem estruturas fixas no salão principal de eventos, como equipamentos multimídia, cadeiras, mezanino, entre outros equipamentos necessários a realização de eventos de vários estilos. É necessária a manutenção do espaço, da pintura interna e externa, adaptação dos sanitários para pessoas com deficiência física, ampliação do salão principal e da cozinha do local, e investir em mobiliários específicos para o espaço, como sistema de som, audiovisual, Datashow, assentos, entre outros.

O Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal) encontra-se em reforma para manutenção e adaptações do espaço para que supra as necessidades da população, dos eventos que ali são realizados e visitantes para que possa vir a se tornar palco de grandes competições esportivas no município, sejam elas de cunho municipal, regional ou até federal.

O Ginásio da Ponte apresenta estado precário de conservação, uma reforma geral do espaço é identificada como necessária, para gerar mais conforto, segurança, ser adaptado a pessoas com mobilidade reduzida, e ampliação da capacidade de visitantes para que possa vir a se tornar palco de grandes competições esportivas no município, sejam elas de cunho municipal, regional ou até federal.

O Rio Jacaré Guaçu se localiza um pouco afastado da área urbana de Nova Europa, logo a manutenção das vias de acesso se mostram necessárias de maneira periódica, pois a intervenção do tempo pode deixar o local inacessível. Outro ponto a destacar é a falta de infraestruturas no local que é utilizado para a prática da pesca, construções de diques para pesca e atracamento de pequenas embarcações, além de sanitários e itens de alimentação, de acordo com as legislações ambientais que o regem, podem fomentar a visita no local.



A Praça da Saudade apresenta o pior estado de conservação e maior falta de infraestrutura da gama de atrativos de Nova Europa, a falta de jardinagem, manutenção, pintura e mobiliário urbano são alguns dos pontos que devem ser melhorados no espaço para que este venha a se tornar um ponto de lazer à população e ao visitante. Um ponto importante a ser destacado é que a importância da Praça da Saudade para a atividade turística se dá pelo motivo de que várias pessoas que possuem parentes em Nova Europa, ou que nasceram no município mas se mudaram para outras cidades visitam frequentemente o local devido a sua proximidade ao cemitério municipal.

De maneira geral é possível afirmar que a gama de atrativos de Nova Europa necessita de uma manutenção mais assídua e na maioria dos casos os atrativos não possuem infraestrutura básica ao desenvolvimento de atividades que corroborem para que a oferta turística do município se consolide.

#### **4.4.2. Problemáticas na Infraestrutura Turística Geral**

A infraestrutura urbana é para muitos pesquisadores do turismo, um dos fatores condicionantes para o desenvolvimento da atividade turística, ela garante condições para o investimento privado no setor e o desenvolvimento de suas atividades, além de trazer melhorias e bem estar social para as comunidades, ou seja, para que esta esteja pronta para receber a atividade turística deve ser bem estruturada e pensada primeiramente nas necessidades básicas de uma determinada localidade.

De acordo com Beni (1998, p.123) a medida que aumenta o fluxo de pessoas em uma cidade ou região, são necessárias ampliações dos investimentos nos serviços de infraestrutura, luz, calçamento, aeroportos e rodovias. A infraestrutura pode ser dividida em infraestrutura geral e específica, sendo que a infraestrutura geral é a que “consiste na rede viária e de transporte, no sistema de telecomunicações, de distribuição de energia, de água de captação de esgotos e outros.”, ela reúne condições para que haja habitabilidade e apoio aos equipamentos e serviços turísticos, deste modo atinge tanto a comunidade quanto aos visitantes. A infraestrutura específica é a que destina-se exclusivamente a exploração da atividade turística.



Quanto à Infraestrutura geral de Nova Europa, de acordo com as visitas técnicas realizadas durante o processo de Inventariação da Oferta Turística, é possível afirmar que é necessário a manutenção destas vias também faz-se necessária, em conjunto aos programas de embelezamento urbano, limpeza pública, poda de árvores e melhoria da iluminação pública.

Quanto à infraestrutura turística foi detectado que necessita de uma política de ampliação, sendo voltada a sinalização urbana e turística que ainda não tem capacidade de direcionar o visitante pelo município, ou até, em alguns dos casos, identificar os locais quando próximo a eles. A falta de um centro de informações turísticas ou de apoio ao turista é outro fator agravante ao desenvolvimento turístico municipal, pois este local é o responsável por ceder informações sobre os atrativos turísticos municipais, auxiliar na contratação de serviços do trade turístico, expor as facilidades e direcionar a visita do turista de acordo com as suas intenções. Ainda a falta de pórtico nas entradas do município podem ser um ponto importante na atração do visitante ao município, que hoje pode ocasionar na falta de percepção do visitante sobre o local por onde transita.

Desta forma, é visível que por conta do baixo desenvolvimento turístico municipal e pela novidade que a atividade implica, são várias as interferências urbanas e adequações necessárias ao município. Todavia destaca-se aqui os benefícios gerados com essas intervenções e melhorias, tendo em vista o impacto que gera não só no desenvolvimento turístico municipal, mas também na qualidade de vida populacional e na capacidade de atrair investimentos para Nova Europa.



## CAPÍTULO 5: SISTEMATIZAÇÃO DAS PROBLEMÁTICAS

A partir do Diagnóstico da Oferta Turística do Município de Nova Europa realizado neste volume do Plano Diretor de Turismo, é possível sistematizar neste capítulo as problemáticas ao desenvolvimento turístico municipal identificadas.

A Sistematização das problemáticas tem o intuito de organizar e setorizar as debilidades que o turismo de Nova Europa apresenta atualmente, de forma a auxiliar no desenvolvimento das próximas etapas do planejamento turístico município. Sendo possível delimitar ações específicas de desenvolvimento turístico e priorizá-las de acordo com a participação da comunidade em oficina pública.

Desta forma temos a seguinte sistematização:

**Tabela 31 - Sistematização das problemáticas ao desenvolvimento turístico de Nova Europa**

<b>Sistematização das problemáticas ao desenvolvimento turístico de Nova Europa – SP</b>	
<b>Eixo</b>	<b>Problemáticas</b>
<b>Oferta Turística</b>	<p>1 – Falta de Roteiros e Rotas Turísticas segmentadas ou inclusivas: Rota Turística Histórico-Cultural, Gastronômica, Pedagógico, Eco turística, Religiosa, etc;</p> <p>2 – Falta de integração entre os Atrativos Turísticos e o Trade Turístico Municipal;</p> <p>3 – Baixa disponibilidade de leitos;</p> <p>4 – Oferta limitada de Meios de Hospedagem;</p> <p>5 – Ausência de Receptivo Turístico e City Tour;</p> <p>6 – Baixa oferta de Guias de Turismo Municipais;</p>



	<p>7 – Falta capacitação para o atendimento ao turista;</p> <p>8 – Ausência de programa de cadastramento junto ao Ministério do Turismo (CADASTUR);</p> <p>9 – Principais Eventos e Manifestações Culturais da cidade, em sua maioria, não fazem parte do calendário oficial de turismo do Estado de São Paulo;</p>
<b>Infraestrutura dos Atrativos</b>	<p>10 – Ausência de Infraestrutura Turística no Parque da Cachoeira;</p> <p>11 - A reativação da fonte, totens informativos sobre a história do município, reforma do coreto, placas internas de sinalização, padronização dos mobiliários urbanos, aumento da quantidade de bancos, embelezamento da jardinagem com mais flores da Praça Carlos Leoncio Magalhães;</p> <p>12 – Ausência de Infraestruturas adequadas ao desenvolvimento turístico, a preservação de suas margens é extremamente necessária para auxiliar na vazão e no volume de água que chega ao parque, além de proteger o local contra o assoreamento no Rio Itaquerê;</p> <p>13 – Ausência de manutenção do Centro de Convenções, pintura interna e externa, adaptação dos sanitários para pessoas com</p>





	<p>deficiência física, ampliação do salão principal e da cozinha do local, e investir em mobiliários específicos para o espaço, como sistema de som, audiovisual, Datashow, assentos, entre outros.</p> <p>14 – Reforma geral do Centro de Lazer do Trabalhador (Estádio Municipal);</p> <p>15 - Reforma geral do espaço do Ginásio da Ponte, mais conforto, segurança, ser adaptado a pessoas com mobilidade reduzida, e ampliação da capacidade de visitantes para que possa vir a se tornar palco de grandes competições esportivas no município, sejam elas de cunho municipal, regional ou até federal.</p> <p>16 - Manutenção das vias de acesso ao Rio Jacaré Guaçu, ausência de infraestruturas no local que é utilizado para a prática da pesca, construções de diques para pesca e atracamento de pequenas embarcações, além de sanitários e itens de alimentação, de acordo com as legislações ambientais que o regem;</p> <p>17 – Ausência de jardinagem, manutenção, pintura e mobiliário urbano são alguns dos pontos que devem ser melhorados na Praça da Saúde;</p>
<b>Infraestrutura Turística</b>	18 – Ausência de sinalização turística;



	<p>19 – Ausência de totens informativos sobre os atrativos, com detalhamento das atividades desenvolvidas, histórico dos locais e informações sobre o espaço;</p> <p>20 – Ausência de pórtico nas entradas da cidade;</p> <p>21 – Manutenção das vias públicas, jardinagem, embelezamento e mobiliário urbano;</p> <p>22 – Manutenção constante nas vias não-asfálticas de acesso aos atrativos rurais.</p> <p>23 – Ausência de Centro de Informações Turísticas;</p>
<b>Comunicação</b>	<p>24 – Ausência de marca padronizada do turismo municipal;</p> <p>25 – Ausência de material gráfico de promoção turística;</p> <p>26 – Ausência de mapa turístico;</p> <p>27 – Ausência de presença nos canais de divulgação e promoção turística;</p> <p>28 – Ausência de redes sociais de divulgação e promoção turística;</p> <p>29 – Ausência de Site voltado ao Turismo de Nova Europa;</p> <p>30 – Ausência de vídeo institucional do turismo de Nova Europa;</p> <p>31 – Ausência de aplicativo (guia) turístico;</p> <p>32 – Ausência de pesquisa de demanda/fluxo de turistas;</p>



	<p>33 – Ausência participação em feiras e eventos de promoção turística;</p> <p>34 – Ausência de integração de divulgação entre o turismo institucional e o trade turístico;</p>
<b>Meio Ambiente</b>	<p>35 – Ausência de estudo de impacto ambiental na implantação da atividade turística;</p> <p>36 – Insuficiência de estudos para utilização das áreas de preservação em programas de turismo sustentável;</p> <p>37 - Criação de mecanismos de monitoramento ambiental contínuo;</p> <p>38 – Política de incentivo às atividades de lazer e turismo nas macrozonas de proteção ambiental;</p> <p>39 – Insuficiência de programas de conscientização ambiental voltado à população e visitantes.</p>

Fonte: SIGGESTUR, 2017

A sistematização das problemáticas é uma importante ferramenta do planejamento turístico, visto sua capacidade de expor e organizar as dificuldades identificadas que a atividade turística terá para se desenvolver de maneira consciente e sustentável em determinada localidade.

Em Nova Europa a organização e sistematização das problemáticas que implicam diretamente ao desenvolvimento turístico municipal revelaram 39 situações que são adversas ao sucesso da atividade turística.

Todavia, como parte fundamental do processo de planejamento turístico estas problemáticas serão discutidas em conjunto aos órgãos gestores municipais do turismo, responsáveis pelo trade turístico municipal e população, a fim de desenvolver planos de ações estratégicos com a finalidade de sanar as problemáticas e priorizá-los de acordo com as necessidades.



Desta forma o próximo volume do Plano Diretor de Turismo de Nova Europa tem o intuito de apresentar o prognóstico e os programas, planos e ações, elaborados de maneira participativa, que devem ser seguidos para que a atividade turística venha a se tornar uma alternativa ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental de Nova Europa, afunilando a relação entre população e município, conscientizando sobre a importância da atividade à geração de emprego e renda na localidade e por fim, visando a preservação do patrimônio histórico, cultural e natural, seja ele material ou imaterial.



## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – Relatório Brasil 2014.** Brasília – DF: Ministério do Turismo, 2014.

Agência Nacional de Águas (ANA). **Atlas Brasil: Abastecimento Urbano de Água.** Brasília: ANA, 2010.

Agência Nacional de Águas (ANA). **Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas.** Brasília: ANA, 2017. 88 p.

Agência Nacional de Águas (ANA). **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2014:** Encarte especial sobre a Crise Hídrica. Brasília: ANA, 2015. 30 p.

ALMEIDA, J. R. **Gestão Ambiental para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Thex, 2012, 566 p.

ANDRADE, José Vicente. **Turismo: fundamentos e dimensões.** São Paulo: São Paulo: Editora Ática, 1998, 8ª ed.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** 13ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 2.ed. São Paulo: Editora Senac, 1998.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 9. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

BOULLÓN, Roberto C.. **Planejamento do espaço turístico.** Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002. Tradução: Josely Vianna.

BRASIL, Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - **Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística/** Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007.** Brasília: 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes.** Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.



BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006

BRASIL, Ministério do Turismo; FGV, Fundação Getúlio Vargas. **Estudo de competitividade de produtos turísticos**. Brasília, DF: SEBRAE, 2011. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Estudo\\_de\\_Competitividade\\_de\\_Produtos\\_Turxsticos.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_de_Competitividade_de_Produtos_Turxsticos.pdf)> Acesso em junho de 2017.

BRASIL, Ministério do Turismo; UNICAMP. **Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro – Serviços de Hospedagem**. 2006. Disponível em: <[https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/SERVICOS\\_DE\\_HOSPEDAGEM.pdf](https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/SERVICOS_DE_HOSPEDAGEM.pdf)> Acesso em agosto de 2017.

BRASIL, Ministério do Turismo; UNICAMP. **Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro – Serviços de Alimentação**. 2006. Disponível em: <[https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/SERVICOS\\_DE\\_ALIMENTACAO.pdf](https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/SERVICOS_DE_ALIMENTACAO.pdf)> Acesso em agosto de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, 2013. 47 p.

BRASIL. **Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Programa de Regionalização do Turismo Diretrizes**. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/images/programas\\_acoes\\_home/PROGRAMA\\_DE\\_REGIONALIZACAO\\_DO\\_TURISMO\\_-\\_DIRETRIZES.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf)> Acesso em agosto de 2017.





CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA EUROPA. **Lei Orgânica do Município de Nova Europa**, de 03 de abril de 1990.

CASTRO, Regiane Campos; MENDONÇA, Arminda. **A importância dos recursos/atrativos naturais e artificiais**. Revista eletrônica Aboré. ed. 5 p. 04, 2010.

CEPAGRI - **Centro de pesquisas meteorológicas e climáticas aplicadas a agricultura**: Clima dos Municípios paulistas. Disponível em: <[http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima\\_muni\\_374.html](http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_374.html)>. Acesso em 26 de set de 2017.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB. **Qualidade de Água para UGRHI 13** – 2009. Disponível em: <<http://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/wp-content/uploads/sites/12/2013/11/UGRHI-13.pdf>>. Acesso em 25 de set de 2017.

CORIOLOANO, L.N.M.T. **Bases Conceituais do Desenvolvimento e do Ecoturismo**. In Turismo e Ambiente: Temas Emergentes. Queiroz, O.T.M.M. São Paulo, 2006.

DALONSO, Yoná da Silva. **O Turismo Industrial como novo segmento turístico**: a experiência da cidade de Joinville. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/103-turismo-industrial.pdf>> Acesso em agosto de 2017.

DataGEO – **Sistema Ambiental Paulista**. Disponível em: <<http://datageo.ambiente.sp.gov.br/>> Acesso em: 25 de set de 2017.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo**: Política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DORTA, Lurdes Oliveira. **Fundamentos em Técnicas de eventos [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. Tradução de Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Perspectiva, 1973.

EMBRATUR. **Definição de Trade Turístico**. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/67-outros/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html>> Acesso em agosto de 2017.

FARIAS, Mayara Ferreira de. **Turismo Religioso na Cidade da Santa**: a percepção da comunidade sobre a construção do Complexo Turístico e Religioso Alto de Santa Rita, Santa Cruz/RN. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.



FERREIRA, L. F.; COUTINHO, M. C. B. **Ecoturismo**: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. Brasília: MMA/SCA/Proecotur, 2002.

GOMES, Christianne Luce (org). **Dicionário Crítico do Lazer**, Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

HASUI, Y.; CARNEIRO, C.D.R.; COIMBRA, A.M. The Ribeira folded belt. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 5, n. 4, p. 257-266, 1975.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Atlas de conservação da Natureza Brasileira**: Unidades Federais. São Paulo: Metalivros, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp>> Acesso em maio de 2017.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas Históricas do Brasil**: Séries Econômicas, Geográficas e Sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. **Panorama de Nova Europa**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/nova-europa/panorama>> Acesso em setembro de 2017.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. 2.ed. São Paulo: Editora Thompson, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/nova-europa/panorama>>. Acesso em 26 de set de 2017.

INSTITUTO FLORESTAL – Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo. **Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo – 2005**. 200 p. Disponível em: <<http://iflorestal.sp.gov.br/2005/03/01/inventario-florestal-da-vegetacao-natural-do-estado-de-sao-paulo/>>. Acesso em 27 de set de 2017.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – IGC. **Mapa das UGRHs**. Disponível em: <[http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/IGC\\_UGRHI\\_2014.jpg](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/IGC_UGRHI_2014.jpg)>. Acesso em 27 de set de 2017.

ITCG – Instituto de Terras, Geografia e Cartografia do Paraná. **Serviço Geológico do Paraná**. Disponível em: <<http://www.minerpar.pr.gov.br/modules/glossario/conteudo.php?conteudo=C>>. Acesso em 27 de set de 2017.

MACHADO, F.B. **Geologia e aspectos petrológicos das rochas intrusivas e efusivas mesozoicas de parte da borda leste da Bacia do Paraná no Estado de São Paulo**. 01 de jul de 2005. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geociências)



– Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, São Paulo, 2005.

### **MAPA MACROS E REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

Disponível em:  
<<http://bancodeimagens.expressaostudio.com.br/BncSecTur/index.php?p=cnRhdGFVMw==>>. Acessado em 26 de maio 2017.

Mielke, E. J. C. & Nascimento, D. (2009, setembro). **Desarrollo Turístico Regional:** el diagnóstico estratégico participativo ponderado – DEPP, aplicaciones y retos a la planificación turística. Anais do VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, São Paulo, SP, 10-11

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria 2.914**, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental**. Brasília. 2009, 86 p.

MMA/MTUR - Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Turismo. Portaria Interministerial Nº 281 de 16 de setembro de 2008. **Institui o Grupo de Trabalho de Fomento ao Turismo com Sustentabilidade Ambiental**. Publicação no Diário Oficial da União edição Nº 180, 17 de setembro de 2008.

MMA/MTUR - Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Turismo. Portaria Interministerial Nº 171 de 21 de maio de 2009. Institui Grupo de Trabalho Interministerial-GTI. Publicação no Diário Oficial da União edição Nº 96, 17 de maio de 2009.

NASCIMENTO, H.H & SILVA, V.P. **Turismo pós-moderno:** Dilemas e perspectivas para uma gestão sustentável. Holos, Ano 25, Vol. 3. 2009.

NÚCLEO DE PESQUISA EM QUALIDADE DE VIDA (NPQV). **Infraestrutura Urbana**. Departamento de Economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em:  
[http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/nucleos/NPQV/Relatorio\\_I EQV/infraestrutura.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/nucleos/NPQV/Relatorio_I EQV/infraestrutura.pdf). Acesso em: agosto/2017.

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano**. Disponível em:  
<[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/nova-europa\\_sp#educacao](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/nova-europa_sp#educacao)>  
Acesso em setembro de 2017.

PORTAL CIDADES PAULISTAS. **Região Central ou de Araraquara**. Disponível em: <<http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/cnt/12-araraquara.htm>>. Acesso em 26 de set de 2017.

QEDU. **IDEB 2015**. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/1669-nova-europa/ideb>> Acesso em setembro de 2017.



REÚSA. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Nova Europa/SP**. Jaboticabal, 2016. 478 p.

ROSS, J. L. S. & MOROZ, I. C. **Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo**. Laboratório de Geomorfologia, Departamento de Geografia, FFLCH/USP. 18 p. 1997.

SAMPAIO, M.S.; ALVES, M.C.; CARVALHO, L.G.; SANCHES, L. **Uso de Sistema de Informação Geográfica para comparar a classificação climática de Koppen-Geiger e de Thornthwaite**. In: Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 30 de abril de 2011 a 05 de maio de 2011, Curitiba, INPE, 2011, p.8857-8864.

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **PIB anual**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/pib-anual/>> Acesso em maio de 2017.

SEADE. **Perfil dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>> Acesso em setembro de 2017.

SEBRAE. **Cadernos de Atrativos Turísticos: Entendendo o Atrativo Turístico**. São Paulo. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/e6ab735ac11e71802d2e44cbce6d63f4/\\$File/SP\\_cadernodeatrativosturisticoscompleto.16.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e6ab735ac11e71802d2e44cbce6d63f4/$File/SP_cadernodeatrativosturisticoscompleto.16.pdf)> Acesso em agosto de 2017.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – CPRM. **Programa Geologia do Brasil: Mapa Geológico do Estado de São Paulo (escala 1:750.000) - 2006**. Disponível em: <[http://datageo.ambiente.sp.gov.br/datageofiles/Estudos/spaulo\\_lito\\_nota\\_explicativa.pdf](http://datageo.ambiente.sp.gov.br/datageofiles/Estudos/spaulo_lito_nota_explicativa.pdf)> . Acesso em 27 de set de 2017.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – CPRM. **Formação Serra Geral**. Disponível em: <[http://www.cprm.gov.br/publique/media/gestao\\_territorial/geoparques/Aparados/ap\\_geol\\_pag05.htm](http://www.cprm.gov.br/publique/media/gestao_territorial/geoparques/Aparados/ap_geol_pag05.htm)>. Acesso em 27 de set de 2017.

SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SIGRH. **Plano Estadual de Recursos Hídricos 2004/2007** – Relatório Síntese. Disponível em: <[ftp://ftp.sp.gov.br/\\_ftpcomitepcj/PERH/04-07\\_UGRHI-13.pdf](ftp://ftp.sp.gov.br/_ftpcomitepcj/PERH/04-07_UGRHI-13.pdf)>. Acesso em 25 de set de 2017.

SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SIGRH. **Comitê de Bacia Tietê-Jacaré (2017)**. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhtj/apresentacao>>. Acesso em 25 de set de 2017.

SOS Mata Atlântica. **Mapas SOS Mata Atlântica**. Disponível em: <<http://mapas.sosma.org.br>>. Acesso em 26 de set de 2017.



VALLS, Josep-Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis.** Tradução: Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WINGE, M. In: **Glossário Geológico Ilustrado.** Disponível em: < <http://sigep.cprm.gov.br/glossario/> > Acesso em 26 de set de 2017.





# ANEXO 1

## LISTA DE PRESENÇA

Nome	RG	Assinatura
Davone Foschioni	40379813-9	Davone Foschioni
Ruan Loulli Chaves	48781486-1	Ruan Chaves
Paulo Henrique Calvo	2890615-5	Paulo Henrique Calvo
Juliano E. Faustino	33613446-0	Juliano E. Faustino
Luis Henrique Tard	40380.136-9	Luis Henrique Tard
DANILUS	6.926.555	Danilus
Valter Zockner	21389840-8	Valter Zockner
RAFAEL AGUIAR	40.591318-7	Rafael Aguiar
Alexander José da Silva	39335567-6	Alexander José da Silva
Anderlei Sebastião	4624883-8	Anderlei Sebastião
Edmundo Antonio Thucade	981446313	Edmundo Antonio Thucade
Walter Jokin Junior	98960-5200	Walter Jokin Junior
Leiz Paulo do Santos	33879411	Leiz Paulo do Santos
Edson Camargo Martins	29.092.798-5	Edson Camargo Martins
Maíza de J.F. Oliveira	7.493.015-1	Maíza de J.F. Oliveira
Ana Carolina M. Paiva	23845953-6	Ana Carolina M. Paiva